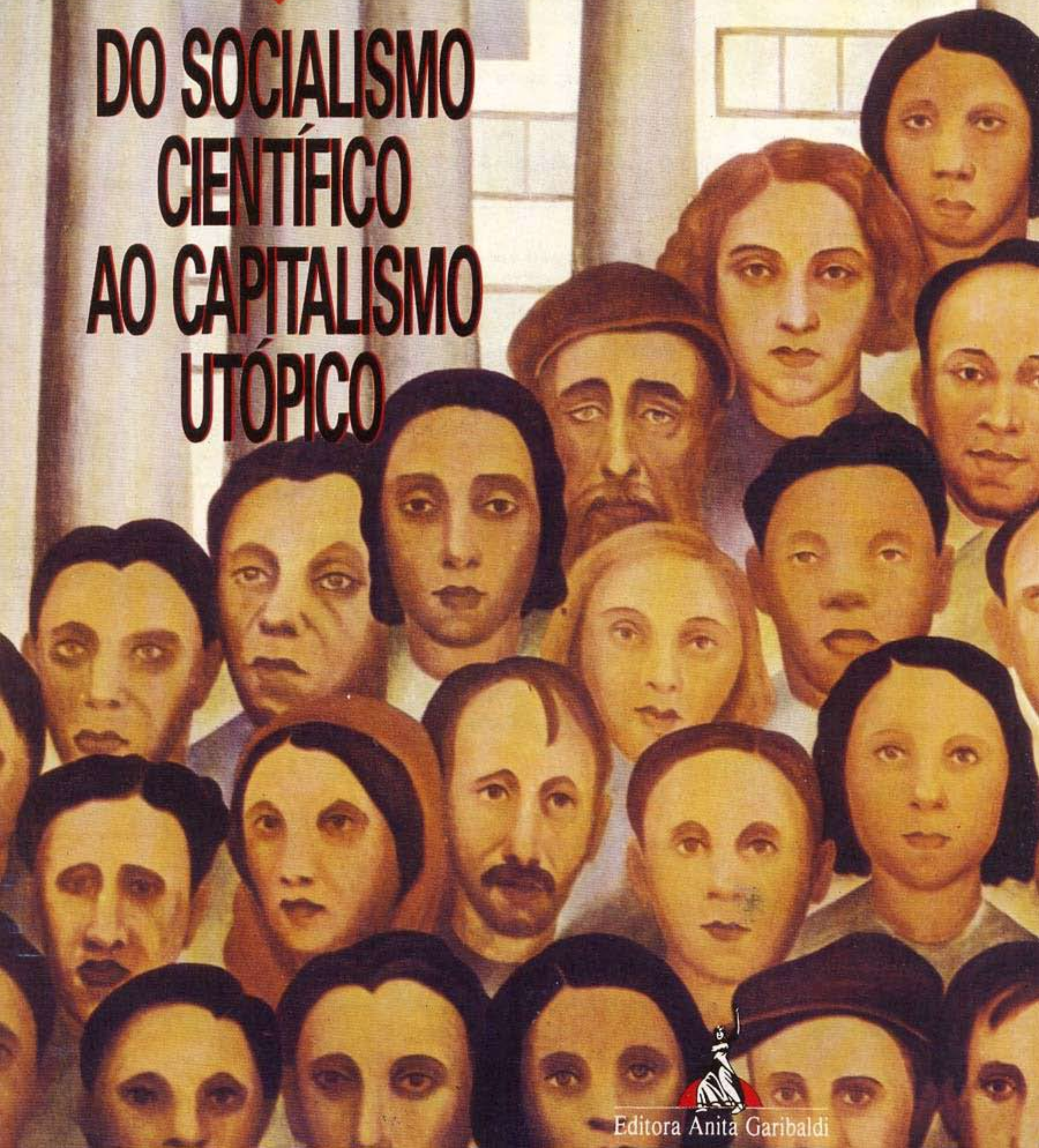


REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
JUNHO • JULHO • AGOSTO ★ 1990 N.º 18 Cr\$ 300,00

PRINCÍPIOS

DO SOCIALISMO CIENTÍFICO AO CAPITALISMO UTÓPICO





PRINCÍPIOS

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**

João Amazonas

Editor

Rogério Lustosa

Conselho Editorial

Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Reinaldo
Luís Fernandes
Luís Manfredini
Luís Paulino
Madalena Guesco
Olival Freire
Pedro de Oliveira
Sérgio Bernandez
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores

Elder Vieira
Ary Normenha
Carlírio
Verônica
Bira

Composição e Montagem

Compuart Produções
Gráficas e Assessoria
de Sistema S/C Ltda
Rua Cruz e Souza, 60 - Acimação
São Paulo - SP
Tel.: (011) 285-3669

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi**

R. Bororós, 51, 3º andar
São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

Í N D I C E

O socialismo é pauta de discussão hoje tanto no meio operário como nos fóruns acadêmicos. E por isso mesmo, é objeto principal dos artigos de *Princípios*. Mas o conhecimento humano habita e é habitado por outras investigações e interesses. Feminismo, semiótica, automação e materialismo dialético são temas que ocupam nossas páginas. A revista está aberta a tudo que instiga o espírito humano.
Ao leitor uma boa viagem!



Ideologias, moto "ninja" e caravelas **3**

A teoria enriquece na luta por um mundo novo
João Amazonas **4**

Leste europeu entre ventos e tempestades
Luís Fernandes **8**

Breve crônica de um fracasso anunciado
Umberto Martins **15**

Polônia: os frutos da "perestroika"
Rogério Lustosa **22**

Resgate da coerência contra o ecletismo
José Reinaldo Carvalho **28**

Teimosia da Albânia: "Fui ver pra crer"
Bernardo Joffily **35**

Materialismo mecanicista e materialismo dialético
Paul Langevin **40**

A "controvérsia" feminismo x marxismo
Loreta Valadares **44**

A (des)qualificação através da automação
Lia Varga Tiliba **50**

Signos e ideologia na obra S. Bernardo
Maria Luiza Ritzel Remédios **62**

Capa: detalhe do quadro "Os operários" de Tarsila do Amaral

Das caravelas à moto "ninja"

Durante a campanha eleitoral, no tom usual de "absoluta certeza", o multi-atleta hoje ocupante da Presidência da República "decretou" que, junto com o muro de Berlim, colocava-se termo às ideologias.

O anúncio, já naquela ocasião, soava mal. Ideologias não costumam se submeter a deliberações e desejos. Não representam nada de mal, não merecem tratamento pejorativo e nada indica que devam (ou possam) ser eliminadas.

De acordo com o seu modo de viver, trabalhar, produzir, os grupos sociais desenvolvem idéias, opiniões, teorias, doutrinas que, em conjunto, sistematizadas, constituem suas ideologias. A ideologia é, sobretudo, a consciência que tal ou qual grupo social tem da realidade, sem a qual ele não é capaz de defender seus interesses na sociedade.

Que ideologia portanto Collor pretende liquidar e o que significa a dita "inserção" mundial que promete em seu lugar?

Hoje, depois dos cabalísticos 100 dias de governo, mesmo os mais descamisados, digo, desavisados, percebem o significado daquela mensagem:

Collor faz tudo para demitir 360 mil funcionários públicos. Desrespeitando inclusive a Constituição, tentou reduzir os salários dos que não podem ser sumariamente colocados na rua. Coincidentemente, autoridades do governo norte-americano recomendam que o Brasil enxugue sua máquina administrativa, para sanear o déficit público.

Ao mesmo tempo em que o super-herói presidente trata de liquidar a CSN de Volta Redonda e privatizar a Usiminas, uma das estatais mais rentáveis e eficientes, Robert Mosbacher, secretário do Comércio dos EUA, manifesta interesse em que empresas estrangeiras assumam logo o controle das estatais brasileiras, em particular as do ramo siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes.

Vozes acima do Rio Grande sugerem que o ingresso na modernidade passa pela liberação das importações e pelo fim das "intoleráveis" reservas de mercado. Imediatamente a ministra Zélia proclama uma "revolução no comércio exterior e na industrialização": unilateralmente, põe fim a todas as barreiras de importação, quebra os mecanismos de reserva de mercado, libera a remessa de lucros para o exterior.

Assim, uma soma de 1,8 bilhão de dólares, que deveria ficar retida até dezembro de 91, como a poupança dos descamisados, pode, imediatamente, ser embolsada pelas multinacionais.

Tanta coincidência faz desconfiar de que não se trata de acabar com as ideologias e sim uma desavergonhada defesa da ideologia de subordinação do país aos interesses do capital internacional - às custas da maioria descamisada.

Apesar de seu jeitinho modernoso, o pregoeiro da submissão não teve nem criatividade.

No passado, D. João VI apresentou a "abertura dos Portos" como um fantástico instrumento do progresso. E está presente na memória nacional a filosofia de Juracy Magalhães: "o que é bom para os EUA é bom para o Brasil".

A diferença é que, ao invés de passear em caravela, o atual inovador pilota moto "ninja".



A teoria enriquece na luta por um mundo novo

JOÃO AMAZONAS*

Crise do marxismo. Muitos se alarmam. Mas o desenvolvimento da ciência não é um processo retilíneo, novos problemas e a avaliação da experiência passada exigem correções e, sobretudo, reelaboração da teoria da construção de novo sistema social

Não é a primeira vez que o marxismo, como doutrina revolucionária da construção da sociedade, passa por uma crise interior. No primeiro decênio do século, Lênin tratou desse assunto no artigo "Acerca de Algumas Particularidades do Desenvolvimento Histórico do Marxismo." Na atualidade, ocorre também uma crise que surge na metade dos anos 50 e se aprofunda com a dominação do revisionismo por longo período na União Soviética e em outros países. Gerada por fatores objetivos e subjetivos no plano da construção do socialismo, a crise manifesta-se com muita força em todos os campos da atividade político-social. Vive-se um clima de renegação de valores fundamentais, de apostasia e ceticismo, de negação de princípios básicos do materialismo histórico, de condenação de experiências revolucionárias válidas. A bússola da marcha da História como que perdeu sua referência essencial. Domina a confusão, a falta de perspectiva do caminho seguro para alcançar os fins projetados - a substituição do capitalismo em declínio pelo socialismo científico.

► A doutrina de Marx desenvolve-se dialeticamente

A crise que defrontamos não é fenômeno de decadência do socialismo como muitos afirmam, desnorteados pela profundidade e duração da mesma. De certo modo, é uma crise de desenvolvimento da doutrina revolucionária que avança de maneira dialética. Objetivamente, surgem novas exigências na vida social que reclamam interpretações e soluções corretas. Tudo está em movimento na natureza e na sociedade qualquer que seja o regime nesta predominante. Daí a imprescindibilidade de conhecer as mudanças ocorridas e adotar novos procedimentos científi-

cos. Se assim não se procede, a teoria perde a sua eficácia. A ciência social dá um salto qualitativo toda vez que adquire o conhecimento de determinada realidade em desenvolvimento e se mostra capaz de generalizar a experiência prática. Assim aconteceu na segunda década deste século, quando Lênin, analisando a transformação do capitalismo da livre concorrência em imperialismo monopolista, elaborou a teoria da revolução proletária em consonância com a nova época surgida dessa transformação. Que haveria sido do marxismo, como guia para a ação, se não se levasse em conta que o sistema capitalista entrava em outra etapa? Possivelmente, não se teria realizado a Revolução Socialista em um único país.

Também agora, quando o socialismo venceu uma importante fase da sua concretização, coloca-se na ordem do dia a reelaboração, com os novos dados da prática, da teoria da construção da sociedade do futuro.

► O socialismo avançou e estagnou na URSS

Não há dúvida que a União Soviética passou por importantes modificações no curso dos trinta e poucos anos de vigência do sistema socialista. Guiando-se pela teoria de vanguarda, resolveu complexos problemas que exigiam soluções originais. Organizou em novos moldes a economia do país que funcionou sem as crises cíclicas do capitalismo. Realizou uma das mais difíceis tarefas - a conversão da pequena e atrasada propriedade rural em grande propriedade social coletivizada. Num território em que a maioria da população era analfabeta, levou a bom termo a revolução cultural. Promoveu o entendimento fraternal entre as múltiplas nações que compunham a URSS e incentivou o progresso em todas elas. Deu ao proletariado o *status* de classe dominante como previra Marx no Manifesto Comunista. Destaque particular teve a defesa do país que dependia da industrialização e do

* presidente nacional do PCdoB.

МИНА URSS 1989 КОИ БУРХ



preparo moral e político do novo homem disposto a todo o sacrifício para assegurar a continuidade da Revolução. O prestígio da União Soviética e do socialismo proletário, revolucionário, estendeu-se pelo mundo inteiro.

Entretanto, aí pelos anos 50, começaram a aparecer fenômenos de estancamento. Desajustes na economia. Queda no ritmo da produção. Desinteresse pelo progresso social. Descontentamento na intelectualidade. Declínio do ânimo revolucionário. Era evidente que falhava o motor que aciona o avanço social. Os revisionistas apressaram-se em jogar a culpa do que sucedia no regime. Segundo eles, o capitalismo procedia melhor. E conspiraram visando alcançar o poder. Os defeitos, no entanto, tinham de ser examinados sob outro prisma - o do marxismo, e corrigidos no quadro do sistema socialista.

► De onde provêm os fenômenos negativos

O relativo estancamento, o afrouxamento da vontade revolucionária originam-se de dois problemas interligados. Erros cometidos na construção do socialismo. E desconhecimento de que se havia chegado a uma nova etapa da edificação socialista, o que exigia mudanças de profundidade.

Vai ficando claro que existia repressão política e ideológica na URSS sem nenhuma razão plausível. Era demasiada a concentração de poderes nas mãos

de poucas pessoas. O Birô Político do PCUS e, dentro dele, um ou alguns dirigentes constituíam uma espécie de poder supremo, inatingível. A constituição dos órgãos dirigentes do Estado se fazia a partir das indicações de cima sem a indispensável participação democrática do povo. As massas ficavam distantes das decisões que diziam respeito à vida da população e do país. Suas entidades sociais - sindicatos, associações populares, femininas, juvenis e outras não gozavam ou dispunham de pouca autonomia, careciam de iniciativas próprias e se convertiam em apêndices do Partido. Aos artistas, impunha-se o método do realismo socialista, que é correto na perspectiva do socialismo, mas que não pode ser adotado por decreto, intempestivamente, transformado em arte oficial. A inspiração do artista, do escritor, tanto em relação ao conteúdo quanto à forma, é questão subjetiva, dependendo de como ele encara a realidade, ou de como foge da realidade pela abstração. Está provado que ainda se criam obras de grande valor cultural à margem do realismo socialista. Apesar do combate formal sempre empreendido contra a burocracia, ela pontificava por toda a parte prejudicando imensamente a participação das massas nos diferentes campos de atividade. Atingia fortemente o Partido que, pouco a pouco, perdia o espírito revolucionário. O fato de dirigir como vanguarda, sem um correto modo de atuação, conduziu em muitos casos a colocar o Partido acima das massas. Florescia o método impositivo, de dar ordens vindas do alto, desprezando ou pouco

utilizando o método da persuasão, do convencimento político e ideológico, que é o principal. Ser comunista e, sobretudo, dirigente, propiciava vantagens pessoais. Criaram-se lojas especiais para atender os que dirigiam o Partido. Isto sem falar que a ascensão social passava pela adesão à organização de vanguarda da classe operária. Em geral, os comunistas ocupavam os principais postos da administração, no governo e nos Soviéticos, das organizações sociais, culturais, científicas. Eram diretores das empresas, das escolas, dos centros de pesquisas, etc. Nem todos os comunistas usufruíam dessas vantagens. As regalias distribuíam-se entre a parcela dos que ocupavam cargos de direção, o que tornava o privilégio ainda mais afrontoso.

Assim, a organização da sociedade socialista, embora de tipo novo, e superior em todos os aspectos à do sistema capitalista, apresentava sérios defeitos, mostrava-se de algum modo monopolizada pelos comunistas. É importante salientar que os documentos fundamentais do Partido, incluindo as obras de Stálin, definiam com certa clareza os princípios do socialismo e até condenavam em palavras vários dos males aqui apontados.

Quando se estuda esses materiais, há neles, teoricamente, muita coisa a aprender. A prática, entretanto, parecia desligada da teoria. Os dados da realidade não se ajustavam àquilo que se escrevia.

Estes e outros erros não mencionados motivaram enormes prejuízos à causa revolucionária. Atrasaram a construção socialista, retardaram a marcha da revolução. Serviram de caldo de cultura à irrupção revisionista. Os adversários do comunismo afirmam que são erros do socialismo que se mostrara inviável. Na verdade, são fruto da inexperiência e de concepções estranhas ao proletariado. Nada têm a ver com o socialismo que é o sistema emancipador dos explorados e oprimidos, modelador da comunidade livre, culta e progressista do futuro.

► Etapa nova novos problemas teóricos

Tais erros contribuíram para o desencadeamento da crise que afeta o marxismo, deram argumentos tendenciosos ao oportunismo, facilitaram o domínio revisionista. Mas a crise tem outro componente - a não compreensão de que a URSS entrava numa etapa nova.

Um balanço da construção do socialismo, na década de 50, indicaria que se chegara a uma etapa mais avançada dessa construção. Apareceram problemas de magnitude a serem resolvidos no campo da teoria e da prática.

A generalização da experiência sob critérios marxistas tinha de levar à reformulação, em muitos aspectos, da teoria da construção socialista. Teses e conclusões que vinham sendo aplicadas mostravam-

se superadas, serviram em determinado período, não tinham mais validade.

No terreno econômico, face à demanda do consumo em crescimento e à necessidade de elevar o nível técnico do país, era preciso dar peso maior ao sistema intensivo de produção e menor ao extensivo, tanto mais que se processava uma revolução técnico-científica em âmbito mundial. A reconstrução imediata da economia soviética, destruída maciçamente durante a guerra, fez-se (e parece que não podia ser realizada de outra forma) de maneira extensiva. Os revisionistas, usurpando o poder em 1956/57, continuaram por muitos anos os métodos extensivos cujos resultados negativos são bem conhecidos. Encarando a realidade, Gorbachev tenta reestruturar a economia em crise usando tecnologia moderna. Mas o faz no quadro do sistema capitalista, atraindo recursos e investimentos do capital financeiro internacional, renegando o socialismo e dizendo estupidamente que só naquele sistema poder-se-á cumprir essa tarefa.

No terreno político, havia que acentuar a necessidade da ampliação da democracia socialista. O analfabetismo fora liquidado, crescera o nível cultural da população. As classes exploradoras tinham desaparecido. O regime se consolidava. Mais liberdade, mais democracia era condição indispensável para o ulterior desenvolvimento material e espiritual da sociedade. A situação requeria debates, polêmicas, críticas, espírito criador, contestação à mediocridade. Somente com liberdade seria possível demolir as manifestações de arrogância, de prepotência, de despotismo capazes de ocorrer em regimes de centralização necessária.

No campo social, a realização das tarefas mais avançadas da edificação socialista reclamava maior mobilização, conscientização, iniciativa e impulso revolucionário das massas. Era preciso criar outras formas de incentivos morais e materiais. A experiência demonstrou que o conceito comunista de ser o trabalho um dever social e não simples meio de subsistência não fora ainda assimilado pela maioria da classe dos proletários. É uma questão ligada ao melhoramento contínuo e num nível bastante alto das condições de vida da sociedade como um todo. As organizações de massas, sobretudo os sindicatos, tinham de assumir responsabilidades crescentes na direção da produção e nos assuntos de interesse público, visando romper com a excessiva centralização da cúpula dirigente do país, que entravava a iniciativa das massas e freava o rápido andamento das tarefas planejadas. Deviam-se buscar novos caminhos para pôr em prática o princípio de que o socialismo é obra dos trabalhadores, neles repousa toda a grandeza da construção socialista.

Quanto ao Estado, este precisava sofrer importantes modificações. É um dos problemas mais complexos e delicados da transição que leva ao comunismo. Compreende-se como instituição necessária, mas



de caráter transitório. Nos primeiros tempos da revolução desempenha um papel fortemente repressivo contra as classes derrocadas do poder que resistem com ódio centuplicado às profundas transformações efetuadas que contrariam radicalmente os seus interesses. Mas não pode ter idêntica atitude frente às grandes massas do povo que gozam de ampla liberdade para defender a revolução e construir a nova vida. No curso da transição, o Estado deverá realizar dois objetivos essenciais. De uma parte, estruturar um sistema jurídico-constitucional para o conjunto do país, que estabeleça os direitos e as garantias dos cidadãos, a serem rigorosamente respeitados, de modo que cada pessoa sinta-se protegida contra abusos do poder e desfrute da liberdade de fazer o que pretende, dentro da ordem constituída. É a feição democrática do Estado socialista. De outra parte, incorporar, de diferentes maneiras, milhões de trabalhadores na administração, a fim de ampliar constantemente as bases do poder proletário e educar as massas mais atrasadas. O Estado socialista já não é um simples aparelho destinado a reprimir os inimigos de classe, tem muitas outras funções importantes, as quais, uma após outra, devem passar às mãos da sociedade organizada socialmente. Pouco a pouco ir-se-á extinguindo. É o aspecto dialético do Estado que se converte no não-Estado. Evidentemente, na nova fase da edificação socialista, impõe-se a criação de mecanismos de democratização crescente do Estado, de maneira a assegurar a ampliação da democracia, com vistas à participação em larga escala das massas na direção e realização das tarefas fundamentais.

Mudanças também tinham que suceder na atividade do Partido Comunista. Ele baseia sua atuação numa teoria revolucionária que está em desenvolvimento. Cumpre papel destacado, insubstituível, na direção da revolução e da construção do socialismo. Seus métodos e procedimentos políticos modificaram-se com a evolução da sociedade. O nível de consciência dos trabalhadores, no socialismo, eleva-se constantemente e, em muitos aspectos, aproxima-se do grau de consciência do Partido. A relação partido/massas não pode assim ser alicerçada em termos de dirigentes e dirigidos. A integração do Partido com as massas, na verdadeira expressão do termo, adquire importância ainda maior. É preciso ser comunista e massa ao mesmo tempo, dirigente e dirigido também. Paulatinamente, torna-se necessário, com o avanço do socialismo, ir dividindo com os trabalhadores em geral a direção concreta da vida da sociedade, a fim de que estes exercitem sua capacidade de gerir os assuntos da coletividade e assumam em toda a plenitude a missão que lhes cabe historicamente. A revolucionarização das fileiras comunistas deve ser permanente para combater a rotina, o apego aos cargos, a auto-suficiência, a tendência ao burocratismo.

Esta exposição sucinta de alguns problemas da construção do socialismo indica que as mudanças em

curso estão a requerer tratamento teórico aprofundado.

Examinando-se de maneira crítica o passado recente e a experiência vivida, constata-se que a teoria, ao não ter respondido às exigências da evolução social, entrou em crise. E dela somente pode sair, reelaborando os fenômenos novos, dando-lhes correta interpretação.

É tarefa transcendental dos nossos dias reformular, em muitos aspectos, a teoria da edificação socialista, a partir do precioso material acumulado na URSS até meados da década de 50, e em outros países que seguiram idêntico destino. Reformular não significa invalidar a base teórica que existia. Significa atualizar criadoramente o marxismo. É o único meio de repor em seus lugares questões controvertidas ou deformadas pelos falsos socialistas. É a maneira de desfazer a confusão, de esclarecer milhões de pessoas abaladas com a destruição do socialismo na URSS e em outros lugares. É também o modo de contestar arrasadoramente a propaganda burguesa de que o marxismo já não serve para a época atual.

► A crise do marxismo será superada

Doutrina criadora e de vanguarda, o marxismo progride com a vida e a faz avançar. Não permanece estático. Desenvolve-se e aperfeiçoa-se. Engels, e depois Lênin, sempre bateram forte nessa tecla. “A nossa teoria não é um dogma - disse Engels - mas a exposição de um processo de evolução e esse processo envolve sucessivas fases.” (Carta a Florence Kelley) “Não temos absolutamente - afirma Lênin - a doutrina de Marx como qualquer coisa de acabado e intangível; ao contrário, estamos persuadidos que ela somente colocou as pedras angulares da ciência que os socialistas *devem* fazer progredir em todos os sentidos se não quiserem se atrasar na vida.” (“Nosso Programa”).

A crise do marxismo será superada tão prontamente quanto maior for o empenho dos autênticos revolucionários em investigar suas causas e ir ao fundo das questões teóricas que norteiam a marcha da classe operária no rumo do comunismo.

A teoria revolucionária ilumina o caminho da libertação, da construção de uma vida nova. Não se pode avançar com segurança sem o domínio da ciência social. Os princípios que dela decorrem são fundamentais para orientar a estratégia e a tática das forças progressistas em luta contra o sistema reacionário e ultrapassado do capitalismo monopolista.

Defendendo os fundamentos teóricos do marxismo, avancemos, respondendo aos desafios de nossa época. O socialismo, o comunismo, são invencíveis, representam o futuro radioso da Humanidade.



O Leste europeu entre ventos e tempestades

LUÍS FERNANDES

A grande cisão do movimento comunista na década de 60 tem seu desfecho no terremoto do Leste europeu. Os modelos ruíram. Mas certos "eruditos" querem reinventá-los para rapidamente explicar os acontecimentos. O teste da prática deu razão aos que criticaram, desde o início, as concepções de Kruschov, ou justifica a opção pelo pensamento "pós-moderno", agnóstico e liberal?

"No mundo de hoje há dois ventos: o vento do Leste e o vento do Oeste... Eu penso que a característica da situação atual é que o vento do Leste predomina sobre o vento do Oeste. O mesmo é dizer que as forças do socialismo ganharam uma superioridade esmagadora sobre as forças do imperialismo".

Estas palavras proferidas por Mao Tsétung na Conferência de Moscou dos Partidos Comunistas e Operários, em novembro de 1957, traduzem bem o estado de espírito que predominava entre as forças socialistas e de esquerda após a derrota do nazi-facismo na Segunda Guerra e o triunfo da Revolução Popular na China em 1949. A primeira pátria do socialismo - a URSS - emergia como a grande artífice da derrota nazista. Rompendo com seu isolamento inicial, a União Soviética passava a encabeçar um poderoso campo de países socialistas, abarcando um terço da população e quase um quinto do território do mundo. Na África e na Ásia, os impérios coloniais das antigas potências capitalistas entravam em colapso. A perspectiva socialista tornava-se hegemônica em boa parte dos movimentos de libertação nacional, bem como nos movimentos sindicais e populares de todo o globo. A influência política e organizativa dos partidos comunistas crescia a olhos vistos. A superioridade do socialismo e da teoria marxista parecia "auto-evidente", e esta galvanizava o que havia de mais progressista no pensamento da intelectualidade pelo mundo afora. Não por acaso o existencialista Paul Sartre era forçado a reconhecer o marxismo como o "pensamento da nossa era".

Quarenta anos depois resta muito pouco deste clima de euforia e confiança. Sobretudo a partir dos eventos no último ano, o "vento do Oeste" parece não só haver predominado como praticamente varrido o "vento do Leste" do mapa. E ao fazer isto provocou uma tempestade na Europa Central e do Leste que está produzindo a mais profunda e abrangente mudança na situação mundial desde o fim da Segunda Guerra.

Como seria de se esperar, a direita recebeu os acontecimentos no Leste com grande júbilo e fanfarra. Os órgãos de comunicação estão repletos de análises e comentários atestando a "morte do comunismo", o "fracasso do socialismo" ou a "falência do marxismo". No fundo, todos esses artigos, matérias e declarações convergem para o mesmo alerta conservador - "Estão vendo no que dá? Quem semeia ventos colhe tempestades...".

Mas se na direita a reação é de arrogante auto-suficiência, em muitos setores da esquerda a reação tem sido da mais absoluta perplexidade. Em geral, o grau de perplexidade acompanha o grau de proximidade que diferentes pensadores e correntes mantinham com regimes agora depostos. Em alguns casos essa perplexidade resvalou para "cenas explícitas" da mais absoluta hipocrisia. Basta ver a "fúria" com que alguns passaram a denunciar as lideranças derrubadas no Leste, quando, até pouquinho tempo atrás, rechaçavam qualquer crítica àqueles Estados como "provocação da CIA" ou "obra do anti-sovietismo".

Um exemplo flagrante disso foi o programa de televisão que foi ao ar pelo PCB em janeiro deste ano. De uma hora para outra, passou-se da adulação para a crítica aguda e unilateral dos antigos governantes no Leste europeu. Isto apesar de serem públicas e notórias as íntimas relações que o PCB mantinha com todos os regimes depostos. Apenas dois meses antes, o próprio PCB havia enviado uma delegação à Bucareste saudar a reeleição do Nicolai Ceausescu para a direção do "partido irmão" romeno (que viria a ser varrido do poder por uma explosão de insatisfação popular semanas depois).

Este cinismo todo tem razão de ser.

O fato é que os acontecimentos do Leste europeu levaram a "nocaute" as interpretações que apresentavam a realidade desses países como "modelo de socialismo". Na tempestade que sacudiu a região no último ano, ficou patente o generalizado repúdio dos povos desses países aos regimes que os governavam. Enquanto gigantescas multidões tomavam as ruas e

praças para exigir a *deposição* dos governantes, nenhuma manifestação de massas sequer se realizava em *defesa* dos antigos regimes. O único que ainda tentou organizar alguma coisa no gênero foi o regime de Ceausescu na Romênia. Mas a manifestação de apoio convocada para a praça central de Bucareste se transformou no estopim da sublevação que depôs o clã governante.

O que esta evolução indicou claramente é que os regimes depostos no Leste não contavam com a mínima base de sustentação social interna. Havia um sentimento quase que unânime de oposição nas suas sociedades. Deste ponto de vista, a situação lembra o processo de isolamento político vivido pelos regimes militares do "cone sul" da América Latina no início dos anos 80, e que se traduziu no Brasil na formidável campanha das "diretas já".



Face a esta evolução, alguns setores da esquerda brasileira se apressaram em identificar as mudanças políticas no Leste europeu com um processo de "renovação do socialismo" ou com uma "revolução política antiburocrática que resgatava a pureza dos ideais socialistas". Mas o desfecho da crise no primeiro semestre deste ano prontamente desfez esta ilusão. Os resultados da rodada de eleições para compor os novos governos na região apontaram em direção oposta. Nos países mais importantes (Polônia, Hungria, Alemanha Oriental e Tchecoslováquia) a vitória foi de forças políticas identificadas com um projeto de feição conservadora, privatista e neoliberal, voltado para a plena integração na Europa (capitalista) Ocidental. O desfecho eleitoral só foi diferente nos dois países mais atrasados do antigo "bloco soviético" - a Romênia e a Bulgária - onde a vitória foi dada à Frente de Salvação Nacional e ao Partido Socialista, respectivamente. Mas mesmo neste casos, as forças governantes reformularam a sua definição político-ideológica, e passaram a se identificar com a social-democracia dos vizinhos ocidentais. Assim, em ambos os países, os novos governos já anunciaram projetos de privatização das suas economias em ampla escala, embora pretendam conservar programas sociais mais amplos do que está previsto nos "choques neoliberais" dos outros quatro.

A triste realidade, que temos de encarar de frente, é que a proposta socialista *perdeu a hegemonia* (ou, quem sabe, nunca a alcançou) no conjunto destas sociedades. E isto tem implicações profundamente negativas para a luta socialista no mundo como um todo. Aqui surge a questão - como foi possível esta involução? Que ensinamentos este processo nos traz? Na ânsia de resgatar a bandeira do socialismo e superar sua própria perplexidade, alguns setores da esquerda brasileira têm tendido para uma explicação simplista e superficial dos acontecimentos. Tudo se resumiria à falência do "modelo stalinista" do socialismo. Haveria, agora, que buscar ou inventar outro(s) modelo(s).

Apesar de ser uma explicação aparentemente "fácil", esta abordagem padece de uma série de limitações. A primeira é manter a discussão do socialismo ainda na base de "modelos". Na verdade, isto é totalmente alheio à abordagem científica e dialética do socialismo em Marx. A novidade introduzida pela abordagem marxista do socialismo, em meados do século XIX, foi justamente a superação do período utópico ou romântico do pensamento socialista que havia predominado até então. Neste sentido, Marx se negou a construir "modelos" acabados e perfeitos de como se deveria construir a sociedade futura. O que ele indicava era a necessidade histórica do socialismo, para dar resposta a contradições que emanavam da própria essência da sociedade capitalista. Era nesta base que ele discutia os grandes desafios a serem

enfrentados pelo socialismo. Mas cada povo teria de enfrentar estes desafios de acordo com as particularidades históricas do seu país, o seu nível de desenvolvimento econômico, as suas tradições políticas e culturais, etc. Isto não tem nada a ver com a adoção de “modelos”, “esquemas” ou “receitas” de socialismo, prontas para serem aplicadas a qualquer realidade. Pelo contrário, cada povo tem de usar e (abusar) da criatividade para encontrar suas soluções para os desafios do socialismo, rechaçando qualquer esquematismo dogmático. Por isto, retomar a discussão sobre os acontecimentos do Leste europeu mais uma vez na base de “modelos” não vai nos levar muito longe.

Outra limitação na tentativa de explicar a crise do Leste europeu em função do “stalinismo” é o flagrante idealismo desta análise histórica. Assim, toda a evolução histórica da União Soviética e do campo socialista, durante um longo período, se resumiria à vontade e às “maquinações” de um único homem. Isto sem qualquer referência ao contexto histórico (com suas condicionantes econômicas, política, sociais e culturais) que serviu de “arena” para a ação das diferentes personalidades e vontades humanas no período. Neste sentido, é interessante lembrar que nos debates do Partido Bolchevique nos anos 20, o próprio Trotsky (que muitos apresentam hoje como a alternativa histórica ao “modelo burocrático stalinista”) se situou em posições mais “mandonistas”, “burocráticas” e “autoritárias” do que Stálin. Basta ver a posição trotskista na célebre polêmica sobre o papel dos sindicatos na URSS, onde Trotsky defendia (mesmo após o fim da guerra civil) a *militarização* das entidades sindicais, com a nomeação dos seus dirigentes pelo Estado em vez da sua eleição pelos próprios trabalhadores!

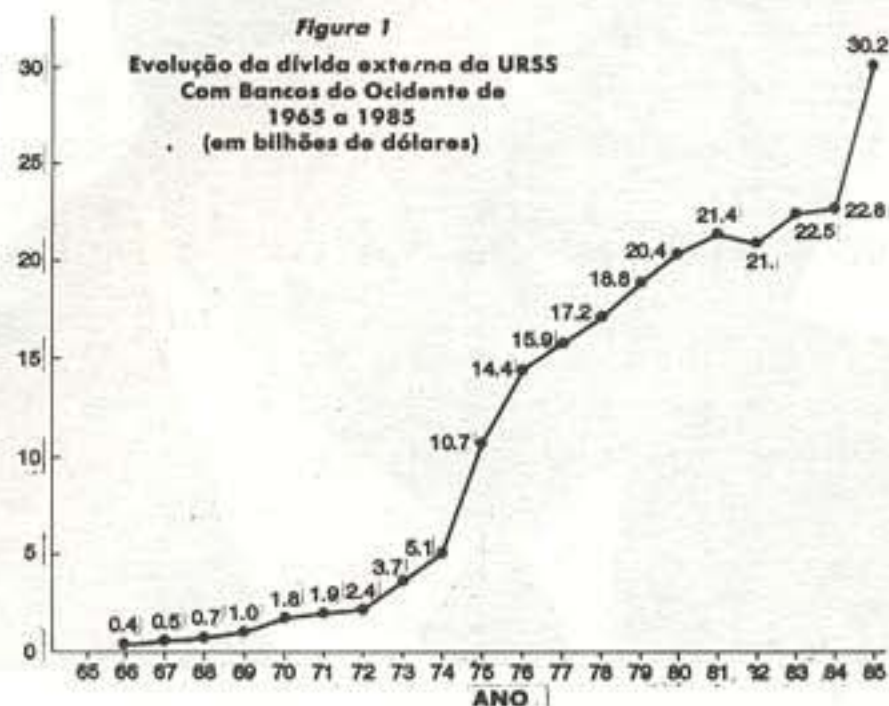
Por fim, a limitação mais evidente desta explicação é que ela simplesmente não corresponde à cronologia dos fatos na evolução do Leste europeu. O fato concreto é que a “safra” de dirigentes derrubada na sublevações do ano passado foi justamente a que galgou o poder com base no processo de denúncia e crítica de Stálin e do “stalinismo” deflagrado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Na Polônia, por exemplo, Krushev impôs a nomeação de Gomulka como secretário geral do PCP em 1956, encaminhando-o quase que diretamente da prisão (onde tinha sido confinado anos antes por “conspiração anti-socialista”) para o principal cargo dirigente do país.

Alguns poderão argumentar que mesmo denunciando a Stálin, os governantes do Leste europeu continuaram implementando o seu “modelo burocrático” de socialismo. Mas, na verdade, a “mudança de guarda” na direção dos Estados que compunham o “bloco soviético” também levou à mudanças substanciais e profundas nas políticas desses regimes. Entre estas se destaca o abandono da própria perspectiva de ruptura com o mercado capitalista e de constituição de um mercado *socialista* mundial alternativo.

Após a Segunda Guerra, os dirigentes do recém-criado “campo socialista” consideravam que a nova situação havia levado à cisão do mercado capitalista mundial único, com a formação de dois mercados mundiais operando com lógicas opostas - um capitalista e outro socialista. Nesta base, os países do “campo socialista” se negaram a entrar nos organismos internacionais que passaram a regular a economia capitalista mundial, agora sob a hegemonia norte-americana (é o caso dos organismos criados nos marcos dos acordos de Bretton Woods - GATT, FMI, Banco Mundial, etc.). Em contrapartida, criaram o Conselho de Assistência Econômica Mútua (o COMECON), com o objetivo de fortalecer o “mercado socialista mundial”. Pelo menos do ponto de vista dos seus objetivos formais, a política oficial era de privilegiar o desenvolvimento industrial dos países atrasados para reduzir as desigualdades entre os países membros. Por isto, a fixação de preços nos acordos do COMECON se dava em acordos bilaterais entre os países envolvidos, à margem da lógica de preços que predominava no mercado capitalista, já que esta estaria marcada por relações de “troca desigual” que prejudicavam os países menos desenvolvidos.

O processo de “desestalinização” na URSS marcou a ruptura com esta política. A nova liderança soviética passou a encaminhar o conjunto do seu “bloco” a crescente reintegração no mercado capitalista mundial, procurando, ao mesmo tempo, absorver avanços tecnológicos do Ocidente e se afirmar como polo alternativo aos Estados Unidos no interior desse mercado. Traduzindo o entusiasmo de Krushev por esta nova política, o economista soviético Konstantin Ostovitianov chegava até mesmo a afirmar, em 1959, que o “rublo está penetrando no mercado mundial, onde suplantará progressivamente o dólar”.

Do ponto de vista das mudanças da política econômica interna, além de enfraquecer os organismos de direção econômica centralizada, a tendência foi para a progressiva reintrodução e ampliação de medidas que haviam sido caracterizadas por Lênin como mecanismos de “capitalismo de Estado” nos marcos da Nova Política Econômica (NEP) do início dos anos 20 que agora, em vez de um “recuo temporário”, elas



passaram a ser defendidas como componentes integrados de forma permanente na economia soviética. Estas mudanças tiveram implicações diretas para os países que compunham o "bloco soviético" na Europa Central e do Leste. Como vimos antes, a prática dos países do "campo socialista" até aqui era de fixar os preços do seu comércio com base em acordos bilaterais entre os países envolvidos. Já fruto dos novos ventos, em 1958, essa política de formação dos preços foi alterada. A 9ª reunião do COMECON decidiu fixar os preços, a partir de então, com base no mercado capitalista mundial. Assim, a referência para a fixação dos preços no comércio do COMECON de 1958 a 1965 passou a ser a média dos preços praticados no mercado mundial de 1957.

Dívida a longo prazo como percentual do PNB em 1986.	
Hungria	59,6
Polônia	48,5
Iugoslávia	27,8
Brasil	37,6

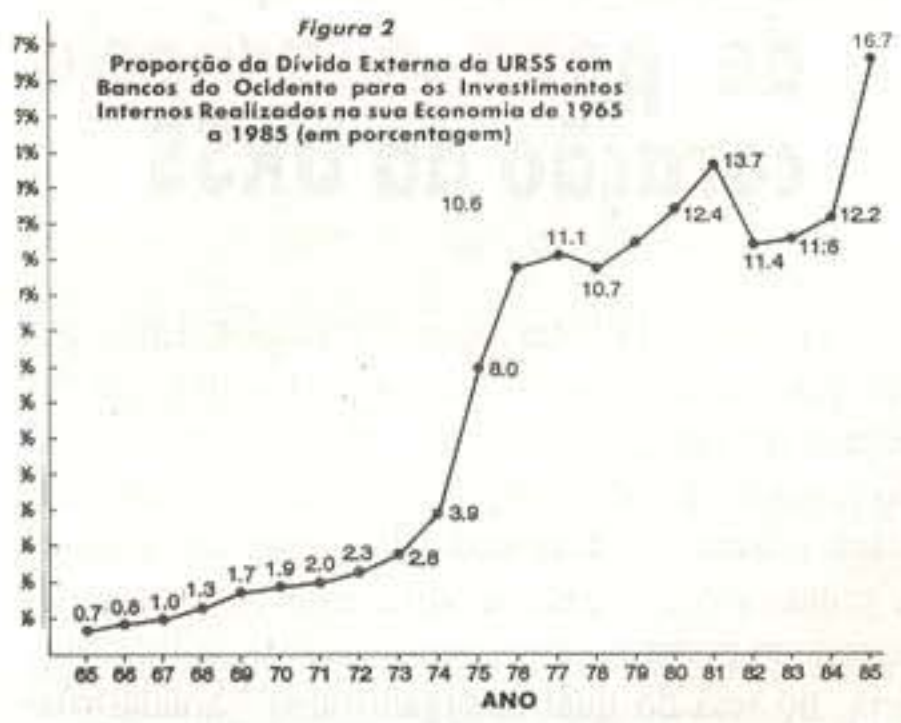
Por interferência direta dos "novos ventos" soviéticos, os países do Leste europeu (com a exceção da Albânia, que se alinhou com a China de Mao Tse-tung na crítica à evolução soviética) deflagraram reformas econômicas internas afinadas com o rumo das mudanças na URSS. Na Polônia foram implementadas duas reformas em 1957 e 1965. O processo de coletivização da agricultura, por exemplo, foi revertido, fazendo com que mais de 90% do campo polonês ficasse nas mãos de proprietários privados até os dias de hoje. Culminando sucessivas mudanças ao longo dos anos, o ano de 1965 também registrou "reformas econômicas" ao estilo soviético na Alemanha Oriental, Bulgária e Tchecoslováquia. Nesta, os dirigentes "exageraram na dose" ao ensaiar uma política "à iugoslava" que poderia ameaçar a hegemonia soviética na região. Por isso foram derrubados por tanques e tropas soviéticas na triste invasão de 1968.

Alguns analistas, hoje, pretendem que a ascensão de Brejnev teria revertido, no fundamental, esta política de Krushev e iniciado um processo de retomada do modelo stalinista. Mas os dados não se coadunam com esta leitura. Na verdade, a retomada dos mecanismos de "capitalismo de Estado" foi aprofundada no período de Brejnev na URSS. Basta ver, por exemplo, a evolução do endividamento soviético junto a bancos capitalistas ocidentais na figura 1 ao lado. Verifica-se uma "explosão" do endividamento da URSS justamente no período de Brejnev, e sobretudo a partir de meados dos anos 70. Um indicador interessante sobre o grau de reintegração da economia soviética no mercado capitalista mundial, no período de Brejnev, é o peso crescente da dívida da URSS com

bancos ocidentais em relação aos investimentos internos realizados na sua economia, como pode ser visto na figura 2.

Em geral, os países aliados à URSS no Leste europeu não só acompanharam a União Soviética na adoção de medidas de abertura das suas economias para investimentos ocidentais, como permitiram uma penetração maior deste capital nas suas economias do que era aceito na própria URSS. O relatório do Banco Mundial de 1986, por exemplo, revela que, vista em relação ao seu Produto Nacional Bruto, as dívidas externas da Hungria e da Polônia eram consideravelmente maiores até que a brasileira, como pode ser vista na tabela 1. Os países do Leste europeu também se anteciparam à própria "perestroika" de Gorbachev na aceitação de que o grande capital ocidental se tornasse *proprietário direto* de forças produtivas em suas economias, através das chamadas "empresas mistas" (ou "joint ventures"). A Romênia foi o primeiro país do COMECON a aceitar a formação de empresas mistas com capital ocidental em 1971, seguido pela Hungria (1972), Polônia (1976), Bulgária (1980) e Tchecoslováquia (1985). Na Polônia e na Bulgária a legislação foi sendo abrandada progressivamente, até admitir, inclusive, a instalação de empresas com 100% de capital estrangeiro. Não por acaso, a Romênia, Polônia e Hungria foram admitidos como membros efetivos do Fundo Monetário Internacional (FMI) neste período.

À medida que se intensificava a reintegração dos países do "bloco soviético" no mercado capitalista mundial, novas modificações foram feitas na política de formação de preços do COMECON. O sentido das mudanças foi o de aproximar cada vez mais a estrutura de preços do COMECON à do mercado capitalista mundial. A partir de 1966 passou-se a adotar a prática de calcular os preços em cada determinado período de planos quinquenais pela média dos preços no mercado capitalista do quinquênio anterior. Assim, para o período de 1966 - 1970, adotou-se como parâmetro a média de preços no mercado capitalista mundial de 1961 - 1965. No início do período de 1971 - 1975, o mesmo princípio foi aplicado, usando como parâmetro os preços do mercado mundial de 1966 a 1970.



Enquanto os preços do mercado capitalista mundial permaneciam instáveis, não surgiram muitos problemas com esta prática. Mas com a perturbação da estrutura de preços de mercado mundial com a “crise do petróleo”, em meados dos anos 70, logo surgiram atritos e discordâncias sérias do seio do COMECON. A União Soviética, em particular, principal fornecedora de petróleo para os países do bloco, pressionava para elevar o preço de suas exportações, acompanhando a alta do preço do seu principal produto no mercado mundial. Depois de muita pressão por parte da URSS, foram implementadas novas modificações na política de formação de preços do COMECON.

Já em 1975, os preços do COMECON foram alterados para refletir a média dos preços realizados no mercado mundial em 1972, 1973 e 1974. A partir daí, a base dos preços passou a ser calculada todos os anos, tendo como referência a média dos preços mundiais nos cinco anos anteriores. Assim, a referência para a formação de preços em 1976 foi a média dos preços no mercado mundial de 1971 a 1975, em 1977 foi a média de 1972 a 1976, e assim por diante.

Estes dados são absolutamente essenciais para compreender a crise econômica e a crise política que se abateram sobre os países do leste europeu nos anos 80. O fato é que estes países entraram na década de 80 sob um “duplo aperto”. Por um lado, a crise financeira gerada pelo alto grau de endividamento junto a bancos capitalistas ocidentais. Por outro, a rápida deteriorização dos termos de intercâmbio no âmbito do COMECON pela progressiva adoção da estrutura de preços do mercado capitalista mundial, com acentuada valorização dos produtos importados na União Soviética. Infelizmente, estes fatos raramente aparecem nas análises da grande imprensa sobre os acontecimentos do Leste europeu, pois indicam que a origem da crise está muito mais no abandono dos desafios do socialismo do que no socialismo em si!

► A transferência do centro da tempestade para o próprio coração da URSS

O caso da Polônia, aqui, é exemplar. Estrangulada pelo “duplo aperto” que vimos acima, ela foi forçada em 1980, a aplicar um “plano de reestruturação econômica” imposta pelo FMI. Entre as medidas estava o aumento acentuado de preços dos gêneros de primeira necessidade. Contra essas medidas se levantou um poderoso movimento grevista de base operária, no seio do qual se organizou o “Solidarieda-

de”. De mera articulação sindical, este se transformou num poderoso movimento político de oposição ao regime, e rapidamente conquistou a hegemonia da sociedade polonesa. O triunfo desta oposição, apoiada também pelos governantes das grandes potências ocidentais, foi abortado pelo golpe militar do general Jaruselski em 1981. Mas a crise econômica e política continuou se agravando até que, em agosto do ano passado, o regime se viu forçado a ceder e entregar a direção do governo ao “Solidariedade”, que havia conquistado nada menos do que 99 das 100 vagas em disputa nas eleições para o recém-formado Senado.

A análise que desenvolvemos acima revela que não há uma linha de continuidade ininterrupta no “modelo” de desenvolvimento dos países do Leste, desde o lançamento dos primeiros planos quinquenais na URSS no final dos anos 20 até a crise do ano passado. Até mesmo a caracterização desta como uma crise do *socialismo* é altamente questionável, se analisarmos as coisas mais profundamente.

Aqui, cabe resgatar que o próprio Marx concebia o socialismo como uma *etapa de transição* (a primeira fase do processo de “construção” do comunismo completo). Por isto mesmo, é uma fase onde convivem necessariamente elementos do comunismo (como a eliminação da propriedade privada) e elementos sobreviventes do capitalismo (como o “direito burguês” nas relações de distribuição do produto social, as diferenças entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre campo e cidade, etc.). A sociedade avança na transição para a fase superior na medida em que cria as condições para a superação destas heranças do capitalismo. Enquanto isto não for alcançado, inclusive em escala mundial, o perigo do retrocesso em direção ao capitalismo estará sempre presente. Por isso a questão da direção política dada à transição socialista é uma questão crucial. Não reconhecer esta natureza contraditória que impulsiona o próprio desenvolvimento socialista implica em resvalar para uma política evolutiva, pragmática e não dialética, que acaba reforçando e consolidando os elementos capitalistas presentes na transição.

Já vimos acima como, sobretudo a partir dos anos 50, a URSS e os países do “bloco soviético” no Leste europeu optaram por retomar e ampliar medidas que haviam sido classificadas por Lênin como mecanismos de “capitalismo de Estado” durante a vigência da NEP. Só que agora, estas medidas não eram mais encaradas como “recuos temporários” e sim como elementos permanentemente integrados à etapa do “socialismo desenvolvido”. Assim, o sentido da transição foi invertido, encaminhando-se para a crescente reintegração interna e externa na economia capitalista, mesmo com a preservação de formas de governo e gestão econômica no período anterior. Como já tive oportunidade de observar num artigo anterior, o resultado desse processo foi a montagem

de um sistema híbrido, com mecanismos que se tornavam cada vez mais contraditórios e conflitantes, e empurrava os Estados do Leste para a estagnação e paralisia. Estes, por sua vez, enfrentavam essas condições de maneira “pragmática” e “imediatista”, fazendo cada vez maiores concessões ao próprio capitalismo.

Os acontecimentos do Leste no último ano culminam esta “involução”, marcando uma reintegração plena desses países no capitalismo ocidental, e o abandono dos vestígios da transição socialista anterior. Isto marca o lado propriamente “trágico” dos acontecimentos. Pois embora já não se tratassem propriamente de “Estados socialistas”, era assim que eles mesmos se classificavam, e era assim que eram vistos pelas amplas massas dos seus países. O “socialismo”, assim, passou a ser identificado com corrupção, clientelismo, nepotismo, mandonismo, burocratismo, falta de liberdade, etc. E “capitalismo” passou a ser identificado com empreendimento, progresso e democracia. É inegável o fascínio popular pela perspectiva de integração na Europa capitalista do Ocidente. Resta saber se esta “euforia pró-capitalista” sobreviverá o advento mais acirrado de problemas sociais que acompanham o desenvolvimento capitalista (e que nós conhecemos tão de perto), como o aumento do desemprego, as pressões inflacionárias, a polarização social, a cultura da concorrência individual mais doentia, entre tantos e tantos outros. Disputas recentes na Polônia, Alemanha Oriental e na própria União Soviética já indicam o início de um certo “desencanto”.

As mudanças do Leste no último ano precisam ser situadas também no marco do profundo realinhamento de forças que está em curso no cenário mundial. Aqui se destacam o debilitamento relativo das posições dos Estados Unidos e da União Soviética, e a ascensão fulgurante de potências emergentes como o Japão na Ásia e a Alemanha na Europa (encabeçando a unificação da CEE). Neste contexto a nova política de Gorbachev procurou estabelecer acordos com os Estados Unidos para reduzir a tensão entre os dois países e viabilizar acordos parciais de desarmamento que permitissem a ambos reverter parte de seus gastos bélicos para a modernização de outros setores das suas economias que vêm perdendo competitividade internacional. No momento atual isto é do interesse, também, da própria liderança norte-americana, às voltas com uma séria crise financeira em função do seu gigantesco déficit público, e enfrentando uma guerra comercial cada vez mais aguda com o Japão e a CEE.

Por outro lado, com a perestroika de Gorbachev, a URSS reviu sua posição anterior de tentar se constituir em pólo alternativo aos três grandes centros do mercado capitalista mundial (Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental) simultaneamente. Esta postura anterior, sobretudo no período de Brejnev, a levava a procurar explorar todos os movimentos (revolucionários ou não) que debilitassem a hegemonia das potências ocidentais em qualquer parte do mundo. Mas, além

de manter sempre viva a ameaça de uma guerra mundial eminente, a União Soviética encontrava dificuldades em consolidar suas posições em mercados “conquistados” desta forma, dado o seu relativo atraso econômico e tecnológico em relação às principais potências ocidentais. Por isso, Gorbachev elaborou uma nova estratégia de aproximação e associação crescentes com a Europa Ocidental, tentando pegar carona no seu processo de unificação, para facilitar sua penetração em áreas econômica e estrategicamente mais importantes do mercado mundial. O próprio Gorbachev deixa isto mais do que claro no seu livro *Perestroika*:

“A construção do ‘lar comum europeu’ exige um alicerce material - a cooperação construtiva em muitas áreas diferentes. Nós, da URSS, estamos preparados para isso, inclusive para procurarmos novas formas de cooperação, como o lançamento de *joint ventures*, implementação de projetos conjuntos no Terceiro Mundo, etc.”

► Cisão do movimento comunista e a polêmica sobre os rumos do socialismo

O risco a ser enfrentado por esta nova política da URSS era o perigo de perder a sua liderança na Europa Central e do Leste, já que esta podia ser tragada pela força de atração do processo de unificação da Europa Ocidental. Foi exatamente o que aconteceu. Gorbachev movimentou seus peões para afastar as lideranças na região que discordavam da política da perestroika (sobretudo Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Romênia). Mas sua “jogada” foi atropelada pelas gigantescas mobilizações populares que não vacilam em derrubar, logo em seguida, as próprias lideranças que se alinhavam mais com Gorbachev. O resultado foi a virtual implosão do antigo “bloco soviético” na Europa (que parecia compacto e monolítico até há pouco tempo) e a transferência do centro da tempestade para o próprio coração da URSS, que começa ela mesma a desabar diante da explosão de movimentos nacionalistas internos e da insatisfação crescente com a aguda crise econômica.

Toda a análise desenvolvida neste artigo não é uma tentativa de última hora de “salvar a cara” mediante o fiasco dos regimes do Leste. Desde o lançamento da *Princípios*, há quase dez anos, a revista vem trazendo artigos críticos da evolução destes países. E a discussão sobre a natureza das sociedades existentes na URSS e no Leste europeu foi sempre tema de aguda controvérsia entre os pensadores e correntes da tradição marxista.

É importante resgatar que a divergência em relação ao caminho de desenvolvimento dos países do “bloco soviético” no Leste, foi um dos temas centrais da “grande cisão” que se verificou no movimento comunista mundial na década de 60, e que teve como maiores protagonistas, na época, o PC soviético, de um lado, e o PC chinês, de outro. A maioria dos partidos comunistas no mundo, na ocasião, se alinharam com o PCUS e defenderam as mudanças políticas, econômicas e ideológicas por ele encaminhado como uma “inovação do socialismo” que enterrava os erros e desvios do passado. Já as correntes que se alinharam em torno dos partidos da China e da Albânia denunciaram o revisionismo soviético como uma capitulação diante do capitalismo internacional, que se traduzia no abandono das tarefas da transição socialista e culminaria no próprio retorno ao capitalismo. A própria separação do PCdoB e do PCB no Brasil se inseriu nesta grande polêmica mundial.

Os acontecimentos do último ano no Leste europeu, ao lado da sua dimensão trágica, servem também como um teste empírico, promovido pela história, para ver qual das duas hipóteses acima conseguiu “dar conta” melhor do processo real. Que o leitor reflita e chegue às suas próprias conclusões.

► A superação da crise vai contra toda tentativa de petrificar o marxismo

As correntes marxistas-leninistas que há três décadas vêm criticando o revisionismo no leste europeu, poderiam chegar agora e dizer - “estão vendo como eu tinha razão?” - e simplesmente continuar na luta política e ideológica nos mesmos termos de antes. Mas este seria um procedimento enganoso, limitado e equivocado. Se não é o *socialismo* que está em crise hoje no Leste europeu, isto é porque ele já entrou em crise há algum tempo na União Soviética, arrastando atrás de si a maior parte do antigo campo socialista e dos antigos partidos comunistas. A China, que inicialmente alimentou esperanças de que pudesse vir a ocupar o papel histórico abandonado pela URSS, logo entrou pelo desvio do maoísmo e saiu pela contra-mão de Teng Hsiaoping desembocando no massacre da “praça da Paz Celestial”. Sem contar com um poderoso pólo de atração socialista no mundo, as revoluções anti-imperialistas abortam ou “truncam” no meio do caminho. O reformismo e o peleguismo recupera-

ram a hegemonia dos movimentos populares e sindicais. Na intelectualidade o marxismo perde seu fascínio enquanto “teoria da modernidade” e cede espaço para o chamado pensamento “pós-moderno”, que nada mais faz do que resgatar ultrapassadas formulações agnósticas e liberais, quando não absolutamente obscurantistas.

É verdade que este é um processo contraditório. O retrocesso nas condições subjetivas do movimento revolucionário no mundo coincide com um período em que se agravam as contradições objetivas das sociedades capitalistas, que exigem soluções revolucionárias, socialistas. Mas isso só torna mais urgentes e complexas as tarefas de defesa do marxismo, e mais graves as nossas limitações neste terreno. Não podemos simplesmente ignorar a derrota histórica que o socialismo sofreu nas últimas décadas.

Os acontecimentos do Leste, nesta perspectiva, colocam na ordem do dia uma série de problemas teóricos fundamentais que exigem desenvolvimento criador da própria teoria marxista. Uma tarefa teórica primordial é a sistematização e generalização das trajetórias vividas pelas primeiras experiências socialistas, sobretudo a URSS. Que novas contradições surgiram nessas sociedades que impediram a continuidade da transição para uma sociedade sem classes? Que erros foram cometidos pelos Estados socialistas? Qual foi a base interna para o abandono da perspectiva socialista? Que lições isso traz para o movimento revolucionário no mundo? Como evitar desfechos semelhantes em futuras experiências socialistas?

A gravidade desta problemática exige um enfrentamento amplo, corajoso e profundo na luta teórica. Algo que, guardadas as devidas proporções, pudesse desempenhar para o movimento revolucionário hoje o mesmo papel que as análises de Marx sobre a Comuna de Paris desempenharam no final do século passado. O enfrentamento teórico da atual crise do marxismo exige também a superação de toda e qualquer tendência a petrificar a teoria marxista, em nome de um suposto “combate ao revisionismo”. Com base neste desvio, qualquer desenvolvimento do marxismo seria visto com desconfiança, como “potencialmente revisionista”. Desta forma, a rica ciência marxista se transformaria num punhado de dogmas congelados e estéreis, incapazes de se desenvolver para dar conta dos novos fenômenos colocados pela vida.

No final do século XX, o conjunto de problemas teóricos que a vida coloca em questões tão fundamentais da teoria marxista, que nos deparamos com a reedição do enigma da esfinge da mitologia homérica - ou a deciframos, ou ela nos devora. Por se apoiar numa teoria científica e dialética avessa ao dogmatismo, e por ter sabido manter uma postura crítica e independente diante da evolução dos Estados do Leste, os marxistas revolucionários estão em condições de “peitar” este desafio e decifrar o enigma, sem cair na armadilha da desorientação.

Breve crônica de um fracasso anunciado

UMBERTO MARTINS*

Um paradoxo: a realização dos propósitos revisionistas é, ao mesmo tempo, a sua falência ideológica.

Seu coroamento como política dominante é seu desmascaramento e leva inclusive à sua derrota e afastamento dos governos em todo o Leste europeu.

O verniz marxista que encobria as falsificações teóricas é removido como último ato da volta ao capitalismo.

Desde Hegel a filosofia nos ensina que na natureza e na história humana, regra geral a aparência dos fenômenos pouco tem a ver com a sua essência, sendo muitas vezes o seu oposto, razão pela qual o conhecimento não pode se guiar por impressões ligeiras e superficiais da realidade, sob pena de incorrer em erros e mesmo neles permanecer indefinidamente. A história nos oferece neste momento uma interessante ilustração desta lei do pensamento e de como ela, em interação com as classes e suas ideologias, sujeita a consciência social a ilusões e futilidades.

Com efeito, sob a aparência de análises bem informadas sobre as mudanças em curso no Leste europeu muita bobagem tem sido divulgada pela mídia, nacional e internacional. Apregoa-se, por exemplo, que à *débâcle* dos regimes dominantes nos países da região corresponde a falência do marxismo, o acaso do sonho comunista, a vitória definitiva do "liberalismo" e, afinal (a conclusão seria lógica), o fim da própria história humana.

É preciso destacar, como Hegel, que a aparência é parte da realidade, não toda a realidade, daí porque não pode ser absolutizada. Ainda mais, é preciso entender que em relação aos fenômenos da história humana ela sofre a mediação de interesses inconfessáveis de classes e camadas sociais - expressos na interpretação de inúmeras organizações e correntes de opinião, de forma que a realidade parece perder seu caráter objetivo para adequar-se às idiossincrasias e interesses de seus intérpretes. É por isto, lembrava Hegel, por ser a forma imediata em que os fenômenos se apresentam à consciência e carregar múltiplas determinações, que os limites da aparência conduzem ao agnosticismo: o conhecimento revela-se impossível.

Esta lei do pensamento, e da dialética, propiciou que se difundisse, e amplamente, muitas noções ilusórias, falsificações e meias verdades sobre os passos mais recentes da história humana. Quando se afirma, por exemplo, que os acontecimentos atuais no Leste

europeu expressam o fracasso do socialismo científico e do marxismo, formula-se uma meia verdade. O movimento que ali se verifica, de fato, insere-se num período histórico de derrota do socialismo, derrota que teve dimensões históricas, assim como de inegável crise do marxismo.

Os fenômenos em questão não ocorrem em sociedades socialistas, mas sim em sociedades onde se processava uma transição, de caráter reacionário, para o capitalismo. Isto já foi dito e repetido talvez milhares de vezes pelos marxistas-leninistas desde que a transição ao capitalismo teve início no Leste. Mas, como estamos falando sobre aparência e essência, não custa lembrá-lo.

► O combate do socialismo científico sob o disfarce de "socialismo real"

Se observamos a atual etapa do movimento político em curso no Leste europeu não é difícil verificar que ele se apresenta como uma realidade e que nega completamente o socialismo - torna-se, enfim, sua antítese e é isto de fato. Neste sentido, hoje sua própria aparência parece ter-se rendido à essência e ambas coincidem. Mas nem sempre foi assim.

Ao analisarmos com maior rigor a trajetória dos regimes políticos em questão veremos que a raiz deste movimento não é atual, embora busque se apresentar como tal. Não se trata apenas de uma ruptura com o passado, como quer, por exemplo, o presidente soviético Mikhail Gorbachev, mas também e sobretudo da continuidade de uma linha política que vem sendo aplicada há mais de 30 anos.

O marco da mudança, que hoje atinge seu ponto culminante, foi o XX Congresso do PCUS, celebrado



Hegel

em 1956 e encabeçado por Nikita Krushev, que procedeu a uma radical ruptura com a orientação até então predominante na política da URSS e de todo o Leste europeu. Transformando-se principalmente o caráter de classe do Estado, que deixou de ser proletário, passou à direção da pequena burguesia e ser inspirado por uma ideologia burguesa: o fenômeno que desde então os marxistas-leninistas de todo o mundo denunciaram e classificaram como revisionismo contemporâneo.

O surgimento do fenômeno revisionista na história data pelo menos do início do século e já havia sido identificado e combatido eficientemente pelos marxistas de então - especialmente Lênin, que dedicou boa parte de sua obra política ao combate de tais concepções, que se caracterizam, em primeiro lugar, pela revisão burguesa do marxismo, de forma a "criar" uma doutrina "marxista" liberal, um Marx e um marxismo liberais.

Como se vê, é um fenômeno político antigo. No entanto, é preciso recorrer à memória da luta de classes do proletariado neste caso, especialmente na

atualidade, quando teóricos de várias procedências negam a existência do revisionismo como fenômeno político particular, e seu caráter de classe - burguês -, assim como procuram passar por verdadeira a falsa noção de que não existe propriamente uma teoria marxista, mas várias - fazendo do marxismo marxismos, pluralidade contraditória e sem nexos e, com isto, dissimulando as diferenciações de classes que existem entre as várias tendências políticas que se intitulam marxistas, assim como negando a possibilidade de desvirtuamento do marxismo pelo revisionismo, encobrendo na verdade a essência deste fenômeno.

Entre os traços comuns dos diferentes tipos de revisionismo surgidos na história, conta-se a substituição do princípio da luta de classes pela colaboração de classes. E, por natureza, o revisionismo nasce como um sistema ideológico dissimulado - é o combate ao marxismo sob o disfarce de marxismo, a negação do socialismo científico sob o disfarce de socialismo (adjetivado de "avançado" ou "real"). Sua aparência, portanto, é a própria negação da essência, servindo por isto para confundir e



Lênin enfrentou, no início do século, a primeira crise do marxismo

enganar os trabalhadores. A história, porém, tem mostrado que em sua trajetória o fenômeno acaba evidenciando a própria essência, chega o momento em que a aparência e essência coincidem e que a última surge como imediato - é também o instante da completa desmoralização do revisionismo, quando fica mais patente sua falsidade, no fracasso de suas idéias quando em confronto com a realidade e com as promessas de seus teóricos, assim como seu caráter burguês.

Desde o XX Congresso do PCUS a história do Leste europeu tem sido a história da aplicação das idéias revisionistas na região - a trajetória insinuante e contraditória de uma linha política pequeno burguesa, reacionária. E se a prática deve ser entendida como o critério da verdade, ela demonstrou a justeza da sentença emitida pelos marxistas-leninistas: estava em marcha desde Kruschov um processo de transição ao capitalismo, de restauração capitalista.

No entanto, a dissimulação da realidade pelos ideólogos burgueses e revisionistas prossegue. Ainda que o revisionismo seja um fato histórico incontestável, sua trajetória é apresentada como a trajetória objetiva, real, do socialismo, o fracasso das relações e formas de produção desenvolvidas no período de transição ao capitalismo como fracasso do socialismo, o planejamento revisionista como planejamento socialista, etc.

Não há porque negar que na atualidade essas aparências ganham uma dimensão sufocante sobre a consciência social. Para entender o apelo fácil de tais idéias é preciso estudar um pouco mais detalhadamente algumas particularidades do revisionismo soviético, que embora guarde com as outras formas de revisionismo procedentes traços comuns, como a raiz e o caráter de classe, tem no entanto muitas e fundamentais diferenças em relação a elas.

► O revisionismo no poder nega toda a experiência anterior do socialismo

Em primeiro lugar, ressalta-se o fato de que o revisionismo soviético (que, na sua trajetória, influencia todo o Leste europeu e os partidos comunistas do mundo) nasce como revisionismo no poder em um país socialista - que inclusive havia atravessado um período de transição do capitalismo ao socialismo. Seu combate ao marxismo, portanto, dá-se nesta condição, que determina várias de suas particulari-

dades. Sua base específica de classe, de outro lado, é a pequena burguesia que subsiste no socialismo e nele não perde seu caráter próprio de uma camada intermediária entre o proletariado e a burguesia, portanto com interesses e idéias oscilantes entre capitalismo e socialismo, altamente influenciável pela pressão ideológica exercida pelo imperialismo e tendente a exercer oposição ao novo sistema.

Desta forma, o revisionismo surge como fenômeno e se desenvolve no interior do sistema socialista, como sua negação, não aberta, nem mesmo necessariamente consciente, mas dissimulada (muito dissimulada) e, em função de sua base social, oscilante, indefinido. Lênin, e antes dele Marx, já observava que a pequena burguesia não porta um projeto social próprio, distinto dos projetos do proletariado ou da burguesia, que resultasse, por exemplo, numa terceira via entre capitalismo e socialismo, muito embora certos indivíduos possam sonhar com tal coisa - afinal, à imaginação, tudo se permite, nada é impossível, nada é proibido.

Pela posição que ocupa na produção e na sociedade, espremida entre duas classes antagônicas, a pequena burguesia necessariamente oscila seja do ponto de vista ideológico, político ou econômico entre o proletariado e a burguesia. Toda história recente do Leste europeu confirma cabalmente esta observação. Se os regimes erguidos pelos revisionistas na região podem e devem ser entendidos como regimes pequeno burgueses é por esta mesma razão que não foram senão regimes de transição, provisórios, uma preparação para o que forçosamente viria em seguida e estamos vendo agora: um capitalismo aberto, sem máscara. Estiveram enganados os que supunham nas sociedades em questão (em transição) um caráter permanente e tomaram formas provisórias por definitivas.

O caráter pequeno burguês dos regimes revisionistas implantados a partir de Kruschov marcam toda a trajetória daquelas sociedades e daquela ideologia, seus zigue-zagues, suas vacilações, suas distintas fases. A configuração ideológica do revisionismo nos distintos momentos de sua trajetória sempre foi um reflexo fiel de sua realidade. Podemos distinguir pelo menos três fases bem distintas, as principais, no desenvolvimento recente da URSS e dos outros países do Leste europeu, marcadas pela ascensão e queda de Nikita Kruschov, o período de Brejnev e, finalmente, a atualidade com Gorbachov. A ideologia e a prática revisionistas sofrem várias adaptações, com elementos de rupturas e continuidade, distintas fases.

O caráter revisionista das idéias esboçadas por Kruschov, assim como de sua conduta, aparecem inicialmente de forma mais ou menos clara, nítida, embora ele se apresente como representante de uma corrente que postulava uma revisão crítica do período de construção do socialismo e correção dos erros que teriam sido cometidos no tempo de Stálin. Na ocasião, é bom que se recorde, não foram poucos os que toma-

ram a coisa pela aparência de uma autocrítica necessária, justa, de sentido progressista e com o objetivo de garantir o desenvolvimento do socialismo num patamar ainda mais elevado.

Porém, a crítica virulenta a Stálin servia na realidade a outros propósitos e representava a negação de todo o período anterior de construção do socialismo na União Soviética, assim como das leis características do novo sistema, especialmente no campo econômico. Tudo que se opunha a Stálin transformou-se, de uma hora para outra, de bandido em herói, as orientações do XIX Congresso, realizado em outubro de 1952, foram engavetadas e substituídas por outras com princípios opostos.

Aos poucos, como lembra Enver Hoxha, se empreendeu “uma série de reformas que abriram o caminho à degeneração gradual do sistema econômico socialista e à ação incontrolada das leis econômicas capitalistas”. Em vez de se restringir mais e mais a atuação da lei do valor e da produção mercantil no socialismo, a orientação a partir de Kruschov seguiu o caminho contrário (com a entrega das Estações de Máquinas e Tratores às cooperativas e outras medidas), sujeitando a economia às leis do mercado, à anarquia.

Kruschov procurava encobrir o caráter burguês das reformas que pôs em marcha com bazófias, fraseologia oca e demagógica, como a promessa de que a URSS alcançaria o comunismo em 20 anos, depois de superar economicamente os Estados Unidos e a Europa ocidental, uma projeção completamente fora da realidade, idealista, antimarxista.

Os interesses e poderes da pequena burguesia foram consideravelmente ampliados desde então, acabando por configurar mais tarde uma espécie de nova burguesia dentro da URSS, que tornar-se-ia (como ainda é hoje) a base para a restauração da burguesia em seu estilo e com suas características e tradições clássicas.

No plano político, a transformação do caráter de classe do Estado e do partido comunista foi consagrada com a substituição do princípio de ditadura do proletariado pela noção vaga e pequeno burguesa de “Estado de todo o povo”, tomada emprestada do “Estado livre” dos lassalianos (que Marx criticou duramente na “Crítica ao Programa de Gotha”) e do partido proletário por “partido de todo o povo”.

Se a nível teórico o revisionismo procurou evitar formulações que evidenciassem sua natureza de classe, e seu caráter antimarxista, revelou-se, porém, de forma mais aberta na prática, na conduta política, na direção econômica, no caráter do planejamento, no enriquecimento progressivo da pequena burguesia. O básico, o fundamental, foi a transformação do caráter de classe do Estado soviético, que deixa de representar os interesses do proletariado e passa a ser dirigido conforme os intentos contraditórios da pequena burguesia, uma mudança que não se evidencia no rosto dos novos dirigentes, embora seja justo con-



Enver Hoxha

siderar que a cara corada de Kruschov já denunciava um caráter composto de bazófia e demagogia.

Já em Kruschov, portanto, que também abandona a linha revolucionária, baseada na compreensão da luta de classes como motor da história, pela colaboração de classes (preconizando o caminho pacífico da revolução, a concorrência pacífica entre capitalismo e socialismo e outras teses do gênero), tornava-se claro para os marxistas-leninistas que a URSS iniciava uma transição reacionária ao capitalismo, a trajetória farsesca do revisionismo contemporâneo, patrocinada pela direção pequeno burguesa. Esta, de fato, é a essência do processo hoje em fase de coroação: o batismo de realidade das idéias revisionistas revelaram-lhe a essência, confirmaram a previsão dos marxistas-leninistas, patentear o fracasso do revisionismo contemporâneo.

Mas voltemos a Kruschov. Postas em prática, suas idéias logo se revelaram um desastre completo, seja do ponto de vista econômico, social ou político. No calor da luta de classes (inclusive a nível internacional, onde as forças revolucionárias, à época inclusive o Partido Comunista da China, desencadearam uma ofensiva do desmacaramento do revisionismo), ele acabou entrando em desgraça no interior do próprio partido revisionista, caindo em 1964, sendo substituído por Leonid Brejnev. O revisionismo atravessa, então, uma nova fase, reveladora tanto de seu caráter pequeno-burguês, vacilante, quanto de sua natureza falsa e de suas manobras demagógicas. Com a desmoralização das idéias kruchevistas uma flexão táctica tornou-se imperativa para a direção revisionista da União Soviética. Brejnev surge, inicialmente, aparentando ser uma negação de Kruschov, promove uma reabilitação parcial e envergonhada de Stálin, assim como a recuperação de algumas palavras de ordem marxistas já então em desuso na URSS.

No seu livro de memórias (“A terra pequena, renascimento e terras virgens”), escrito em 1980, Brejnev, diferentemente do que fazia Kruschov e hoje faz Gorbachov, fala com admiração dos feitos heróicos do povo e do sistema soviético durante a guerra e no período posterior da reconstrução. Mas é já num tom forçado, referência a algo como um paraíso perdido, sem convicção.

Embora buscasse apresentar a si próprio e à fase que representou como uma recuperação dos princípios socialistas, e com muita boa vontade seja possível reconhecer certo interesse nesta direção (o que não é de surpreender, dado o caráter vacilante, pequeno burguês, do revisionismo), a mudança é muito mais formal do que real. O elemento de continuidade é muito mais forte do que o de ruptura, embora também este último exista na relação das fases representada por Brejnev e Kruschov refletindo contradições reais que se manifestavam na sociedade soviética, no partido, nas instituições e entre os trabalhadores.

► Com a invasão da Checoslováquia, desenvolve-se o social-imperialismo

A semente plantada por Kruschov já germinava e se desenvolvia silenciosamente. Com Brejnev, a continuidade das reformas capitalistas e dos fundamentos ideológicos do revisionismo são coisas bastante claras. No campo econômico, implementam-se as reformas de Kossiguin, que introduz o princípio do lucro como motor da produção e tem importância ímpar no processo de restauração capitalista.

Em relação à política externa, desenvolve-se aí o caráter social-imperialista da União Soviética, com a invasão da Checoslováquia, em 1968, e mais tarde, em 1979, do Afeganistão. Também avança a reintegração econômica, sempre crescente, com os países capitalistas do Ocidente - o endividamento externo torna-se particularmente agudo na década de 70 (que tornou-se famosa pela reciclagem dos petrodólares e excesso de liquidez no mercado financeiro internacional, tornando “fáceis” e “atraentes” os empréstimos a países pouco desenvolvidos e/ou dependentes).

Internamente, a fase Brejnev caracteriza-se por uma desmoralização sem paralelo das direções partidárias, o estilo de vida perdulário e nababesco da direção (o próprio Leonid tornou-se famoso como colecionador dos luxuosos automóveis Rolls Royces), o afastamento crescente entre partido e povo, a burocratização desmesurada da vida política e econômica, a cor-

rupção hoje fartamente documentada. Acompanhando tudo isto, um grande enriquecimento da pequena burguesia e clara orientação da economia para o mercado.

Por isto, embora o movimento do revisionismo em Brejnev revelasse contradições reais no seio da direção revisionista, assim como a vacilação de propósitos característicos da pequena burguesia, a direção principal da mudança dá razão a Enver Hoxha que nela via, fundamentalmente, uma mudança de tática.

No artigo “A demagogia dos revisionistas soviéticos não pode encobrir o semblante dos traidores” escrito em janeiro de 1969, Hoxha observa que “o suposto retorno à correta política de Stálin é a mais vil hipocrisia e a mais desesperada manobra dos revisionistas soviéticos”.

“Os sucessores de N. Kruschov se viram obrigados a mudar de tática”, comentou. Porém, acrescentou, “se a Nikita Kruschov corresponde o mérito de haver formulado a linha geral do revisionismo contemporâneo, a seus sucessores, à camarilha de Brejnev-Kossiguin, corresponde o ‘mérito’ de haver aplicado inteiramente esta linha contrarrevolucionária”.

Também neste caso, mais uma vez nos deparamos com a oposição entre aparência e essência. Na nova, e certamente a última, fase do revisionismo soviético, representada por Gorbachov e sua “perestroika”, a semente plantada por Kruschov já apresentava frutos maduros e provavelmente até mesmo podres. Faz-se necessário ao novo líder, tanto do ponto de vista da tática como da ideologia e como reflexo das contradições reais em curso na sociedade soviética, mostrar-se como uma nova negação, a negação de Brejnev (do período da “estagnação”) e uma espécie de síntese de Nikita Kruschov - conforme ele mesmo reivindicou em várias ocasiões e inclusive no seu livro “Perestroika”.

Há algo a ver entre a pretensão do líder soviético e a realidade. Esta nova fase do revisionismo exige de fato certa ruptura com as vacilações que até certo ponto marcaram a política anterior - sendo, de fato, uma espécie de síntese das reformas iniciadas por Kruschov, um coroamento do processo de transição ao capitalismo.

É bom refletir um pouco sobre outra característica marcante do revisionismo, e em especial do soviético, que não só jamais apresentou uma plataforma clara ou mesmo geral, conscientemente elaborada, como também seus propósitos objetivos são marcados pela vacilação e movimentos contraditórios, característicos de um fenômeno social pequeno burguês.

À mudança no curso político e no caráter de classes do Estado, implementada a partir de Kruschov, não se seguiu imediatamente a instalação de uma economia abertamente capitalista - mas inicia-se, isto sim, e tendo por fundamento a mudança política, um movimento de transição, não postulado, não necessaria-

mente consciente, com reformas mais ou menos ousadas que rumavam objetivamente no sentido da restauração capitalista.

Desta forma, enquanto evolui o regime preserva certas formas e relações sociais herdadas do período socialista, assim como uma fraseologia pretensamente marxista, que vai se alterando e se adaptando às mudanças em curso na sociedade. As reformas econômicas assumem a forma de mudanças quantitativas, graduais, que freiam o avanço do socialismo, conduzem à estagnação econômica, alteram o conteúdo de classe do sistema, mas não propiciam a transformação completa da economia em um capitalismo aberto, sem máscara.

Do ponto de vista econômico, o período de transição ao capitalismo - cuja base foi uma contra-revolução pacífica levada a efeito pelos revisionistas - é híbrido, a sociedade não é ainda capitalista quando já deixou de ser socialista. Isto é o que caracteriza a transição e o processo não poderia ser diferente, sob pena de desmoralização completa da ideologia revisionista logo de cara, o que inviabilizaria seus propósitos.

Esta característica do período de transição tem seus reflexos sobre a consciência dos trabalhadores em todo o mundo, evidentemente causou e causa enorme confusão nas fileiras do movimento operário e favorece a aparência e impressão de que o regime em questão era o socialismo e sua evolução lógica, objetiva, do socialismo, idéia largamente difundida pela burguesia atualmente.

Este reflexo sobre a consciência operária na história atual é o efeito mais pernicioso do revisionismo. Explica o desnorteamento das massas, o entorpecimento das idéias, o desvirtuamento da revolução em todo o planeta, a confusão generalizada e proliferação de todo tipo de grupos e tendências pequeno burguesas, antiproletárias (no Brasil, o PT é uma fiel expressão deste fenômeno, parece um resumo e uma condensação de quase todas as perplexidades e confusões geradas pelo revisionismo).

O coroamento do processo de transição ao capitalismo surge também como uma mudança quantitativa requerida objetivamente pelo acúmulo de reformas implementadas anteriormente, provindo daí a aparência de uma ruptura necessária, que em certo sentido de fato representa. Chega o momento em que o processo que completa a transição ao capitalismo não mais comporta reformas graduais, exige reestruturações radicais (seja na reforma dos preços, seja na privatização e falência em massa das estatais) e ganha uma qualidade nova.

Tudo isto vem acompanhado de transformações igualmente expressivas na ideologia revisionista, que já não é adequada aos novos tempos do regime e começa a deixar o cenário histórico como ideologia dominante. Tanto do ponto de vista das idéias mais gerais como no varejo, a rapidez com que muda a ideologia revisionista e torna-se uma negação de vários

dos postulados que esposava meses antes é gritante. Compare-se Gorbachov a seus antecessores e, no próprio Gorbachov, a visão que tinha sobre o direito ao trabalho quando escreveu o livro "Perestroika" (é defendia a segurança no emprego como uma conquista social inegociável, quando na verdade ela já deixara de ser uma realidade e tornara-se um princípio constitucional formal em contradição com o conteúdo capitalista adquirido pelas relações de produção) com a que expressou quando anunciou seu plano econômico - e, com ele, defendeu também o desemprego em massa.

A marcha do regime soviético, com a restauração completa das leis e categorias econômicas próprias do capitalismo, teve a virtude de transformar o invólucro marxista que encobria a ideologia revisionista num incômodo cada dia maior às elites dirigentes. Para coar o processo de transição a própria ideologia revisionista tem de ser ultrapassada e o revisionismo contemporâneo percorre no plano das idéias um caminho análogo ao da social-democracia - que em 1959, já plenamente desmoralizada como antimarxista, optou por romper formalmente com o marxismo.

► Badalados teóricos pequeno-burgueses e trotskistas permanecem atônitos

Este processo ficou evidenciado nos demais países do Leste europeu, especialmente Polônia, Hungria e Alemanha Oriental, onde os revisionistas, terrivelmente desmoralizados, foram substituídos na direção política por organizações políticas abertamente burguesas. Completou-se a transição política e praticamente também foi liquidada a transição para uma economia de mercado. O fundamental no processo que conduziu à restauração capitalista, não custa repetir - mais, inclusive, que o acúmulo de reformas quantitativas no campo econômico de sentido capitalista -, foi a transformação do caráter de classe do Estado soviético. Os teóricos pequeno burgueses, e em particular os trotskistas, nunca souberam compreender tal fenômeno. Ernest Mandel, por exemplo, num recente livro sobre o Leste europeu ("Além da perestroika") continuava sustentando que não havia ocorrido mudança no caráter de classe do Estado soviético: "Para os marxistas revolucionários (sic), os aspectos progressivos, incontestáveis do papel interno e externo do Estado soviético, decorrem precisamente do fato de que se trata ainda de um Estado operário, mesmo se é um Estado operário burocratizado".

O badalado teórico se embaralha todo para explicar que “a burocracia não se tornou uma classe dominante. Ela não pode fazê-lo evoluindo para uma ‘nova’ classe dominante, mas somente se transformando em uma classe capitalista ‘clássica’. Para que possa emergir um ‘novo’ modo de produção ‘burocrático’ não capitalista, a burocracia soviética deveria libertar-se definitivamente da influência da lei do valor”.

Com tal confusão mental e a criação de categorias fantasmagóricas, era mesmo impossível ao autor entender o caráter transitório da sociedade revisionista e, mais que isto sua direção: a restauração capitalista, que evidentemente não veio pronta, acabada, de um momento para outro.

► A glória do revisionismo coincide com sua desmoralização e derrota

Assim não admira que, no próprio livro, ele conclua: “Podemos então apostar que a ‘privatização legal’ ficará rigorosamente circunscrita a um setor artesanal/pequeno comércio da população. Só atingirá uma ínfima parte dos assalariados, só produzirá alguma porcentagem da renda nacional, terá menos amplitude do que a NEP sob Lênin, e não conduzirá à restauração do capitalismo, apesar de todos os temores dos críticos ‘esquerdistas’...”

Mais recentemente, o mesmo Mandel, em artigo para a revista “Teoria e debate”, do PT paulista, mostrou até que ponto está prisioneiro de seus próprios dogmas e não consegue ver um palmo além das suas confusas idéias. A revista, n.º 9, válida para o trimestre janeiro-fevereiro-março de 1990, contém um artigo em que Mandel mais uma vez aposta que o que estava ocorrendo na Polônia e na Alemanha Oriental (hoje anexada pela Ocidental) era uma revolução política do povo e não o coroamento da restauração capitalista. Diz-se que contra fatos não há argumentos, mas ninguém pode nos garantir de argumentos contra fatos.

A história encerra neste período a trajetória fracassada do revisionismo contemporâneo, mas tal fracasso carrega um paradoxo: o coroamento da transição capitalista é o sentido objetivo da trajetória revisionista, portanto a realização objetiva de seus propósitos, sendo ao mesmo tempo o momento de seu desmascaramento e saída da cena histórica como ator principal (seja transmutando-se desavergonhadamente numa ideologia abertamente social-democrata, como ocorreu em quase todos os países do Leste europeu, seja

simplesmente sendo varrido por poderosos movimentos de massas dirigidos pela burguesia). Sua gloriosa realização coincide com a morte sem pompas, embora continue e continuará por tempo indefinido a ser um cadáver insepulto.

Ao mesmo tempo, para deleite da ideologia burguesa, consegue a façanha de fazer passar seu próprio fracasso por fracasso do socialismo - de que foi e sempre será um feroz inimigo. As misérias que lhes são características, entretanto, não são misérias socialistas e é preciso limpar a consciência operária desta falsa aparência impingida pela burguesia.

O revisionismo surge como uma autocrítica necessária do próprio socialismo, e de fato aponta falhas e erros ocorridos no processo de construção do socialismo na URSS, que não podem ser compreendidos senão à luz das condicionalidades históricas da época. Os marxistas-leninistas não se recusam a estudar e entender as lacunas e deficiências do período, e procuram mesmo ser seus críticos mais impiedosos e conscientes.

Conforme já previa Marx no seu livro “18 Brumário” as revoluções proletárias, ao contrário das burguesas, “criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnekem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seus adversários apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso...”

A direção seguida pelos revisionistas não foi esta, marxista, revolucionária, proletária. Pelo contrário. A história comprova a verdade contida na opinião dos marxistas-leninistas quanto à orientação burguesa imprimida desde a segunda metade dos anos 50 na URSS e no Leste europeu, que expressou também uma derrota do socialismo. O socialismo, porém, do ponto de vista histórico só pode ser comparado a uma criança, que ainda engatinha, cai, retrocede e às vezes tem dificuldade para se levantar. Mas renascerá mais forte e em estágio muito mais avançado do que a história deu até hoje exemplo.

Os que apostam no fim da história não perdem por esperar, e fariam bem em meditar sobre a frase de Cazusa e Lobão: “O tempo não pára”. Quanto aos revolucionários, na luta é preciso mostrar a convicção com que se nutria o escritor Emile Zola durante o famoso “caso Dreyfus”: “a verdade está em marcha na história”, dizia.

Polônia: os frutos da "perestroika"

ROGÉRIO LUSTOSA

Em 1956, Gomulka saiu da cadeia para a chefia do governo e do POUP. Em 1989, o Solidarnosc repete a história. E aplica uma orientação tida até pelo ex-ministro Bresser Pereira como neoliberal. Lech Walesa, conhecido como líder grevista, agora taxa de bandidos os ferroviários em greve. Segue uma breve cronologia destas transformações

12 de setembro de 1989: O Solidarnosc forma o novo governo, chefiado por Tadeusz Mazowiecki. Ao tomar posse, o primeiro-ministro promete acabar com a planificação econômica e criar uma economia de mercado. Desencadeia um plano de austeridade visando pagar a dívida externa. O ministro das Finanças, Leszek Balcerowicz, anunciou mudanças "na direção de uma economia de livre mercado ao estilo ocidental". Em todos os terrenos anuncia-se uma "perestroika" de fazer inveja até a Gorbachov. Passados menos de 9 meses, o presidente do Solidarnosc, Lech Walesa, acusa de "bandidos" trabalhadores em greve contra o arrocho salarial promovido pelo governo.

Lech Walesa, principal líder do Solidarnosc, defende a privatização das empresas estatais. Mas diz que "os poloneses são muito pobres para comprar as companhias do Estado. Precisamos que os empresários do ocidente nos ajudem". E, numa visita de quatro senadores americanos a Gdansk, em agosto, convidou: "Vocês devem estabelecer bancos e empresas, estimular a economia e as pessoas".

Sob o novo regime polonês, Walesa espera "ver a morte do comunismo" e a construção de um sistema que "não ser capitalista, ser melhor que o capitalista".

Para compreender como as coisas chegaram a este ponto na Polônia, é necessário lembrar um pouco da história.

1945: Tropas nazistas de Hitler foram expulsas do país. Assumiu o poder o Soviet Popular Polonês. Este governo popular realizou uma reforma agrária e colocou nas mãos dos trabalhadores cerca de 10 milhões de hectares de terra - através de propriedades camponesas ou de fazendas estatais. Travou-se uma luta acirrada contra o partido da burguesia e dos kulaks (burguesia rural), dirigido por Mikolaychik.

1947, janeiro: Eleições para o Parlamento Nacional (Seim). As forças revolucionárias infringiram fragorosa derrota aos partidários de

Mikolaychik. Bodeslaw Bierut, veterano dirigente comunista foi escolhido pelo Seim como presidente da República.

1948, dezembro: Congresso unificado dos comunistas e socialistas de esquerda formou o Partido Operário Unificado da Polônia (POUP). Desmascarado um agrupamento oportunista que agia no Partido a serviço da burguesia. Vladyslaw Gomulka, líder do grupo, foi preso por sabotagem ao partido e à revolução.

1950-55: Primeiro Plano Quinquenal. A fabricação de máquinas e equipamentos foi multiplicada por três. Os empregos urbanos cresceram 60%. Criadas três mil cooperativas agrícolas. O parque industrial, destruído pela guerra, foi reconstruído.

1956: Nikita Krushov assaltou a direção do partido e do governo da União Soviética. Bierut morre misteriosamente numa visita a Moscou. Pouco antes morrera, também na capital soviética, Klement Gottwald, dirigente comunista da Tchecoslováquia, vítima de doença súbita e pouco convincente. Coincidentemente, o mesmo aconteceu com o legendário George Dimitrov, da Bulgária.

Outubro, 1956: Por pressão dos krushovistas, Gomulka foi solto e colocado na chefia do governo e do POUP. Na própria reunião do Comitê Central que o elevou a primeiro secretário do partido, Gomulka declarou que o sistema cooperativista no campo e as empresas estatais não eram rentáveis. Do ponto de vista do ataque descarado às conquistas da revolução, adiantou-se em 30 anos à "perestroika". A construção do socialismo foi truncada nos primeiros passos.

O novo governo deslocou os investimentos prioritários da indústria pesada para a indústria leve. Restaurou a lógica capitalista da busca do lucro e de resultados imediatos.

O socialismo leva em conta o conjunto da economia a médio ou longo prazo. Ao invés da



rentabilidade rápida no setor de bens de consumo, procura criar prioritariamente uma sólida indústria de bens de produção. Promove assim um desenvolvimento harmônico e ininterrupto. No capitalismo, as crises periódicas abalam a economia, pelo crescimento anárquico dirigido pela ganância.

Também no campo a coletivização foi interrompida em favor do incentivo às propriedades individuais. Criaram-se facilidades para a venda de terras e transmissão de bens por herança. Foram firmados acordos econômicos com a Alemanha Ocidental, iniciando a abertura para a penetração de capital estrangeiro.

Gomulka usou o velho sentimento nacionalista, arraigado entre os poloneses contra a Rússia Czarista (justa repulsa à opressão que sofreram), para indispor os trabalhadores contra a URSS e, na verdade, contra o socialismo. Passou a pregar uma "verdadeira independência da Polônia". E a dizer que a nova orientação econômica era uma "via nacional, específica da Polônia", para o socialismo.

1957: Junto com o nacionalismo, Vladyslaw Gomulka explorou as calúnias formuladas por Krushov contra Stálin, no XX Congresso do PCUS, para ir mais longe do que os próprios dirigentes soviéticos pretendiam. Na Conferência dos partidos operários, em Moscou, declarou: "Não somos mais

dependentes da URSS como na época de Stálin". O feiticeiro Krushov não controlava mais o gênio que tirara da garrafa. Aliás, da cadeia.

O POUP perdia a perspectiva revolucionária e o seu caráter proletário. Trocava o internacionalismo pelo nacionalismo burguês. Passava a contrapor, artificialmente e de forma mesquinha, os interesses particulares da Polônia aos interesses gerais da classe operária em plano mundial.

1960 a 66: As propriedades privadas cresceram 42%. Uma nova classe, de pequenos e médios empresários, ganhava força. Os kulaks, proprietários de terra, reconquistavam o terreno perdido.

1967, 1 de setembro: O órgão oficial do POUP, "Tribuna Ludu", revelava a existência de 150 mil pequenas e médias empresas industriais privadas - 12 mil a mais que em 1966. E que o governo concedera créditos de 178 bilhões de zlotys (moeda polonesa) a estabelecimentos particulares - mais 40 milhões do que em 1966.

No campo, o jornal mostrou que restavam apenas 3% das terras coletivizadas. 86% eram propriedades individuais. 11% do Estado.

Com a revolução, a burguesia fora derrotada. As grandes empresas capitalistas passaram para as mãos do Estado, dirigido pelo proletariado. Mas as

raízes do capitalismo não haviam sido eliminadas. A revolução socialista estava no início apenas.

Lênin sublinhava que a pequena produção “engendra continuamente, dia e noite, hora a hora, o capitalismo e a burguesia, por um processo espontâneo e em massa”. E advertia: “É mil vezes mais fácil vencer a grande burguesia centralizada que vencer milhões de pequenos patrões, os quais, pela sua atividade cotidiana, habitual, invisível, inapreensível, dissolvente, realizam os mesmos resultados que são necessários à burguesia, que restauram a burguesia”.

Assim, não basta chegar ao poder. A revolução implica em reordenar toda a sociedade sobre alicerces inteiramente novos. Do ponto de vista econômico, desenvolver a grande indústria moderna e, com base nela, reorganizar a agricultura. Mecanizar o trabalho agrícola, avançar na coletivização das explorações camponesas, elevar sua produtividade. Só assim pode-se livrar o país dos elementos capitalistas, no campo e na cidade.

A linha adotada por Gomulka, pelo contrário, abria caminho para o fortalecimento das bases do capitalismo, reaparecimento das crises, agravamento das desigualdades e dos conflitos de classes. As pequenas propriedades multiplicaram-se como trincheiras da burguesia. Mesmo a penetração do capital estrangeiro no país tomou corpo preferencialmente através de empresas de pequeno porte.

1970: Levante operário. Greves paralisaram o país. O governo reagiu com violenta repressão: 56 trabalhadores mortos nos confrontos com a polícia. Mas o POUP foi obrigado a manobrar e retirar de cena o velho traidor Gomulka. Em seu lugar colocou Edward Gierek.

A via capitalista, no entanto, prosseguiu. Gierek abriu ainda mais as portas para o capital estrangeiro através de empresas mistas, reservando ao Estado metade das ações. Em 1976 os investidores estrangeiros obtiveram permissão para controlar até 100% de empresas pequenas e médias.

Os interesses da nova burguesia no poder entrelaçavam-se com os das multinacionais e dos sócios soviéticos, que também entraram no negócio das empresas mistas. Ao mesmo tempo, crescia a burguesia de tipo tradicional, proprietária das novas empresas particulares, em boa parte associada com grupos europeus ocidentais e americanos.

1970 a 75: Camponeses arruinados pela concorrência foram obrigados a vender 385 mil hectares de terras. Acelerava-se a diferenciação de classes no campo. A burguesia rural cresceu rapidamente - os kulaks assenhoreavam-se de grandes extensões territoriais. Os pobres retornavam em massa à condição de assalariados.

A Igreja polonesa, tradicionalmente ligada ao latifúndio e reacionária, detinha então 200 mil hecta-

res de terra. Área superior a toda a superfície ainda nas mãos das cooperativas.

1980, agosto: Greve em 21 grandes empresas em todo o país e de 50 mil trabalhadores do porto e dos estaleiros de Gdansk. O estopim foi a alta dos preços da carne.

31 de agosto: Legalizado o “Sindicato” Solidarnosc. Na verdade um partido político, antisocialista, representando os interesses da Igreja, dos kulaks e da nova burguesia associada ao capital ocidental. Seu dirigente, Lech Walesa, recebeu 300 mil dólares de “contribuição”, diretamente do presidente da AFL-CIO, Lame Kirkland. O imperialismo nem disfarçava sua intromissão.

Edward Gierek foi derrubado pelo movimento grevista. Cedeu o posto para Stanislaw Kania. E o Congresso do POUP, no ano seguinte, expulsou Gierek do partido, visando amainar as tormentas da luta de classes.

Detalhe deste Congresso: 30% dos delegados eram ligados ao Solidarnosc, assim como 20% do Comitê Central eleito.

1981: A Polônia, país tradicionalmente exportador de alimentos, passa a importar 10 milhões de toneladas de cereais. 82% da produção interna já era oriunda das propriedades particulares.

A dívida externa chegava a 25 bilhões de dólares. O Produto Nacional Bruto em 81 foi 14% inferior ao do ano anterior. 20% da indústria pesada já era fabricada sob licença ocidental, isto é, com tecnologia estrangeira. A produção de carvão ficou 14 milhões de toneladas abaixo do previsto. O déficit de carne foi de 230 mil toneladas e o seu preço subiu 60%.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia este quadro dramático, vinha à tona a boa vida de altos funcionários, com mansões de até 40 cômodos. Acumulava-se pobreza de um lado e riqueza de outro.

5 de agosto: Greve de advertência contra o racionamento da carne e falta de outros gêneros. 500 mil trabalhadores lutam na capital e 800 mil mineiros na Silésia.

O abandono do caminho socialista provocava o empobrecimento dos trabalhadores e dificuldades cada vez maiores no terreno econômico. Só a nova oligarquia encastelada no poder obtinha vantagens.

Os trabalhadores, apartados dos meios de produção, escravos assalariados outra vez, não sentiam mais estímulo pelo trabalho. Nas produções camponesas, usam até a exaustão as velhas máquinas. Só o Estado socialista, visando transformações no sistema de produção e aumento da produtividade, tem capacidade para grandes investimentos, modernização e renovação acelerada dos equipamentos.

Os diretores das empresas tornaram-se novos



patrões. Protegidos pelo aparato estatal, descuidam da racionalização da produção e do avanço tecnológico. Estabelecem uma rede de compadrismo com os figurões do governo e do partido para obterem privilégios.

Disso resulta esbanjamento de recursos, falta de estímulo para pesquisa e, logicamente, desenvolvimento retardado.

13 de dezembro, 1981: Golpe militar leva ao poder o General Jaruzelski à frente de um Conselho Militar de Salvação Nacional.

Os banqueiros internacionais livram o novo governo da bancarrota. Mas aproveitam para obterem lucros fabulosos. A revista inglesa "The Economist" mostrou que a parcela da dívida externa que deveria ser paga neste ano foi renegociada, com cláusulas especiais que ao final elevaram os juros para taxas absurdas, em torno de 20%.

1982: Novo surto grevista. Em 31 de agosto três manifestantes mortos pela polícia. Em outubro mais greves. Militarização das indústrias. Introduzida a pena de morte para grevistas.

1985: A Polônia foi aceita no FMI. Recebe missões especiais para monitorar a economia - como as equipes chefiadas por Ana Maria Juhl, no Brasil, durante a ditadura militar.

1987, outubro: Pacote econômico prevê incentivos à iniciativa privada, corte dos subsídios e aumento de preços, demissão de aproximadamente 3 mil funcionários, maior autonomia dos gerentes de empresas, maior relacionamento com o FMI.

A dívida externa - com o ocidente e com a URSS - já saltara para US\$36 bilhões. 75% das exportações eram voltadas para pagar juros e amortizações. Produtos de primeira necessidade eram desviados para exportação, provocando racionamento e elevação dos preços para a população. Tarifas públicas e combustíveis cada vez mais caros. "Tudo pela dívida", como os brasileiros conhecem muito bem.

1988: O ano começa com manifestações em Gdansk, promovidas pelo Solidarnosc (ilegal desde o golpe de Jaruzelski), contra aumentos dos alimentos (40%), aluguéis (100%), gasolina (60%) e outros, de até 200%. Maio, nova onda grevista.

A luta contra a ditadura militar é conduzida de forma a colocar a população cada vez mais contra o suposto socialismo do General Jaruzelski. Nem o imperialismo nem o seu marionete polonês, Lech Walesa, têm interesse em esclarecer os trabalhadores sobre o processo de restauração do regime burguês.

Bonislaw Geremek, dirigente do Solidarnosc, sugere que a URSS intervenha em seu país para implantar a "perestroika"!

1989, 30 de maio: A milionária norte-americana, de origem polonesa, Barbara Piasecka, assina acordo para investir US\$100 milhões numa empresa mista, para "salvar" os estaleiros Lênin, em Gdansk. O governo elimina restrições para transferências de lucros em dólares ou outras moedas para o exterior e reduz o confisco cambial.

4 de junho: Eleições para o Parlamento. O Solidarnosc, novamente legal, desde o início do ano, ganha todas as cadeiras de deputados (35%) colocadas em disputa. E 99 das 100 vagas de senadores. Para os 65% das cadeiras restantes, reservadas para os candidatos do POUP unicamente, sem disputa, nenhum deles conseguiu o quorum necessário.

Os partidos Camponeses e Democrático, até então alinhados com o POUP, passam para o campo do Solidarnosc. Formou-se uma nova maioria parlamentar com 261 votos dos 460 representantes no Parlamento.

9 de julho: O presidente Bush, dos Estados Unidos, chega a Varsóvia para uma visita. Anuncia que vai pedir ao Congresso americano uma "ajuda" de 115 milhões de dólares à Polônia. Anteriormente, em 10 de junho, já havia solicitado que o Banco Mundial liberasse US\$325 milhões de empréstimos. E seu governo adiou por 5 anos o pagamento de US\$ 1 bilhão da dívida, vencido este ano (imaginem as condições).

Em homenagem ao visitante, deputados do POUP e do Solidarnosc se confraternizaram num banquete na casa do embaixador americano. E, sob as bênçãos de Bush, Janusz Onyskiewicz, sindicalista que no ano passado estava preso, e agora é deputado pelo Solidarnosc, foi surpreendido com um brinde do próprio General Jaruzelski.

11 de julho: Bush foi almoçar na casa de Lech Walesa. Depois o líder sindical foi apresentar o presidente americano a 25 mil trabalhadores reunidos no estaleiro Lênin.

Walesa revelou que a reivindicação dos poloneses era a entrada de 10 bilhões de dólares do ocidente nos próximos três anos.

19 de julho: Acordo entre o POUP e o Solidarnosc, no Parlamento, permite a reeleição do General Jaruzelski para presidente, com apenas um voto a mais do que o necessário.

12 de Setembro: o Parlamento aprova o novo ministério, formado pelo Solidarnosc (12 pastas), chefiado por Tadeusz Mazowiecki, por 405 dos 415 votantes. O POUP, inteiramente desmoralizado, fica com 4 ministérios, entre eles os do interior e da defesa, para assegurar a manutenção da Polônia no Pacto de Varsóvia.

Apenas um dos ministros do Solidarnosc não é ligado à Igreja, Jacek Kuron, do Trabalho, expulso do POUP em 1965. O primeiro ministro, Tadeusz Mazowiecki, é amigo pessoal do Papa Paulo II, e o ministro da Relações Exteriores, Krzysztof Skuszewski, era assessor do Cardeal-Primaz Josef Glemp.

Os ministros da área econômica dizem que vão transformar "a qualquer custo" o sistema do país. Dão um prazo de seis meses para o desmantelamento (do que resta) da economia de planejamento centralizado. Anunciam suas metas: privatização das empresas, fim do controle dos preços, reforma da política fiscal e monetária, controle dos subsídios. Tudo segundo as regras clássicas do FMI.

Em Washington, expondo o plano perante os ministros das Finanças dos chamados "Sete Grandes" países industrializados, Leszek Balcerowicz, ministro das Finanças polonês, advertiu que "o processo poder tornar-se tenso e apreensivo, em vista das inevitáveis privações". Isto é, diante do fechamento de empresas, do desemprego e do arrocho salarial, inerentes à reforma.

A burguesia imperialista corre para aprofundar as mudanças e aproveitar as chances de novos investimentos altamente compensadores. Os grupos monopolistas tratam de usar e abusar da mão de obra polonesa, barata mas altamente qualificada.

A revista "The Economist" publica um verdadeiro receituário para os empresários interessados na Polônia (reproduzido no Brasil pela Gazeta Mercantil). Bancos, pequenas indústrias alimentícias, equipamentos agrícolas para os pequenos produtores, transporte, linhas telefônicas privadas, construção civil, turismo, são algumas das recomendações. Diz que o objetivo é "reconstituir a infra-estrutura capitalista da Polônia com a maior rapidez possível".

Não se trata propriamente de "reconstituir" o capitalismo, uma vez que a economia polonesa já funciona neste sistema. O que resta é liquidar alguns resquícios do período de construção socialista, em particular a interferência estatal na produção e na distribuição das mercadorias. Ou seja, adequar melhor a forma de funcionamento da economia ao conteúdo capitalista, já restaurado.

A ofensiva é para incentivar a "iniciativa privada" propriamente dita, apoderar-se das empresas até agora nas mãos do Estado, e adaptar o próprio aparato estatal à nova realidade. Paralelamente, avançar na luta para afastar a Polônia do campo soviético, sem romper o equilíbrio entre as duas superpotências, EUA e URSS.

14 de setembro: O Parlamento Europeu, com rara unanimidade, aprovou oito resoluções de ajuda à Polônia. Entre elas uma espécie de novo "Plano Marshall" proposto pelo ex-presidente francês, Giscard D'Estaing, para "salvar" a economia da Polônia. Criado um "Fundo de Modernização"

para financiar investimentos e privatizações.

26 de setembro: A Comunidade Econômica Européia (CEE) propôs uma ajuda de US\$324 milhões à Polônia e à Hungria e manifestou-se a favor de empréstimos (subsidiados) do Banco Europeu de Investimentos a estes países. Propôs também destinar a estes países, US\$216 milhões do orçamento da CEE em 1990.

Os governos ocidentais já prometeram US\$230 milhões em ajuda alimentar. E outros 100 em ajuda não alimentar.

O governo polonês enviou memorando pedindo ao Ocidente 900 mil toneladas de cereais e 60 milhões de toneladas de carne e alguns remédios para os próximos três meses. Quer ainda US\$800 milhões de financiamento para máquinas agrícolas e alimentos.

"A ajuda para os reformadores poloneses não é apenas uma questão econômica, pois determina também o sucesso das mudanças políticas que são importantes para a Europa como um todo". Diz o memorando.

Ao lado deste avanço voraz, o imperialismo desenvolve em plano mundial uma furiosa investida ideológica contra o socialismo. Tenta jogar sobre o sistema socialista a responsabilidade pelo fracasso da economia - não só da Polônia mas da Hungria, Alemanha Oriental e demais países do Leste Europeu.

O POUP e os demais partidos revisionistas do Leste marcham para uma nova etapa. Até aqui diziam-se socialistas. Chamavam as orientações burguesas que adotaram de "marxismo criador". Negavam categoricamente que estavam restabelecendo as relações capitalistas. Agora renegam ostensivamente a revolução e confessam sua adesão às concepções social-democratas. E ainda acrescentam "de tipo ocidental".

O fato é que chegou ao fim a transição de volta do socialismo ao capitalismo. A burguesia já não precisa de intermediários, de fachada socialista. Os partidos que cumpriram esta missão vão para a lata do lixo. Assumem o poder organizações que pregam abertamente a economia de mercado, capitalista. Por ironia, se Gomulka estivesse vivo, talvez fosse de novo para a cadeia - agora por ser pouco capitalista!

Os velhos partidos social-democratas, para manter uma tintura côr-de-rosa, falavam em manter setores básicos nas mãos do Estado. Agora mesmo isto acabou, a palavra de ordem é privatização total.

Os ideólogos da reviravolta no Leste inventam os mais fantásticos argumentos para explicar como a economia de "livre mercado" seria um avanço em relação à planificação econômica.

Os processos de troca no capitalismo realizam-se de forma anárquica. Como uma força cega, agem sobre a produção jogando o trabalhador de um lado para outro, alienado do processo. A planificação tornou-se possível pelo desenvolvimento da socieda-



de e pela tomada do poder pelos produtores de bens materiais.

A produção, no socialismo, é orientada de acordo com a consciência dos homens, para satisfazer suas necessidades. A planificação é uma etapa superior à economia de "livre mercado". O socialismo é o primeiro sistema social da história onde os homens dirigem a produção de modo consciente, apoiados em formulações teóricas científicas. É um desrespeito à inteligência defender as "vantagens" do retrocesso à regulação espontânea da economia pelo jogo da oferta e da procura.

O próprio capitalismo, apesar das barreiras intransponíveis impostas pela propriedade privada, faz imensos esforços para planejar a economia e evitar as consequências desastrosas das crises.

O Solidarnosc, que manipulou as reivindicações dos trabalhadores, precisa controlar a agitação popular: Walesa pediu uma "trégua de seis meses ou até um ano" para que o governo inicie as "mudanças necessárias". E fala que o primeiro ministro pode ser forçado a adotar "medidas impopulares". Fez um apelo para "acabar com as reivindicações salariais exageradas e voltar aos valores do trabalho duro". Chegou a declarar, recentemente, que "os problemas econômicos não se resolvem com manifestações de rua".

6 de novembro: A direção do POUP confessa seu fracasso. Diz que "o socialismo aplicado até agora faliu", reconhece que "o tempo do POUP está superado, as fontes de sua força estão esgotadas, assim como as possibilidades de recuperar a confiança da sociedade". Defende "um autêntico sistema parlamentar". Abandona assim a linguagem pseudo-socialista e passa a imitar a demagogia do Solidarnosc.

O proletariado não pode esperar nada desta aliança da camada burguesa encastelada há 30 anos no aparato estatal (em boa parte comprometida com a URSS) com a Igreja e a nova burguesia que se desenvolveu apoiada no ressurgimento das empresas privadas (em geral associada ao capital ocidental). É um pacto antioperário, reacionário.

Por outro lado, existe uma disputa acirrada destes dois blocos entre si, pelo controle do poder. Com vantagem neste momento, para o Solidarnosc, que capitaliza a seu favor a revolta operária e popular.

1 de janeiro de 1990: Devido à política de "verdade dos preços", a carne, legumes e frutas subiram 200% em duas semanas. Energia elétrica, gás, calefação e água quente subiram 600%.

O ministro das Finanças prevê um desemprego de 890 mil pessoas neste ano. Geromek, líder do Solidarnosc no parlamento, fala em 3 milhões de desempregados. O vendaval deve atingir muita gente pois os planos de "reestruturação" abrangem empresas ti-

das como não rentáveis que empregam cerca de 5 milhões de trabalhadores.

Até o início deste ano já foram autorizadas 290 empresas mistas com capitais estrangeiros. Uma empresa especializada acessora os investidores estrangeiros interessados em se estabelecerem no país.

8 de fevereiro: O ex-ministro brasileiro, Bresser Pereira, imaginem, em artigo no jornal Folha de S.Paulo, critica as orientações "neoliberais" do governo polonês. Ele diz que as medidas do ministro Balcerowicz seguem "um típico plano ortodoxo, aprovado pelo FMI". E que "o pós-comunismo será cheio de dificuldades. Dificuldades que poderão ser potencializadas se se tentar usar na Polônia medidas neoliberais que, se não dão certo em países capitalistas, serão desastrosas em um país que ao mesmo tempo que busca a estabilização deve construir um mercado".

A tragédia neste processo de traição ao socialismo é ainda maior pelo fato de que a própria classe operária, sem contar com um partido revolucionário, tem servido de massa de manobra, ludibriada e arrasada pelo Solidarnosc. Os líderes desta organização mostraram grande habilidade em explorar o arrocho salarial e a escassez de gêneros para derrotar o governo de Jaruzelski. Empunharam a bandeira do ódio nacional contra os russos usando-a para combater o socialismo. A necessidade de botar abaixo o regime apodrecido do POUP foi capitalizada por forças antisocialistas. Desta forma, a classe operária é utilizada contra seus próprios interesses.

Os acontecimentos na Polônia demonstram mais uma vez que a mobilização espontânea da classe operária não conduz à consciência socialista.

Walesa percebe entretanto que, numa situação de crise tão aguda, a máscara pode cair. Teme que o proletariado tome consciência e se organize num nível mais elevado. Daí os apelos tão descarados do Solidarnosc para que os "amigos" ocidentais ajudem a equilibrar a economia nacional. E os pedidos de trégua aos trabalhadores.

29 de maio de 1990: Ferrovários em greve contra o arrocho salarial - fruto da nova política econômica - são taxados de "bandidos" por Lech Walesa. O presidente do Solidarnosc considera que os trabalhadores estão utilizando reivindicações econômicas com finalidades políticas (!).

O proletariado polonês atravessa um período de enormes dificuldades. Em consequência das derrotas sofridas na década de 50, em plano mundial, o partido comunista foi destruído e as conquistas iniciais do socialismo liquidadas. Reconstruir o partido, reatar as ligações com as massas operárias, explicar-lhes o caráter das mudanças em curso, reencontrar o caminho da revolução, exigem enorme tenacidade e ardor revolucionário.



Bresser

Resgate da coerência contra o ecletismo

JOSÉ REINALDO DE CARVALHO*

Assustados pelas tormentas dos períodos de transição, no afã de aparecerem como modernos, alguns marinheiros de primeira viagem trocam a ciência por modismos de ocasião. O confronto entre revolucionários e falsos inovadores é velho no Brasil. Hoje, para fazer avançar o pensamento proletário, é necessário resgatar a coerência dos marxistas leninistas

Marx já dizia, e nos tempos atuais foi citado indevidamente, que “tudo que é sólido desmancha no ar”. Os acontecimentos desse fim de século, que assiste à quebra de antigos equilíbrios, mostram a decadência do capitalismo e a tempestuosa crise no mundo socialista. Nesse quadro a frase do velho filósofo soa com inquietante (para alguns) força e atualidade.

Particularmente a forma torrencial com que sucederam os episódios na URSS ou no Leste europeu (e ainda sucedem, os fatos ainda estão em curso) fazem ver que antigas referências conceituais se esvaem no pó da história, valores aparentemente eternos se perdem no vórtice das derrocadas, correntezas que a tudo arrastam.

É importante entender este momento de transição na história (nela tudo é transitório) como reflexo de uma situação objetivamente dada, complexa e cujos desdobramentos é impossível no momento prever. E encarar com naturalidade o fato de que, queiramos ou não, independente da manifestação de boa vontade e da proclamação de certezas quanto ao desenvolvimento revolucionário e ao futuro socialista da humanidade, o desnorteamento atinge de cheio as forças revolucionárias e socialistas.

Em toda parte, entre estas forças, a atitude mais em voga é desaprender todo o conhecimento acumulado, desfazer realizações, rever a experiência vivida. Não é de admirar ou surpreender, muito menos de condenar. É de compreender. Crises sempre são benéficas, pois constituem o momento supremo do salto, da mudança qualitativa, o prelúdio da negação da negação.

Mas em alguns setores da esquerda revolucionária e socialista manifestam-se, neste ambiente de desnorteamento político e ideológico, algumas tendências que, partindo da crítica necessária à

descoberta do *novo*, retornam à *velhice* modorrenta de conceitos ultrapassados. É aí que o poeta sente a dor de perceber que “apesar de tudo o que fizemos ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”.

Identifico o fenômeno em três direções, todas a meu ver falsas. A primeira é a tendência em se aferrar ao passado, transformando em mito, seus personagens, em ícones sagrados a quem só se deve culto e reverência, suas glórias em epopéias inultrapassáveis pelo espírito humano, seus fracassos em fatos somenos. É a tendência do dogmatismo, do pensamento ossificado, da realidade enquadrada em esquemas mortos, da existência petrificada, inerte. Uma espécie de “fim da história” às avessas. A segunda é a do *fim da história* propriamente dito, com a versão que lhe deu o ideológico nipo-norte-americano Francis Fukuyama, um pensamento declaradamente de direita, mas absorvido por áreas da esquerda, segundo o qual a época do neoliberalismo na economia e na política esgota os ciclos de desenvolvimento da humanidade. A terceira é a que reclama para si coerência, pretende-se a um só tempo pura e inovadora, dinâmica e replicante, mas parte da renúncia a todos os princípios da teoria revolucionária, como se não estivéssemos tratando de ciência, de conceitos provados, mas de um jogo de ensaio e erro. É o empirismo transformado em modismos dos tempos da crise.

Os homens não agem na história por volição, nem por “*virtu e fortuna*”, embora na prática revolucionária nunca seja demais uma boa dose de paixão, vontade, virtude e sorte (aqui bem entendido o sábio ou oportuno aproveitamento dos acasos favoráveis). O mesmo ocorre com os grupos organizados sejam eles quais forem, compreendidos aí os partidos políticos. É a partir da sua atitude objetiva diante dos fatos, também objetivos, que serão julgados. A prática é função da consciência quando a realidade é bem compreendida, segundo critérios e princípios científicos que, em última instância, brotaram dela.



Maio,
1988

É aí que a política aparece não como manifestação de fé, mas como um corpo de conceitos formulados e experiências vividas, consoante os condicionamentos da realidade objetiva.

Assim é que, como os indivíduos, os partidos políticos não podem ser julgados pela história a partir do que dizem de si mesmos, mas pelo que *são em si*, entendido o *ser em si* não como um dom absoluto, mas como aquela capacidade de aceitar com justeza os desafios da história, de situar-se com precisão diante das circunstâncias concretas.

Nisso reside o mérito ou o demérito dos agentes da história.

O mundo assistiu, na segunda metade do século XIX, a um salto na consciência da humanidade. Com a elaboração do marxismo, o proletariado, a classe símbolo da modernidade, capaz de tirar o mundo da pré-história, tomou, através da teoria e da prática do seu partido de vanguarda, consciência de si mesmo, do seu papel na história. Tornou-se seu agente transformador e consciente. Seus avanços e recuos, neste século e meio, têm a ver com o desenvolvimento e as lacunas do pensamento e da prática socialistas.

Penso que no nível subjetivo, para superar o desnorteamento que acomete importantes setores da esquerda revolucionária e socialista, o ponto de partida é a tomada de consciência do papel da consciência revolucionária (não é jogo de palavras nem trocadilho). Porque se é justo e necessário criticar as lacunas do

pensamento marxista e da prática e da construção do socialismo, é falso proclamá-lo morto e correr sofregamente em busca do esquema de idéias em voga no momento. Em certos setores essa demarche é tão peripatética que se formulam sofismas da seguinte natureza: "somos coerentes porque sempre defendemos o socialismo, nunca nos aliamos à burguesia". Preciosidade digna dos embolorados manuais de metafísica. Ou: "os comunistas são dogmáticos porque pretensos donos da verdade. Proclamam que o marxismo-leninismo é uma ciência e quem está contra ele está contra a ciência". Onde, segundo a lógica cartesiana que preside seu raciocínio, "para que possuir consciência revolucionária, para que defender os princípios científicos?". Este medo pânico da consciência, não sei se trágico, se cômico, assemelha-se muito ao do personagem de Chamberlain, que se lamentava premonitoriamente: "Que dirá ela, a terrível consciência, esse espectro que me acompanha em meu caminho?" A pobre criatura também preferia não possuí-la. Assim ocorre com os neófitos em política, que temem as encruzilhadas da luta de classes, como os marinheiros de primeira viagem quando sobem em navio de grande calado em dia de tempestade.

Por paradoxal que pareça, a sociedade atual está prenhe de transformações, muito embora não se viva um momento revolucionário amadurecido. Esta assertiva divide em campos opostos marxistas e revisionistas. Guiando-se pela aparência das coisas,

observando a realidade em estado de repouso, várias correntes orientam sua ação no sentido de contornar o momento revolucionário, abortar seu advento. Para isso reproduzem teorias que não passam de reedições dos enunciados de Bernstein e Kautsky. A tendência objetiva seria a assimilação da classe operária nas engrenagens da sociedade de consumo e da “sociedade de massas”. Politicamente, o ideal seria resgatar os valores, transformados em absolutos, da revolução revolucionário-burguesa. No plano da consciência chegaríamos também ao fim das ideologias, representado pelo ecletismo.

► A revolução surge da atividade consciente e não por geração espontânea

Em face disso, trata-se de saber se a transformação revolucionária da sociedade burguesa e o advento de um regime superior estão na dependência de proclamações desse tipo. Mais uma vez se coloca com força o problema filosófico da relação entre o fator objetivo e o subjetivo. A experiência histórica mostra que, em última instância, a transformação revolucionária da sociedade é determinada pelo amadurecimento de suas condições objetivas. Para sua realização e desfecho vitorioso interfere o fator subjetivo, no caso a capacidade de organização e mobilização das forças revolucionárias.

É evidente que essa capacidade não surge por geração espontânea. É resultado da ação de homens conscientes e organizados, fruto da atividade diuturna de um partido que tenha por objetivo programático a tomada do poder político e a construção da sociedade socialista.

Hoje, em grande medida, o sucesso de uma estratégia revolucionária e socialista está relacionado com o combate às teorias e à prática oportunistas. Sempre esteve. O exemplo do embate de Lênin contra a II Internacional, que tinha abjurado o marxismo, ilustra a dimensão que essa luta assumiu em tempos passados.

Não é casual, portanto, que em meio às digressões sobre o fim da história e o término da era das revoluções, esteja muito presente no revisionismo antimarxista o combate à ideia de *partido de vanguarda da classe operária*. É que o fracasso dessas correntes está na razão inversa do adensamento do estofo teórico e do agigantamento da prática do partido marxista. Isto é tanto mais verdadeiro agora, quando se constata o que ocorreu com os partidos autodenomi-

nados de comunistas mas que já tinham renunciado ao marxismo desde meados dos anos 50. Na verdade, desde que neles se arraigou o pensamento revisionista, o partido comunista fora liquidado. E essa liquidação significou o primeiro golpe de morte do socialismo.

Isto nos mostra que a defesa da ideia de construir e consolidar o partido revolucionário da classe operária, que domine a teoria marxista e a aplique criativamente à realidade concreta, é indispensável para enfrentar o período cinzento que o movimento revolucionário atravessa. É uma espécie de marco inicial para percorrer um longo caminho, repleto de perigos e desafios que não são poucos nem imaginários. Quem pretenda uma transformação revolucionária da sociedade há que se dar conta da necessidade de enfrentar as turbulências do vôo, pois não luta contra moinhos de vento.

É necessário insistir que não há partido revolucionário, socialista, comunista, à margem da classe operária, do marxismo-leninismo e dos objetivos programáticos revolucionários. Não pode haver coerência no ecletismo, democratismo popular ou proletário confundido com o democratismo burguês, nem socialismo convivendo com noções e categorias capitalistas. Não se trata de defender truísmos mas de estabelecer a necessária linha de demarcação com afirmações falsas e adotar critérios indispensáveis ao avanço do movimento revolucionário. Defender a necessidade da revolução e do partido revolucionário de vanguarda e, por conseguinte, sua coerência, é, portanto, um ponto de partida irrecusável, por incrível que pareça, pois este é um debate teórico de quase cem anos. É estabelecer a base em que se funda a coerência.

É bem verdade que resgatar os objetivos revolucionários e a existência do partido de vanguarda não esgota o assunto. É apenas a referência mínima, o marco inicial. Evidentemente, a evolução dos acontecimentos no Brasil e no mundo colocou necessidades novas. E isto não é mau. A própria derrota do socialismo e às dificuldades objetivas em meio das quais se desenvolve a luta de classes fazem soar também para os marxistas-leninistas o alarme da consciência científica. Ao reafirmar princípios básicos que plasmam sua coerência, aqueles se dão conta de que o partido da classe operária precisa considerar as aspirações e necessidades das camadas não-proletárias, seja na luta pela tomada do poder, seja na construção do socialismo; deve necessariamente aplicar sua teoria nos marcos de uma realidade historicamente determinada, nunca em absoluto, desligada dos condicionamentos de cada conjuntura; de que o partido de vanguarda tem que sentir o pulsar das massas para não resvalar no voluntarismo ou na esterilidade; deve, ao lutar pela hegemonia, considerar que a sociedade é em si mesma plural; e saber que, a despeito de ser científico o seu pensamento, não pode pretendê-lo completo e acabado e menosprezar as aquisições do pensamento elaborado pela intelectualidade não marxista.

No Brasil, o debate teórico e a luta política no seio do movimento operário entre os defensores do marxismo-leninismo, de um lado, e os revisionistas antimarxistas, de outro, desenvolve-se a cerca de três décadas. Ao longo desse período, esse debate foi nuançado por vários tons, assumiu em cada conjuntura formas diferenciadas e hoje se apresenta com cores particularmente fortes, dada a premência de responder ao questionamento de se o marxismo morreu ou se é a doutrina capaz de orientar as classes revolucionárias rumo à sua emancipação. Durante essas três décadas vieram à tona (e ainda estão presentes) discussões acaloradas sobre relevantes questões teóricas e políticas. Não somente as que situei acima referentes à necessidade da revolução e do partido de vanguarda, mas também quanto ao caráter da revolução nas condições de um país dependente e de economia monopolizada, quanto ao papel da luta pelas liberdades num país em que o Estado sempre teve um viés oligárquico, reacionário e autoritário, quanto ao papel da luta nacional, nas condições em que a nação se transforma numa colônia de outro tipo (sistema neocolonialista), quanto ao que é tática e estratégia, política de alianças, unidade das massas, formas da luta de classes etc.etc.

Agora com os recentes acontecimentos no Leste europeu e na URSS, volta o debate sobre o marxismo, revisionismo, socialismo. Muitos se perguntam: "Qual o socialismo que a gente quer?" (E eu me permito perguntar entre parêntesis, primeiro se o socialismo terá algum adjetivo, segundo se ele vai depender do que a gente quer).

Em relação à Europa e à América do Norte, o pensamento marxista teve desenvolvimento tardio no Brasil. O Partido Comunista foi fundado em 1922, ainda sob a influência da Revolução de Outubro, da Internacional Comunista e, sem dúvida, correspondendo a necessidades objetivas do desenvolvimento histórico do país. A fundação do PC representou um marco na luta de idéias porque foi, de uma certa maneira, resultado do enfrentamento entre o pensamento socialista e o anarquista ou sua forma anarco-sindicalista.

A rigor, porém, o pensamento marxista-leninista só assumiu contornos mais definidos no Brasil em meados dos anos 50, no interior da direção do Partido Comunista, cujo núcleo precursor se formara no início dos anos 40. É uma singularidade da existência dos marxistas-leninistas brasileiros o fato de que, tão logo amadureceram, tiveram de enfrentar a maior de todas as lutas ideológicas até então conhecida pelo movimento comunista - a luta contra o revisionismo soviético. Isto não deixa de ser um atestado da magnitude dessa corrente, representada no Partido Comunista do Brasil, reorganizado em 1962. Caberá ao próprio Partido ou a historiógrafos isentos de compromissos com o oficialismo e academicismo, escrever em momento oportuno a trajetória dessa organização

revolucionária. Mas cabe, no âmbito deste artigo, destacar alguns aspectos da sua orientação e ação prática, reveladores de coerência ideológica e política.

► Parte majoritária do movimento comunista mundial de fato se rendeu

Muitos "marxistas" formados na estufa ou fabricados em proveta, agora que ruiu o castelo de cartas que eram os países revisionistas, parecem ter descoberto a pólvora e se encantam (ou espantam?) com suas descobertas sobre o caráter anti-socialista desses regimes. É muito fácil resolver equações sem incógnitas. Atribuem cavilosamente ligações ideológicas e políticas entre esses regimes e o passado socialista na URSS. E, em atitude de franca desonestidade política e intelectual, forçam a identificação dos comunistas com símbolos ou episódios execráveis, como o muro de Berlim, a *nomenklatura*, o regime de privilégios para castas, a gerontocracia, a ditadura unipessoal, o culto à personalidade, o partido único burocrático, a existência formal das organizações de massas, a perseguição à intelectualidade artística etc. etc. É preciso dizer alto e em bom som que a vocação socialista é a vocação libertária. A luta do proletariado pelo comunismo se assemelha à saga de Prometeu acorrentado. O socialismo só responderá às aspirações da humanidade se significar para ela a conquista do bem mais supremo, individual e coletivo - a liberdade. A identificação das atuais gerações de comunistas com o período em que se construiu o socialismo na URSS nada tem a ver com a assinatura de procuração em branco para justificar erros e desvios, mas uma necessária tomada de posição a partir de uma experiência vivida, em seu conjunto positiva, sem referência na qual será impossível retomar a construção de um regime revolucionário. Sem esse referencial não se chegaria senão à capitulação, como os revisionistas chegaram, em face da pressão burguesa e se renunciaria a conceitos científicos como a hegemonia do partido revolucionário, a inconciliabilidade de interesses entre proletariado e burguesia (o socialismo é também luta de classes), a ditadura do proletariado (democracia de massas), a luta pelo atendimento das necessidades da população à base do desenvolvimento auto-sustentado, etc.

Não há reparos a fazer à atitude que os marxistas-leninistas assumiram ao defender o regime socialista soviético que perdurou da Revolução de Outubro até meados dos anos 50, ainda que aquela experiência

mereça mais estudo e revisão crítica no sentido de chegar à verdade que só o domínio sobre a história revela.

Mas quando Kruschov atacou, da tribuna do XX Congresso do PCUS os “erros” e “crimes” de Stálin, na verdade fazia tábula rasa de todo um período histórico, complexo, novo, tumultuado, em que se forjou, num país das dimensões que era a URSS, a primeira experiência de construção do socialismo. Naquelas condições não houvesse domínio da teoria e compreensão política sobre o que acontecia, bastaria o instinto de classe, o apego, ainda que baseado somente no heroísmo, aos princípios, a percepção de que ou se agia assim, ou o proletariado se renderia e o socialismo seria derrotado. Desgraçadamente, o socialismo foi derrotado em quase todo o campo socialista e a parte majoritária do movimento comunista de fato se rendeu. Isto valoriza ainda mais o gesto dos marxistas-leninistas que, com muita razão, anatematizaram Kruschov e seus seguidores como renegados.

► A reorganização do PCdoB em 1962 tinha objetivos de longo alcance

A forma como se deu essa luta no interior do Partido no Brasil e o ambiente que a cercava são ainda mais emblemáticos do significado e do valor da postura dos marxistas-leninistas. Literalmente, estes remaram contra a corrente. Eram minoria no partido e o ambiente social e político em torno falava de “desenvolvimentismo”, democratização do Estado e Forças Armadas, distensão no campo internacional, avanço da URSS rumo ao comunismo, decadência do imperialismo norte-americano, que estaria de dentes quebrados. Tudo levava a crer que tinham razão os que pregavam a coexistência pacífica, a conciliação de classe, a transição pacífica etc. Nesse sentido, sem que isso seja motivo para vanglória, os marxistas-leninistas enfrentaram um ambiente mais hostil do que foi dado aos bolcheviques, dirigidos por Lênin, quando do combate aos oportunistas da II Internacional na primeira década deste século. Ainda mais que em meados dos anos 50, o adversário ideológico era o partido até então considerado guia dos povos, o farol do socialismo, o baluarte da revolução, o construtor da nova sociedade, o vencedor do nazi-facismo na Segunda Grande Guerra, o herdeiro das tradições revolucionárias, o discípulo de Lênin.

O enfrentamento dos revisionistas pelos comunistas brasileiros foi o seu batismo de fogo. Isto permitiu uma solidificação de sua experiência, o aprofun-

damento teórico de seus conhecimentos, ensejou maiores estudos e reflexões, impeliu a um esforço independente de interpretação da realidade mundial e nacional, impulsionou a elaboração da linha política.

Aqui é importante notar como se forma o conhecimento. Os partidos políticos evoluem quando postos à prova. Ainda que não dominem tudo, se tiverem apego aos princípios, uma base teórica sobre a qual se apoiar, experiência histórica e se enfrentarem sem regateios os desafios da luta de classes, têm diante de si um largo caminho para se desenvolver.

Isto é válido também para explicar o processo de luta dos comunistas brasileiros contra os revisionistas chineses, o que alguns ainda insistem em não compreender.

Falsamente atribuiu-se ao Partido Comunista do Brasil a caracterização de “maoísta” porque os marxistas-leninistas brasileiros estiveram lado a lado com o Partido Comunista Chinês no combate contra o revisionismo Kruschovista. Mas na luta contra um inimigo tão perigoso os revolucionários não podiam escolher aliados. Ademais, objetivamente, o Partido Comunista Chinês, durante a década de 60, colocou-se no campo dos revolucionários. Somente mais tarde revelaram-se os objetivos nacionalistas da luta encetada pelos chineses contra os soviéticos, sua aproximação com o imperialismo norte-americano (isto só ficou evidente em 1972 com a visita de Nixon à China e com a posterior formulação da “teoria dos três mundos”). Aos poucos o que parecia erros pontuais, incorreções táticas, desvios de rumo, mostrou-se como um corpo de conceitos ecléticos, um amálgama de marxismo mal assimilado com teorias retrógradas. É evidente que os comunistas só podiam chegar a essa conclusão mais tarde, após estudo criterioso da obra de Mao Tsé-tung da trajetória do PCCh, o que acabaria ajudando no preenchimento de lacunas em seu próprio pensamento.

Na interpretação e julgamento da postura dos partidos comunistas no combate ao revisionismo é preciso um referencial teórico e histórico baseado na dialética do conhecimento. Não se pode julgar o revisionismo como algo grosseiramente concebido, fácil de captar e desmascarar. Nem como uma política maquinalmente definida, pronta e acabada. Pelas circunstâncias históricas em que surgiu, o revisionismo (mormente o soviético e o chinês), tinha necessariamente de apresentar-se com sutilezas (no caso do revisionismo soviético, principalmente na chamada era Brejnev houve até uma certa dose de sofisticação). É que o revisionismo precisa de um disfarce, especula com herança marxista, não rompe formalmente de uma só vez com o campo revolucionário. Nisso consistiu a singularidade do período histórico de vigência do revisionismo nos anos 60, diferente de agora quando o desenvolvimento objetivo do processo da retorno ao capitalismo impõe uma renúncia formal ao marxismo. A mesma trajetória foi percorrida ou-

trora pela social-democracia. Mas isto já é outra história, tema de outro artigo desta revista, na página 15

O pensamento marxista-leninista no Brasil alcançou um marco em seu desenvolvimento com a reorganização do Partido Comunista em 1962, resultado lógico do combate do revisionismo no seio do antigo partido em meados da década de 50. Muito mais que uma luta entre grupos ou um desenfoque de interpretação e aplicação da linha política em relação ao pensamento oficial da direção do velho partido, o passo que se deu em 62 tinha objetivos de longo alcance. Tratava-se em primeiro lugar de salvar o partido do proletariado de uma investida liquidacionista e de dotar o movimento operário no Brasil de uma orientação revolucionária em novas bases. Nesse sentido a reorganização do partido dos comunistas no Brasil foi um corte com a linha revisionista, com o centrismo, a vacilação pequeno-burguesa e a tendência a conciliar com as classes dominantes e o imperialismo. Foi a superação de uma etapa na luta pela formação de uma vanguarda marxista-leninista no Brasil, um salto do pensamento e da prática revolucionária.

A rigor, o rompimento com o revisionismo coroou o processo de criação do partido marxista-leninista no país.

A luta contra o revisionismo contemporâneo ensejou a elaboração de um programa baseado na interpretação científica da realidade brasileira situando, ao nível do conhecimento acumulado à época, a estratégia da revolução brasileira.

A propósito, o principal elemento a atestar a coerência revolucionária dos marxistas-leninistas brasileiros é a evolução do seu pensamento estratégico e tático, resultado da conquista de solidez teórica, da assimilação da experiência histórica (a própria e a de outros povos e partidos) e de uma sintonia, cada vez mais fina, com a realidade concreta em que atua.

Os comunistas brasileiros aprenderam que estratégia e tática não são conceitos estanques, nem sobrepostos ou justapostos, mas entrelaçados em unidade dialética. A base da teoria e de interesse prático, os comunistas compreenderam melhor este nexos. Assimilaram a arte de manejar a direção tática enquanto atuação preparatória, permanente acumulação de forças revolucionárias, a fim de estarem bem situados politicamente nos embates decisivos. E entenderam a estratégia como a realização, quando forem maduras as condições objetivas e subjetivas, dos fins programáticos da luta revolucionária.

Esta evolução no conhecimento dos marxistas-leninistas brasileiros sobre a direção estratégica e tática do processo revolucionário encontra expressão no programa do Partido Comunista do Brasil, aprovado no seu VII Congresso, de maio de 1988. Ali formulou-se o princípio, de resto já consagrado numa prática de duas décadas e meia, de que não se conquistará o socialismo à margem do curso político, sem acumulação revolucionária de forças, obtida através da

participação em todos os movimentos democráticos, patrióticos, sociais e culturais.

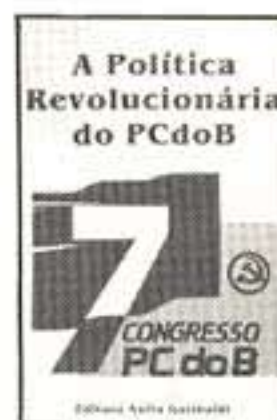
Nesse sentido pode-se dizer que o programa de 1988 do Partido Comunista do Brasil é o espelho, ao nível da síntese teórica, da sua coerência revolucionária marxista-leninista. Este programa supera as limitações do de 1962 que vigorava até a sua elaboração. Considera na justa medida os objetivos táticos imediatos e estabelece uma relação dialética entre os objetivos estratégicos e as tarefas políticas conjunturais.

Igualmente, no referido documento, situa-se melhor a ligação entre a realização do programa da primeira etapa da revolução e a conquista do socialismo, que vem a ser o objetivo programático maior. "Contudo, esse progresso (refere-se ao progresso do país, N. do R.) não será obtido nos marcos do regime capitalista, por governos da burguesia". E mais adiante: "O Partido Comunista do Brasil, que se norteia pelos valores universais da ciência social fundada por Marx e por Engels, tem por objetivo maior, programático, a instauração do socialismo em nosso país. Esse novo regime, originário da luta contra a opressão e a exploração, promoverá a liberdade e a justiça, será construído a partir das condições concretas do Brasil, tendo em vista a sua formação histórica, suas tradições de luta, sua estrutura social, os aspectos culturais, nacionais e morais progressistas da vida brasileira". (O Programa do PCdoB, in "A Política Revolucionária do PCdoB", Ed. Anita Garibaldi, 1989).

► O golpe de 1964 demonstrou a falsidade da linha de conciliação do PCB

Mas não só no programa reflete-se a política revolucionária dos marxistas-leninistas brasileiros. Sua prática e as diversas políticas que adotou em cada conjuntura completam o traçado desse perfil. A par do esforço teórico para assimilar o marxismo-leninismo, combater o revisionismo e avançar na formulação das questões cardinais da revolução brasileira, desde 1964 o Partido Comunista do Brasil concentrou sua atenção nos problemas-chave da tática.

O golpe militar de 1964 criou uma situação política inteiramente nova no país. Não tendo alimentado ilusões no período imediatamente anterior quanto ao caráter do governo reformista de João Goulart, temperados no embate, que estava no auge, contra o revisionismo prestista e armados com um programa revolucionário no fundamental justo, os comunistas





Salvador,
1962

brasileiros não se desarmaram com a situação. Com serenidade fizeram o diagnóstico do golpe de Estado e asseveraram que os militares assaltaram o poder para levar a cabo um plano de longo prazo das classes dominantes brasileiras associadas ao imperialismo, à época principalmente norte-americano. A análise dos marxistas-leninistas sobre o golpe de 64 demonstrou a falsidade do caminho propugnado pelo chamado PCB, sua estratégia de conciliação com um Estado intrinsecamente autoritário e as ilusões que semeou quanto ao “caráter democrático” das Forças Armadas.

Em 1966, na VI Conferência Nacional, os comunistas evoluíram para a elaboração de sua tática no documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. Ao nível tático, situa-se a partir daí, na linha política do PCdoB, a luta pelas liberdades democráticas e pela independência nacional, objetivos que só seriam alcançados com a mobilização das massas, através de todas as formas de luta e organização e da unidade de todo o povo, inclusive setores dissidentes das classes dominantes.

Muitos marinheiros de primeira viagem, como aqueles que temem “o que dirá o espectro da consciência”, proclamaram sua “coerência” fugindo do curso político, secundarizando a luta contra a ditadura, cuja derrubada foi rigorosamente o principal objetivo das correntes democráticas e populares de 1964 a 1985, quando o regime militar foi retirado da cena política. Esta “coerência” aparece também no economicismo, tendência que menoscaba a capacidade política da classe operária e reduz o alcance dos seus objetivos. Surge ainda na tendência a ignorar a ameaça neocolonialista que pairou durante várias décadas sobre o país e se concretiza de maneira particularmente trágica agora. No limite, chega-se ao absurdo de defender, no âmbito do movimento popular, a internacionalização da economia como sinônimo de modernidade. Mas a “coerência” dessas correntes mostrou-se particularmente perniciosa para o desenvolvimento da luta do povo brasileiro quando se manifestou (e nos períodos de desorientação com que força se manifesta!) sob a forma de um exclusivismo vesgo,

irresponsável, sob o pretexto de “não se aliar a partidos burgueses”, pela quebra e inviabilização da unidade democrática e popular.

Mas aí reside, nas condições atuais, o principal problema prático da revolução brasileira. As enormes tarefas que se colocam nesse âmbito jamais serão cumpridas se as forças de vanguarda não promoverem a ampla união do povo brasileiro, à base de um programa de caráter nacional, democrático e popular, apontando o rumo do socialismo. Nesse sentido, coerência significa envidar o máximo de esforços para superar preconceitos, deixar à margem exclusivismos partidistas, o que absolutamente não implica renúncia à identidade político-ideológica de cada corrente.

A atuação política dos comunistas tem-se norteado por esse objetivo. Visando a abrir um rumo progressista para o país, participaram das lutas contra a ditadura militar, sob todas as formas - da resistência armada ao comparecimento com o voto no Colégio Eleitoral que pôs fim à ditadura - contribuíram com proposições concretas para elaborar uma carta constitucional democrática. No período de transição posterior à queda do regime militar fizeram flexões para neutralizar e isolar a direita. E ultimamente foram força destacada para promover a unidade das correntes de esquerda, o que tomou forma na Frente Brasil Popular e na campanha de Luís Inácio Lula da Silva em 1989.

O período atual que atravessa o movimento revolucionário no Brasil e no mundo é, sem sombra de dúvidas, difícil. A perspectiva socialista não se descortina com nitidez, a não ser no plano teórico. As condições concretas são em grande medida hostis, dada a ofensiva brutal das forças da reação contra a revolução e o socialismo. Mas o momento não comporta perplexidade nem desnorreamento. Carece da afirmação da experiência revolucionária para que, baseado no rico patrimônio acumulado, se possa avançar num plano superior. É nesse sentido que o resgate da coerência é um elemento útil, penoso enfrentamento com a realidade, jamais motivo para bravata.

Teimosia da Albânia: "Fui ver pra crer"

BERNARDO JOFFILY*

O próprio autor confessa sua bisbilhotice na viagem ao pequeno país balcânico. Ele foi ver como, por que e em que condições os trabalhadores albaneses temerariamente enfrentam o "vento oeste" e reafirmam inabalável decisão de permanecer no rumo do socialismo. E como têm obtido sucessos neste caminho e no desenvolvimento da teoria

Visitei a Albânia durante todo o mês de abril, antes de seguir viagem para a Iugoslávia (Croácia, Sérvia, Montenegro e principalmente Kossova), Bulgária e Romênia, à cata de material para um livro.

Eu já conhecia o país, onde morei cinco anos, de 1974 a 1979, trabalhando como jornalista na emissão da Rádio Tirana para o Brasil. Tenho ali bons amigos e domino razoavelmente a língua albanesa.

Ainda assim, confesso que viajei com uma pontinha de apreensão. O noticiário publicado na imprensa brasileira dava o que pensar a quem, como eu, se considera um admirador da experiência albanesa. De um lado, vinham as notícias de reformas do tipo gorbacheviano, aberturas para investimentos multinacionais, restauração da propriedade privada etc. De outro, o anúncio de protestos populares; manifestações contra o governo, bombas, estado de emergência, policiamento reforçado, fuzilamentos, enforcamentos, dissidentes arrastados atrás de tratores... um horror.

Como eu não nasci ontem, dava meus descontos, tendo em conta a perfídia da imprensa burguesa. Mas, como também não nasci anteontem, mantinha prudentemente uma pulga atrás da orelha. Afinal, diz o provérbio que onde há fumaça há fogo. E fumaça é o que não faltava, nem falta, no noticiário sobre o "País das Águias".

Foi com essa disposição que decidi escrever um livro-reportagem sobre a Albânia nos anos 90, no contexto da perestroika e da maré capitalista no Leste Europeu. Resolvi dedicá-lo a Galileu Galilei - símbolo da convicção científica, capaz de proclamar o movimento da Terra em torno do Sol mesmo quando o mundo inteiro, o bom-senso e a Santa Inquisição diziam o contrário. Mas adotei também um padroeiro, São Tomé, o apóstolo da dúvida, que é a mãe da convicção verdadeiramente científica. Fui lá ver para crer.

Durante 33 dias, percorri a Albânia desde Butrinti, no extremo sul, fronteira com a Grécia, até Shkodra, na extremidade norte - onde segundo a grande imprensa aconteceram manifestações de protesto. Estive também na região de Dropull, habitada por uma minoria grega, onde, sempre segundo o noticiário internacional quatro jovens que tentaram fugir do país tinham sido amarrados a tratores e arrastados até morrerem. Conversei com centenas, talvez milhares de albaneses, sem qualquer restrição, controle ou patrulha, desde Foto Çami (pronuncia-se "Tchami"), o segundo homem, depois de Ramiz Alia, na direção do Partido do Trabalho da Albânia, até simples operários, camponeses, intelectuais, estudantes, veteranos da guerrilha contra os nazistas, crianças, todo mundo. Almocei com o jovem professor de economia Tanas Nano, que a Agência Reuter havia promovido a ministro da Economia antes de colocar em sua boca um estapafúrdio anúncio de investimentos estrangeiros na Albânia.

► Mais de 20 quilos de material entre livros, anotações, fitas gravadas

Visitei fábricas, minas, cooperativas agrícolas, escolas de nível médio e superior. Assisti a uma reunião de base do PTA, agora aberta à participação de qualquer cidadão sem partido. Presenciei a eleição do diretor de uma empresa, pelo voto direto e secreto, ao fim de uma acalorada assembléia em que os trabalhadores apresentaram cinco candidaturas. Recolhi mais de 20 quilos de material, entre livros e folhetos, recortes de jornais e revistas, anotações e fitas grava-

das. Fiz até uma pesquisa circunstanciada sobre as cabras, que devem merecer um capítulo à parte no livro, dada a fama que a Albânia tem, por aqui, como “o país das cabras”.

Percorri meu roteiro com os olhos bem abertos e os ouvidos atentos, buscando qualquer confirmação, ainda que parcial e sutil, do que havia lido no Brasil. Sou um amigo da Albânia e dos albaneses (ninguém mora cinco anos numa terra sem criar uma relação emocional, de apego ou rejeição), mas sou também um jornalista, que encara a bisbilhotice como uma saudável virtude profissional.

Estou, portanto, bastante qualificado para dizer o que acontece por aquelas terras. E é com toda honestidade profissional, temperada por uma pontinha de prazer, que desminto, de cabo a rabo, categoricamente, todo o noticiário agourento que vem sendo publicado, sobre o fim iminente do socialismo albanês.

As transformações se estendem pela economia, a sociedade, as relações familiares, a organização estatal e política, a vida do PTA, o controle das massas operárias e camponesas sobre o país, a educação, a cultura, a imprensa, as relações internacionais... Não haveria como discorrer, neste artigo, sobre o conteúdo desse processo. É assunto que exige um livro, que já está no forno e prometo para breve.

Porém é necessário, diante do bombardeio realizado pelos meios de comunicação, deixar claras umas duas ou três coisas que vi com meus próprios olhos e ouvi com meus próprios ouvidos, em contato direto, sem tradutor nem intermediário, com albaneses de todo tipo.

► Ramiz Alia não faz bravata quando recusa a opção dos vizinhos do Leste

A primeira é que não existe, nem na direção do PTA, nem na base, nem nas massas trabalhadoras albanesas a menor intenção de abandonar ou “amolecer” os princípios do socialismo científico. Ramiz Alia não faz bravata quando afirma que “não se manifestarão na Albânia os conhecidos fenômenos do Leste”.

A terra de Enver Hoxha rompeu com a URSS e o seu bloco numa época em que isso implicava em sacrifícios pesadíssimos e a própria expressão “viver de ervas” estava bem próxima da realidade. Sustentou a polêmica com os soviéticos ao longo de três décadas, numa atitude que muita gente achava quixotesca, já que a URSS aparecia como superpotência todo-poderosa, com uma esfera de influência que abar-

cava metade do planeta. Não teria qualquer sentido retroceder nessa trajetória justamente hoje, quando o colosso revisionista revela a todo mundo os seus pés de barro, a sua derrota e a sua crise mortal.

As transformações em curso na Albânia são extensas e profundas, porém sempre no rumo do avanço socialista, nunca do retorno, ainda que parcial ou disfarçado, ao velho regime de exploração do homem pelo homem. Os princípios da independência nacional, da propriedade social dos meios de produção, do papel dirigente da classe operária e seu partido, permanecem intactos. É claro que isso desaponta muita gente, no Ocidente e no Oriente, mas nem por isso deixa de ser verdade.

Uma segunda questão é o apoio popular a esse caminho. Ele já me impressionava em 1974/79, quando a economia albanesa era mais atrasada e o fosso em relação à “sociedade de consumo” era bem maior. Hoje, parece-me ainda mais sólido, para não dizer inexpugnável.

Quando eu estava em Tirana, cruzei e fiz amizade com uma equipe de reportagem da TV Globo, que chegara há quatro dias. Eram três brasileiros, residentes em Londres, curtidos em muitas andanças por Varsóvia, Budapest, Bucarest, Sofia, Praga, Berlim e companhia. Os três estavam honestamente embasbacados com o que viam e ouviam na Albânia. Sérgio, o cameraman, foi o mais enfático: “Eu cheguei aqui a fim de detonar. Para mim era o último país do Leste que não tinha caído e que tinha de cair. Mas quanto mais eu penso nisso aqui mais eu vejo que não é isso. Será possível que são eles que estão certos?”

Durante oito dias a equipe global, com o jornalista Pedro Bial à frente, procurou diligentemente os sintomas de rebelião, ou pelo menos descontentamento, que eles conheciam tão bem de suas outras reportagens no Leste. Entrevistaram dúzias e dúzias de albaneses, com tradutor, diretamente, em inglês (ficaram admirados com a quantidade de pessoas que dominam línguas estrangeiras), na Universidade, na rua. Como Tirana tem apenas 300 mil habitantes, viraram a cidade pelo avesso, em vão. Só na sua penúltima noite albanesa, na saída de um restaurante, foram abordados por quatro pessoas que se diziam descontentes com o regime e à espera (sem muito entusiasmo) de uma reviravolta à moda do Leste. Bial confessou-me que estava aliviado depois desse encontro, por ver que, pelo menos, não havia unanimidade. E a Rede Globo, conforme eu soube mais tarde, deu o esperado destaque para os dissidentes albaneses...

De onde saem então as notícias que lemos aqui no Brasil, e pelo mundo afora? Que é feito dos protestos que as povoam?

Aqui devo recorrer de novo à minha experiência pessoal. Deixei Tirana no dia 2 de maio, e segui viagem, através da Iugoslávia. E foi ali que tomei conhecimento de um despacho da agência iugoslava de notícias, a “Tanjug”, datado do dia 8, com um títu-

lo sugestivo, "Tumultos na Albânia", seguido de um maroto ponto de interrogação.

O despacho cita como fonte membros de uma organização grega de extrema direita, a "Liga do Épiro do Norte", asseverando que "eles apresentaram detalhes que não deixam lugar a dúvida". Diz que "em Tirana, em Shkodra e outras cidades, durante as últimas semanas não se passou um dia sem que o povo saísse às ruas para manifestar sua insatisfação com o regime de Ramiz Alia. (...) Dezenas de mani-

festantes presos e espancados (...) Situação de emergência na fronteira albanesa (...) Onda de fugas para a Grécia.

E a "Tanjug" prossegue: "Nesse país hermeticamente fechado, apesar de tudo está acontecendo algo de extraordinário. (...) Tempos atrás colocaram bombas no monumento a Stalin em Tirana e na maior livraria da capital albanesa. (...) Stalin apesar de tudo se manteve no pedestal, mas a livraria foi danificada. (...) A situação é tensa em Elbasan. (...) Os jo-

Crianças,
em Tirana

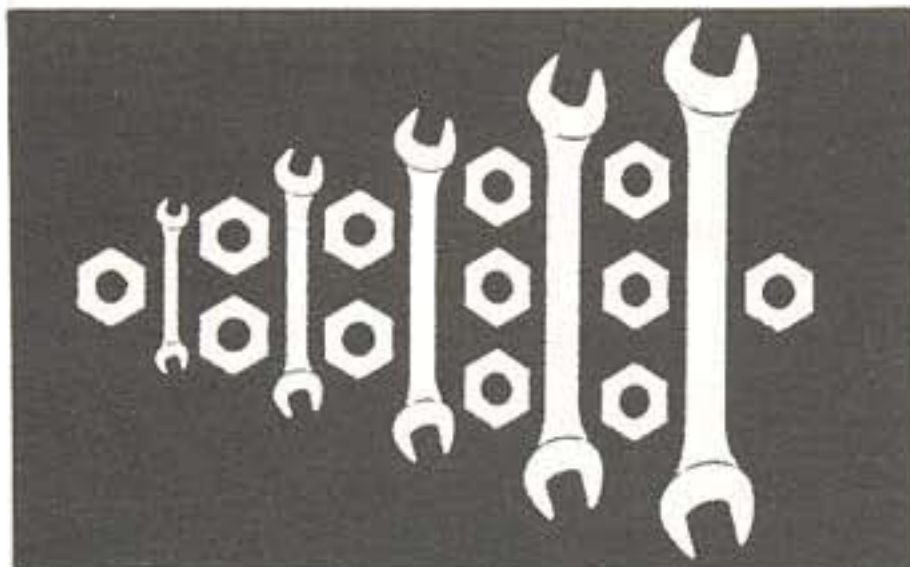


vens são os primeiros a erguer sua voz de protesto, exigindo reformas. (...) A direção albanesa está dividida. (...) Dentro da direção albanesa eclodiu um conflito aberto. (...) Ramiz Alia encarcerou Nexhmie Hoxha (a viúva de Enver; pronuncia-se Nedjmie Hodja) parà conter sua rede insubordinada..."

Acontece que eu acabara de estar precisamente em Tirana, Shkodra, Elbasan, na fronteira com a Grécia. Passara incontáveis vezes pela estátua de Stalin e fizera várias visitas à livraria Flora, a última delas precisamente no dia 29 de abril. Conversara, sem exagero, com centenas de jovens. E vira, pelo menos na televisão, a companheira Nexhmie solta na rua e exercendo sua função de presidenta da Frente Democrática da Albânia. Fica portanto meu testemunho pessoal, categórico e sem qualquer margem para dúvidas: a "Tanjug" está mentindo.

Quem tem um mínimo de intimidade com os meios de comunicação sabe como é comum a manipulação de um fato. Notícias distorcidas, hipertrofiadas, fantasiadas, acompanhadas de comentários tendenciosos, são coisa de todos os dias. Mas devo dizer que raríssimas vezes na minha experiência deparei-me com a mentira nua e crua, cabeluda, desavergonhada, inventada de fio a pavio, como no noticiário da "Tanjug" sobre a Albânia. Por sua vez, as agências internacionais e os órgãos de imprensa interessados apóiam-se na "Tanjug" como fonte...

Fica aqui o conselho: sempre que lerem alguma coisa sobre a Albânia, confirmem primeiro se a fonte é a "Tanjug" e, se for, não caiam nessa. Entra aí um interesse especialíssimo dos círculos governantes de Belgrado, que consideram a difamação da Albânia como um dos meios de manter sob controle a explosiva situação de Kossova - a região iugoslava habitada majoritariamente por albaneses. E entra também um dos piores exemplos de desonestidade jornalística da atualidade.



É claro que o terremoto do Leste tem repercutido fortemente na Albânia, como em todo o planeta. Os meios de informação do país abrem generoso espaço para o assunto. Além disso, os albaneses têm livre acesso à televisão italiana, iugoslava ou grega. No momento em que andei por lá, comentava-se bastante, por exemplo, a nova versão do Massacre de Katin

apresentada por Gorbachev.

No entanto, diante de toda aquela reviravolta fantástica a primeira reação do albanês comum foi: "Nós estávamos certos. Aí está a prova de que Enver Hoxha (pronuncia-se Hodja) tinha razão."

Para se entender essa atitude, generalizada, natural e espontânea, é preciso levar em conta o passado daquele pequenino país balcânico pouco maior que o Estado de Alagoas, cheio de montanhas escarpadas e marcas de uma civilização antiquíssima.

Antes da revolução que coincidiu com a II Guerra Mundial, a Albânia viveu quase ininterruptamente cinco séculos de ocupação estrangeira, primeiro dos turcos otomanos, depois dos fascistas italianos e dos nazistas alemães. Os albaneses só sobreviveram enquanto nação, em condições tão adversas, graças a um profundo, indomável, teimoso sentimento patriótico. Em 1941, com a fundação do Partido Comunista, esse sentimento transformou-se em ação revolucionária: um exército guerrilheiro, que chegou a incorporar mais de 7% do total da população, expulsou os ocupantes sem que um só soldado aliado, soviético, inglês ou americano, tivesse pisado em terras albanesas. Foi o primeiro teste, duríssimo, daquilo que mais tarde o PTA transformaria num princípio - o princípio de "contar com as próprias forças".

O segundo teste viria pouco mais tarde, em 1947/48. A Iugoslávia de Joseph Broz Tito tentou anexar a Albânia, transformando-a em sua sétima república federada, dentro de uma linha geral que incluía o rompimento com a URSS de Stalin, a busca de apoio no bloco anglo-norte-americano e um tipo de sistema econômico-social, mais tarde batizado de "autogestão", bem diferente do socialismo. Mais uma vez a terra de Enver Hoxha foi posta a prova. E mais uma vez resistiu.

Em 1956/1961 aconteceu o terceiro teste - sem dúvida o mais difícil de todos. Dessa vez era a própria União Soviética, a pátria da Revolução de Outubro, o centro do bloco socialista e do movimento comunista mundial, que sob a direção de Kruschov tentava submeter os albaneses. O confronto, entre uma linha geral revisionista e outra revolucionária, logo degenerou em pressões abertas. Em 1961 Moscou suspendeu toda ajuda técnica, econômica e militar à Albânia, retirou seus especialistas do país, cortou as bolsas dos estudantes albaneses na URSS e por fim rompeu relações diplomáticas com Tirana. Na época, Kruschov chegou a anunciar que em questão de semanas a direção albanesa se venderia "por trinta dinheiros" ao imperialismo americano. Enver respondeu que os albaneses preferiam viver de ervas a abandonar os princípios marxistas-leninistas. Passaram as semanas, os meses, os anos, e ficou claro quem tinha razão.

Esta foi, por assim dizer, a prova de fogo do



A estátua
de Stálin

socialismo albanês. Depois dela, o entretamento com o revisionismo chinês, nos anos 70, foi quase a repetição de um caminho já traçado - e sabe-se, desde "O 18 Brumário" de Marx, que quando a História se repete o que era tragédia vira farsa. Eu morava em Tirana na época e lembro como os albaneses troçavam das "chinesices" de Pequim.

O fato é que há pelo menos 30 anos a Albânia, partido e povo, estava convencida de que o caminho dos "revisionistas kruschovistas" conduziria precisamente ao capitalismo nú e crú. Existem incontáveis toneladas de material escrito atestando essa convicção. Se houve alguma surpresa, foi apenas pela maneira fulminante, ruidosa e claríssima com que a profecia se realizou.

Isso não quer dizer que os albaneses não se interessem pelo que acontece na Europa Oriental. Pelo contrário. Senti, nas minhas conversas, que eles estão dissecando minuciosamente os acontecimentos do Leste, em busca de ensinamentos. Seria talvez muito cômodo resumir tudo num comentário cheio de auto-satisfação: "Eu não disse?". Mas a atitude em Tirana é outra. Agora, que a linha kruschovista chegou por assim dizer ao seu desfecho, eles passam numa peneira cada vez mais fina toda a experiência desses 30 anos, e também a anterior.

Ramiz Alia, falando na 9ª Reunião Plenária do CC do PTA (janeiro de 1990), comentava: "Não devemos nos contentar com o fato de que tudo previ-

mos e demos nossa opinião. Agora, devemos extrair lições do que aconteceu no Leste. Devemos nos colocar a pergunta e buscar a resposta: por que surgiu o revisionismo? quais as suas causas objetivas e subjetivas, quais os atrasos e as precipitações, os erros e as concessões? A análise deve se estender também aos processos ocorridos na União Soviética durante um longo período de prática da construção socialista naquele país."

Um dos meus interlocutores mais categorizados na direção do PTA formulou de maneira ainda mais enfática o sentido desse meticuloso garimpo: "Queremos saber o que foi que deu errado no socialismo deles".

A interrogação não tem sentido acadêmico. Seu objetivo é tirar lições para o próprio socialismo albanês, que vive uma fase de efervescência e mudança comparável à dos anos 60, após o rompimento com Moscou. De certa maneira, pode-se dizer que a Albânia está vivendo, sobretudo a partir de janeiro deste ano, uma "perestroika ao contrário": enquanto a de Gorbachev e companhia se encaminha nitidamente para o completo reestabelecimento da sociedade capitalista à moda ocidental, a "antiperestroika" albanesa, com os pés fincados nos princípios marxistas-leninistas, passa em revista com olho crítico todos os aspectos da vida do país precisamente para defender e impulsionar a construção socialista.

*Bernardo Joffily
9 de junho de 1990

Materialismo mecanicista e materialismo dialético

PAUL LANGEVIN

Através de "crises essenciais", nossa razão e a ciência se enriquecem. O autor, analisando os avanços da física, de certa forma faz o caminho inverso ao de pessoas desorientadas que, hoje, pretendem redescobrir o ideário burguês.

Mostra como o pensamento evoluiu até o materialismo dialético, que ele chama de "filosofia da transformação"

O discurso, do qual reproduzimos fragmentos, foi feito por Paul Langevin em Paris, 1945, num ato destinado a comemorar os 200 anos da edição da Enciclopédia, obra que marcou o pensamento francês (enciclopedismo) na fase anterior à Revolução Francesa de 1889.

Este discurso, além do seu interesse intrínseco tem atualidade política num momento em que setores ditos de 'esquerda' buscam apresentar como paradigma para o pensamento progressista do nosso tempo a justaposição do ideário político da Revolução Francesa com o ideário da Revolução Soviética. Langevin mostra, no terreno filosófico e científico, que as concepções dos pensadores progressistas na França em meados de 1700 foram superadas pelo desenvolvi-

to científico ulterior e em especial pelo pensamento filosófico de Karl Marx. Mostra que a síntese feita por Marx entre o materialismo francês e a dialética idealista alemã não é uma mera justaposição destas duas correntes, mas sua síntese dialética.

Destaca-se neste texto, particularmente, a visão dialética do novo determinismo introduzido pela física moderna, o determinismo probabilístico. Langevin não o recusa, saúda-o como humanização da ciência. Com essa visão distingue-se de físicos e filósofos soviéticos que, apegados a uma visão mecanicista da realidade, procuravam reduzir o alcance desta inovação conceitual.

Paul Langevin foi um físico de renome na primeira metade do nosso século. Com importantes trabalhos científicos em relatividade e magnetismo, presidiu os Congressos Solvay, principal fórum da física da época, a partir de 1927. Escreveu também importantes contribuições em educação e filosofia. Foi um destacado ativista político progressista. Participou ativamente da Resistência Francesa na Segunda Guerra, foi preso pelos nazistas e evadiu-se da prisão. No pós guerra ingressou no Partido Comunista Francês, falecendo em 1946. Seus restos mortais foram transladados para o Panteão, túmulo dos heróis da nação francesa. Fragmentos de seus escritos políticos, científicos, filosóficos e educacionais foram publicados no livro 'La Pensée et L'Action', sem tradução em português. Os fragmentos aqui publicados foram traduzidos da revista La Pensée, nº 12, 1947, p. 8-12.

Tradução e notas: Carmen Elias e Olival Freire



Diderot: co-autor da Enciclopédia

Há exatamente dois séculos, em 1745, Denis Diderot, então com 32 anos, aceitou, sob o pedido do Editor Le Breton, dirigir um empreendimento inicialmente limitado à tradução do dicionário inglês de Ephraim Chambers, aparecido em 1728, mas que,

magnificado pelo gênio de Diderot, conduziria à edificação do monumento mais característico do espírito francês do século XVIII, à publicação da Enciclopédia, ou dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios.

...O espírito e o conteúdo da Enciclopédia definidos perfeitamente por seu título.

Ela efetivamente se coloca antes de tudo sob o império da razão, esta razão que, segundo a convicção muito firme dos dirigentes da Enciclopédia, julga em última instância e à qual é preciso, definitivamente, recorrer segundo o método cartesiano. Assim como o disse Dálembert em seu discurso preliminar:

‘Descartes ousou falar aos bons espíritos para sacudir o jugo da escolástica, da opinião, da autoridade, enfim, dos preconceitos e da barbárie, e, através desta revolta, da qual nós hoje colhemos os frutos, prestou à filosofia um serviço mais essencial do que todos aqueles que ela deve a seus ilustres antecessores.’

► Os enciclopedistas usam a interrogação da natureza no domínio da ciência

Por esta razão pode se bastar a si mesma dentro do domínio das matemáticas, quando se trata de construir ou demonstrar as ciências da natureza, ela deve recorrer ao método experimental, preconizado por Bacon, inaugurado por Galileu, e que, depois de mais de três séculos, mostrou-se de uma extraordinária fecundidade. Portanto, os enciclopedistas invocam e utilizam a interrogação da natureza no domínio das ciências, do mesmo modo que pesquisam a expressão da natureza dentro das artes. É um dos aspectos mais interessantes do gênio de Diderot que, a este respeito, criou a crítica da arte comentando as primeiras exposições públicas denominadas Salons.

O caráter mais original da Enciclopédia encontra-se no importante papel que os ofícios desempenham. Pela primeira vez foi colocado claramente em evidência o profundo laço que uniu a ciência e a técnica, a teoria e a prática, o pensamento e a ação, e sua fecundação recíproca dentro do desenvolvimento do progresso humano. Começou-se a compreender o que nós vemos claramente hoje: o *Homo faber* e o *Homo sapiens* não foram senão o mesmo. A ciência, resultado das necessidades da ação e só capaz de fecundar a si mesma, não pode desenvolver-se por si só a não ser pela experiência solicitada pela ação e utilizando os meios cada vez mais amplos da ação colocados à sua disposição pela técnica. Nós sabemos

que a mão do homem, pelo manejo da ferramenta, criou o cérebro e que o pensamento, nascido da ação, deve, segundo o velho mito de Anteu, para manter-se forte e fecundo, retornar à ação inspiradora de formas cada vez mais ricas e cada vez mais elevadas.

...Um outro aspecto da íntima articulação do pensamento e da ação, aspecto que não poderia ser previsto pelos autores da Enciclopédia, corresponde ao papel jogado por esta na vida política da França, nas origens de nossa Revolução...

Nossa história nos mostra que esta transformação, assim iniciada, levou bem rapidamente a um profundo desenvolvimento do qual nós apenas começamos a sair, e no qual vejo uma das razões dentro de uma contradição interior à concepção que tem o século XVIII do alvo perseguido pela ciência. Esta seria dominada pelo prodigioso sucesso das idéias de Newton, que teria acabado de fundar a mecânica, e mais particularmente a mecânica celeste. Ali estava o protótipo ao qual deveria se adequar toda a ciência da natureza, dentro de um espírito de um determinismo mecanicista, ou determinismo absoluto, cuja expressão mais perfeita encontra-se na frase bastante conhecida de Laplace:

‘Uma inteligência que, por um instante dado, conhecesse todas as forças pelas quais a natureza é animada e a respectiva estrutura dos seres que a compõe, se por outro lado ela fosse bastante ampla para submeter esses dados à análise, abarcaria na mesma fórmula os movimentos dos maiores corpos do universo e os do mais leve átomo; nada seria incerto para ela, e o futuro como o passado estariam presentes a seus olhos. Todos os esforços do espírito humano tendem a se aproximar sem cessar desta inteligência que nós acabamos de conceber, e da qual permanecerá sempre infinitamente afastado.’

É necessário sublinhar o caráter sobrehumano, e quase inumano do ideal assim proposto à ciência. Este ideal condicionou também as ciências da vida. Diderot, por exemplo, em sua ‘Interpretação da natureza’, cita Maupertius que assim definiu o animal:

‘um sistema de diferentes moléculas orgânicas que, por um impulso inicial dado por aquele que criou a matéria em geral, foram combinadas até que cada uma reencontre o lugar o mais conveniente à sua figura e ao seu repouso.’

E La Mettrie escreveria seu livro sobre a Máquina Humana.

Estando assim nosso passado e nosso futuro contidos no impulso inicial dado ao imenso projétil ao qual o determinismo mecanicista compara o universo, a atitude do homem, e a da ciência, não pode ser mais que contemplativa, como ela é na astronomia, o que levou a um fatalismo, com este paradoxo de que a ciência, resultado das necessidades da ação, chegue somente a negar a própria possibilidade da ação.

Daí que um desenvolvimento dominou todo o século XIX com as manifestações igualmente variadas

como antes, desde o desespero romântico até o divórcio entre a ciência e a filosofia que confinou tanto tempo essa última dentro de nossas faculdades de letras, que se traduziu nas afirmações periódicas de falência da ciência ou no recurso à intuição bergsoniana, através de um idealismo metafísico sem contato com o real, já que a ciência seria pouco considerada a não ser sob seu aspecto utilitário, fonte de força material e de benefício egoísta. Divórcio da ciência e da justiça, do qual nós sofremos ainda as monstruosas conseqüências. Crise enfim das humanidades ou, nos últimos 150 anos, a ciência não encontrou seu lugar, porque o determinismo absoluto a desumanizou e seu ensinamento foi muito orientado no sentido das aplicações em vez de se integrar dentro de uma cultura digna de seu nome.

A contradição fundamental que acentuo está hoje superada pela renovação que se operou a partir do século XVIII com a introdução francesa, em primeiro lugar com Buffon e Lamarck, da noção da evolução, e pelo próprio desenvolvimento de nossa ciência que fez evoluir nossa concepção da razão em si. Há dois séculos, a razão era concebida como estática com as categorias kantianas do espaço e do tempo absolutos e sua lógica aristotélica. A renovação começou no domínio das matemáticas com a introdução das geometrias não-euclidianas e as contradições levantadas pela teoria dos conjuntos.

Em seguida o movimento ganhou a física, que, nos últimos 50 anos, atravessou crises essenciais. A da relatividade, resultado de uma contradição entre as concepções clássicas do espaço e do tempo e os resultados da experiência, que só pode ser removida na relatividade restrita, pela síntese einsteiniana do espaço-tempo, e, na relatividade generalizada, por uma síntese da física e da geometria onde esta tomou um aspecto inteiramente novo.

Aberta aproximadamente ao mesmo tempo que a precedente, a crise dos *quanta*, ainda não finalizada, levou à conseqüências ainda mais profundas no que diz respeito à própria noção do determinismo e devolve novamente à ciência seu caráter humano, restituindo a ação ao seu lugar.

A nova física substitui efetivamente o determinismo absoluto pelo determinismo estatístico em virtude do qual nosso conhecimento atual de um sistema material não nos permite prever mais que quantidades de probabilidade aos diversos estados ulteriores possíveis desse sistema, probabilidades tanto mais tênues quando a previsão é para prazo mais longínquo. Para os sistemas à nossa escala, e para a maior parte das aplicações, essa probabilidade pode aproximar-se praticamente da certeza, o que é permitido pela técnica, mas ela se expandiria, se difractaria como o faz um feixe de luz através de uma pequena abertura quando o sistema material tende para as dimensões atômicas.

Através dessas duas afirmações fundamentais - *nossas possibilidades de previsão dependem acima de*

tudo de nossa informação, e esta não pode ampliar-se a não ser pela ação - a nova concepção do determinismo recupera a experiência da vida cotidiana e faz de nossa ciência a forma precisa e cada vez mais perfeita desta. Ela humaniza assim a ciência e substitui a atitude contemplativa e até certo ponto desesperadora do determinismo absoluto por uma atitude ativa onde se realiza a síntese do sujeito e do objeto e onde aquele pode transformar este sem que um implacável destino tenha antecipadamente fixado os limites desta ação.

A experiência nos mostra portanto que nossa razão e a ciência que ela cria ajustando-se cada vez mais próxima à realidade, como todos os seres vivos e o próprio universo, submetidos à lei da evolução, se faz através de uma série de crises onde cada contradição ou oposição superada se traduz num novo enriquecimento.

Para ficar só nas ciências físico-químicas, eu recordo, na relatividade, a contradição entre a teoria do éter imóvel e as experiências relativas à propagação da luz nos corpos em movimento, superada pela síntese do espaço-tempo, a contradição entre a mecânica celeste de Newton e a experiência astronômica, superada pela síntese físico-geométrica num espaço-tempo cujas propriedades são determinadas pela matéria e a radiação que ela encerra.

A velha oposição entre as duas noções de matéria e de luz deu lugar à noção de uma energia que se materializa pela transformação da radiação em partículas materiais, e também, se 'desmaterializa' pela transformação inversa.

Desde o final do século XVII, duas teorias se opunham para explicar as propriedades da luz: a da emissão e a das ondulações. Acreditou-se na metade do século XIX, através da experiência dita crucial de Fizeau e Foucault, ter-se resolvido o debate a favor da teoria ondulatória. A nova mecânica, resultado da teoria da relatividade, invalidou essa conclusão e permitiu à teoria dos quanta colocar dialeticamente o problema. Trata-se não de eliminar uma das duas concepções corpuscular ou ondulatória, mas, pelo contrário, realizar uma síntese entre elas, visto que a experiência mostra que a luz apresenta qualidades favoráveis tanto com uma como com outra das duas concepções.

A mecânica ondulatória inaugurada por Louis de Broglie, mostrou que uma síntese análoga é necessária para explicar as propriedades da matéria. Esta dupla síntese, a da onda e do corpúsculo para a matéria como para a luz, não está ainda acabada; ela será obra dos anos que virão e assinalará para a nossa física um progresso essencial.

A história da química foi dominada durante todo o século XIX pela contradição entre a teoria da unidade da matéria, que vê dentro de cada átomo o resultado da condensação de um número inteiro de átomos de hidrogênio, e a experiência que, em nome



Ao lado, alegoria sobre a Igualdade
Acima, de um autor desconhecido
"Liberdade! Igualdade! Fraternidade!"

do princípio da conservação da massa de Lavoisier, mostra que as massas atômicas dos diversos elementos não são múltiplos exatos da do átomo de hidrogênio. A doutrina da inércia da energia, consequência da teoria da relatividade, veio suprimir de um único golpe a dificuldade e realizar a síntese entre os fatos, que pareciam até contraditórios. Mais precisamente os desvios geralmente irregulares entre a massa atômica de um elemento e o múltiplo inteiro o mais próximo da massa atômica do hidrogênio nos permite hoje avaliar a energia liberada sob forma de radiação quando o átomo condensado se forma a partir do hidrogênio.

A história de todas as nossas ciências é balizada por semelhantes processos dialéticos que marcam os momentos essenciais. Tenho consciência de só ter compreendido bem estes processos da física, a partir do momento em que tive conhecimento das idéias fundamentais do materialismo dialético. Essa doutrina, que prolonga a grande linha do pensamento filosófico humano, é em si própria o resultado de uma síntese começada há um século por Karl Marx e Friederich Engels entre o materialismo mecanicista de nossos filósofos franceses do século XVIII e a dialética de Hegel.

Ela bem parece ser de uma aplicação geral, como filosofia da transformação, da constante evolução do mundo, tanto no domínio do pensamento, por esclarecer e guiar a marcha de nossa ciência e de nossa ação, como no domínio da própria natureza. Esta, contrariamente ao antigo adágio: *Natura non facit saltus* (a natureza não dá saltos), parece bem proceder dialéticamente, por saltos, tanto mais quando se trata da aparição de novas formas de vida como por ocasião da passagem de um átomo de um dos estados quânticos a outro.

A aplicação desta doutrina à evolução das sociedades humanas por seus próprios fundadores, sob o nome de materialismo histórico, parece bem ter sido a primeira na época, e lhes permitiu, assim como a seus continuadores, compreender e fazer previsões num domínio particularmente difícil e complexo.

No plano da ação, onde a doutrina deve se traduzir em método, o materialismo dialético parece se mostrar tão fecundo quanto no plano da explicação e da compreensão. Parece permitir uma extensão do próprio método experimental.

Esforcei-me para mostrar como, depois de dois séculos, as nossas idéias mais fundamentais, desde a da razão até a da matéria, sofreram transformações profundas que são somente comparáveis às sofridas por nossas técnicas, em ligação profunda e em constante interação com o desenvolvimento da ciência.

Quando, após uma crise sem precedentes, nosso país deve renascer, o momento é particularmente favorável para proceder, a duzentos anos de distância, a um inventário comparável àquele que dirigiu Diderot, de sua juventude à sua maturidade. O fio condutor capaz de nos guiar nessa difícil e longa empreitada não parece poder ser outro, para nos reatar à grande linha filosófica do progresso humano, que o do materialismo dialético.

Nós poderíamos nos reunir essa manhã com a simples intenção de comemorar, como ele merece, o segundo centenário do memorável empreendimento que foi a publicação da Enciclopédia do século XVIII. Para unir novamente nesse ponto o pensamento e a ação, os organizadores dessa reunião desejam que ela seja o ponto de partida de um movimento que renove com dois séculos de intervalo o que precedeu nossa Revolução. Todos estão convidados a refletir e contribuir na medida de suas forças.

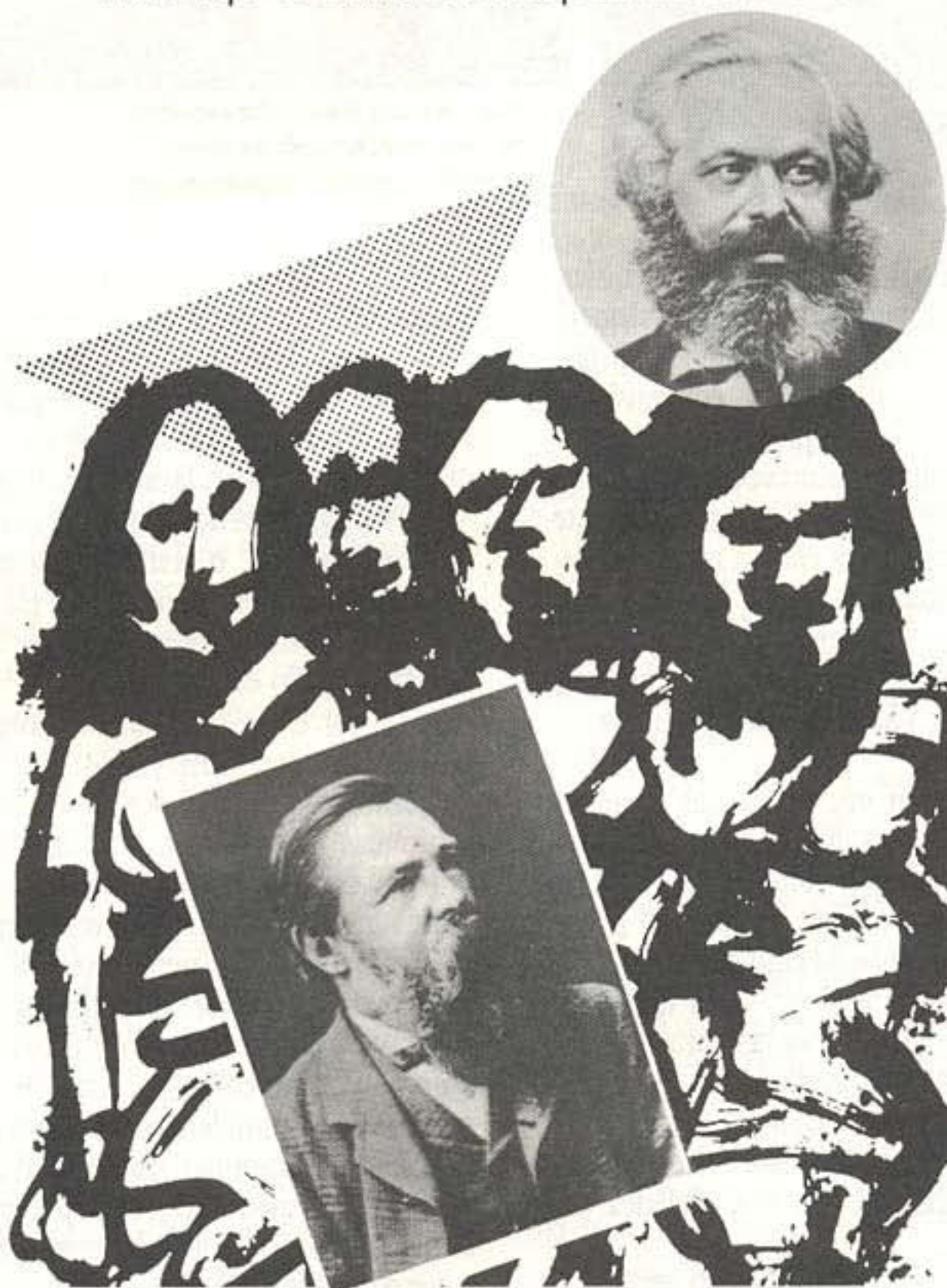
A "controvérsia" feminismo x marxismo

LORETA VALADARES*

As teorias feministas provocam uma grande confusão a respeito da visão marxista sobre a condição da mulher.

Veza por outra aparecem os que opõem a "questão específica" à teoria do materialismo dialético.

Em contrapartida, negam também o papel específico da mulher na luta pelo socialismo. Loreta trata aqui de enfrentar esta pretensa controvérsia



Não se trata de ironia nem de pretensão. A verdade é que não dá mais para ignorar a profícua produção teórica que analisa a condição da mulher, seu subjugamento e opressão ao longo da história, sua resistência e luta, sua situação atual e perspectivas. Estes trabalhos, particularmente nos últimos quinze anos, (com destaque para a década de 70) forjaram uma concepção, uma teoria ou doutrina que se afir-

* professora assistente de ciências política da UFBA

ma como feminismo, com diversas matizes, de acordo com a origem, posição filosófica e política, ou ideologia das mulheres cientistas e grupos feministas que vêm pesquisando a relação mulher/sociedade. Nos diversos campos em que esta investigação é feita - sociologia, história, economia, antropologia, psicanálise - há um denominador comum: a crítica ao marxismo. Não importa sob que ângulo a investigação feminista é realizada, o marxismo é sempre citado, seja para dar o "ponto de vista feminista" sobre o marxis-

mo, seja para reelaborar um marxismo “sob o ponto de vista feminista”, como quer Schulamith Firestone ao afirmar a necessidade de “ampliar o materialismo histórico para *incluir* o que é estritamente marxista”(1) (grifo da autora), criando, assim, uma espécie de “materialismo histórico feminista”. Outras correntes, reportando-se a uma visão estritamente biológica sobre o processo de dominação de um sexo pelo outro, defendem um tipo de “feminismo puro”, isento de qualquer contágio teórico com o marxismo, porque, dizem, este reduz a luta de sexos à luta de classes, não levando em conta, portanto, a questão decisiva para a libertação da mulher: a reapropriação de seu próprio corpo e dos meios de reprodução, pois a essência de sua dominação reside no fator biológico de sua condição de reprodutora.

As críticas à pretensa “insuficiência” do marxismo sobre a questão da mulher se faz presente em quase todas as análises sobre sua situação de dependência e inferioridade na sociedade, bem como sobre as origens de sua opressão. Evidentemente, as diversas teorias feministas não param somente na crítica à interpretação do marxismo sobre o processo de transformação da sociedade, mas, sobretudo, investem contra o caminho revolucionário apontado pelo marxismo para a luta de emancipação da mulher. Não obstante as diversas contribuições teóricas nos terrenos da história e da sociologia, das pesquisas científicas no terreno da antropologia e até mesmo a tentativa de Juliet Mitchell que “empreende o grande esforço de resgatar a psicanálise como doutrina geral libertadora”(2) porque acredita ser “possível aprofundar o estudo do inconsciente do ponto de vista do materialismo dialético” (3), a verdade é que as teorias feministas têm provocado uma grande confusão teórica a respeito da concepção materialista histórica sobre a condição da mulher. Isto acaba por negar o marxismo como ciências e o socialismo como etapa de transição da sociedade capitalista para comunista. (4) Conseqüentemente, nega-se também o papel específico da mulher na luta pelo socialismo por considerar que este não “resolve a questão específica” da mulher. Apresentam-se soluções (ou saídas) alternativas que são, no mínimo, utópicas, no sentido exato do conceito: prenunciam a luta feminista como fator determinante para o “advento de uma nova era”(5), sem indicar os meios concretos para a consecução de tal fim. Quando muito, tais indicadores reduzem-se (aí sim pode-se falar em redução) a fatores estritamente biológicos ou estão vinculados a uma visão existencialista (personalista) de mundo.(6)

Não é mais possível permitir, sem contestação, esta visão eclética sobre o marxismo, não apenas quanto ao papel da mulher na sociedade, mas quanto à sua condição de ciência da sociedade. É o caráter científico do marxismo que vem sendo questionado. É preciso enfrentar a pretendida controvérsia entre o feminismo e o marxismo, resgatando, deste último, sua

inequívoca (e pioneira) contribuição científica sobre as raízes da opressão da mulher e retomar a perspectiva revolucionária sobre a luta de emancipação da mulher.

Este breve ensaio não pretende analisar exaustivamente (até por limitação de referencial bibliográfico) as diferentes concepções feministas, mas apenas sistematizar as principais críticas feitas ao marxismo e buscar respondê-las, ainda que de forma inicial, sob a ótica do materialismo histórico, da economia política marxista e do socialismo científico.

► Fica evidente a preocupação em separar o marxismo do feminismo

Antes de procedermos a esta sistematização é necessário assinalar que o questionamento das correntes feministas modernas ao marxismo não se faz apenas quanto a possíveis omissões em programas de partidos comunistas em diferentes conjunturas históricas e diante de revoluções específicas. Estas também são feitas inclusive quanto às importantes e revolucionárias conquistas obtidas pelas mulheres na Revolução Russa de 1917 (7) que, mesmo quando reconhecidas, são consideradas limitadas e, segundo informação sem fonte de referência, de Andrée Michel “chegaram mesmo a ser suprimidas”, porque teria “o poder” decidido, “depois de terminada a guerra civil, desenvolver a produtividade”.(8) O papel das mulheres na Revolução Russa e as transformações reais nas suas condições obtidas sob o socialismo, bem como a situação da mulher e seu processo de emancipação na Albânia socialista (que nenhuma das correntes feministas procura sequer investigar), será comentado em outro trabalho. Por ora, cabe dizer que a essência do questionamento ao marxismo diz respeito às bases científicas em que se assenta, atingindo-o, portanto, como ciência, negando-lhe o papel revolucionário que seu advento causa no terreno das ciências sociais, e finalmente, obstruindo seu caráter revelador (enquanto ciência) das leis objetivas que regem o desenvolvimento da sociedade e sua aplicação revolucionária (9) até o fim pelo proletariado - classe mais avançada da sociedade - até acabar com todas as formas de exploração e opressão. Ao se retirar a essência revolucionária do marxismo (enquanto ciência e guia para a ação - não um dogma) que é exatamente por a descoberto a coincidência objetiva do desenrolar objetivo (a redundância é necessária) da sociedade - *com os interesses da classe operária* - a única que não aspira

perpetuar um regime social caduco - retira-se-lhe também seu instrumental revolucionário de análise da realidade, sua condição de arma teórica (e prática) na luta contra a exploração e opressão que se quer acabar. Assim, também, subtrai-se do marxismo seu significado na luta de emancipação da mulher. Esta preocupação fica evidenciada na ansiedade das teóricas feministas em “distinguir” o marxismo do feminismo, dando a este uma conotação de ciência, que quando muito pode utilizar o arcabouço marxista (suas categorias) mas nunca sua essência científica e, muito menos, seu ponto de vista de classe.

Não é necessária uma profunda investigação para demonstrar esta preocupação (ou mágoa). Ela fica transparente na queixa de Claude Alzon:

“Jamais se fez, no plano teórico, para as mulheres, o que foi feito para os operários, isto é, distinguir claramente sua exploração (lucro tirado pelos homens do seu trabalho) e sua dominação (tudo o que constitui o poder masculino)”. (10)

No entanto, não pode deixar de acrescentar:

“É verdade que, para o marxismo, um não anda sem o outro, o poder do opressor sendo destinado a permitir a exploração do oprimido”, (11) embora, mais adiante, prossiga criticando a tese de Engels sobre a origem do patriarcado.

O que se quer, então, é uma teoria científica exclusiva para as mulheres? Desligada da dialética do processo de desenvolvimento das leis mais gerais de toda a sociedade? Acima da posição econômico-política ocupada pelas mulheres nas diferentes formações econômico-sociais independente das relações de exploração e dominação a que são submetidas as classes oprimidas nas diversas etapas históricas? Impermeável à luta de classes e a ela desenvolvendo-se paralelamente sem “contágio”? Isso, ou o que quer Schulamith Firestone, uma espécie de marxismo para as

mulheres ao afirmar que “podemos desenvolver uma visão materialista da história, baseada no próprio sexo” (12) pois, “Para a revolução feminista, precisamos de uma análise da guerra dos sexos *tão completa quanto* para a revolução econômica foi a análise de Marx e Engels sobre o antagonismo de classes”. (13) (grifos nossos)

E isto porque, acrescenta,

“a doutrina do materialismo histórico, por mais que tenha representado um avanço significativo em relação à análise histórica anterior, não foi a resposta completa, como os fatos posteriores confirmaram”. (14)

Que fatos? A autora de *A dialética dos sexos* não indica. E baseada em sua avaliação do marxismo enquanto ciência, permite-se parafraseá-lo, “completando-o sob a ótica da dialética dos sexos”. A esta formulação tem-se chamado de feminismo radical, uma das vertentes do feminismo moderno.

Também Juliet Mitchell, em outro tom, lamenta o que considera a “debilidade original existente na discussão tradicional da questão (a da subordinação da mulher, esclarecimento nosso) nos clássicos. Pois embora os grandes estudos do século passado sublinhassem todos a importância do problema, não o “resolveram” teoricamente. As limitações de sua abordagem jamais foram transcendidas posteriormente” (15). Padeceria, assim, o marxismo de um tipo de “estigma de origem”, na análise das raízes da opressão da mulher: o de não resolver o problema *fora* (ou independente) da análise do processo de desenvolvimento e transformação da sociedade, reduzindo-o a soluções “exclusivamente econômicas” e não elaborando uma teoria própria, permanecendo “a libertação das mulheres ... como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela”. (16)

Síntese da concepção emancipacionista

*O feminismo emancipacionista - que vem formulando o ponto de vista materialista histórico sobre a questão da opressão à mulher - entende e analisa a especificidade da mulher como fruto da perda da liberdade de produzir e confinamento à esfera privada, com conseqüentes derrotas no plano político-jurídico (derrota do direito materno, por exemplo), afirmando, portanto a opressão específica em íntima relação com o processo de surgimento de propriedade privada, transformando a própria mulher em propriedade do homem. (Marx, in *A Ideologia Alemã*). Conseqüentemente, a opressão específica da mulher, sua gênese, seu processo de formação, coincide no tempo (Engels, in *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*) com o aparecimento das clas-*

*ses, com elas se entrelaçando e refletindo seu antagonismo e sua luta ao longo da história, nas diversas etapas e em diferentes formações econômico-sociais. A opressão específica da mulher caminha e se desenvolve “pari-passu” com a opressão social, de classes, caracterizando, assim, a mulher como oprimida enquanto ser sexual e ser social (Bebel, in *A Mulher e o Socialismo*), com seus correspondentes reflexos e formas na superestrutura. E assim como na relação base/superestrutura esta incide sobre aquela com relativa independência, também a especificidade da opressão da mulher assume formas próprias no terreno cultural, político, ideológico, sexual, que atuam conjuntamente e se entrelaçam à opressão (exploração) social. Em decorrência deste ponto de vista materialis-*

Por fim, Simone de Beauvoir, na obra mais densa e sistematizada sobre a mulher, após uma breve análise sobre “o ponto de vista do materialismo histórico” (17), mesmo considerando que a visão de Engels “assinale um progresso ... ela nos decepciona: os problemas mais importantes são escamoteados”. E, mais adiante: “a exposição de Engels permanece, portanto, superficial, e as verdades que descobre parecem-nos contingentes. É que é possível aprofundá-las sem sair fora do materialismo histórico”. (18)

Em todos esses arrazoados há uma base comum: a negação do marxismo enquanto ciência por sua “incapacidade” de, fora dele (de seus “limites”, como querem) resolver o problema da subordinação das mulheres e de sua emancipação. Daí a necessidade de buscar outros “fundamentos científicos que seriam aportados pelo feminismo, enquanto “ultrapassagem” teórica sobre a questão da mulher. Eis aí estabelecida a polêmica. Resta saber se ela é verdadeira. O que se quer é que o marxismo se negue a si mesmo e passe a ter outra base filosófica e outra visão (não materialista) da história. O que estas formulações reivindicam é que o materialismo deixe de ser histórico e passe a ser mecânico (como era o velho materialismo dos séculos XVII e XVIII e da primeira metade do século XIX). O que se pretende é que o socialismo volte a ser eclético, saia do terreno da realidade e deixe de ser ciência!! (19)

É falsa a polêmica feminismo X marxismo. Parte de premissas incorretas no terreno das ciências sociais (base teórica quase sempre idealista e método de análise em geral metafísico) e de uma incompreensão básica do materialismo histórico enquanto ciência, portanto, do objeto de sua investigação. Qual é esse objeto? O materialismo histórico é a ciência que as leis mais gerais do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, em suas inter-relações. Diz respeito às

relações mútuas entre todos os aspectos da vida social e não somente de relações e modificações em separado, de aspectos específicos, que são objetos de outras ciências especiais, como a antropologia, a história, a ciência política, etc. É claro que existem zonas de encontro entre as diversas ciências sociais, mas há especificidade em seus objetos. O materialismo histórico tem por objeto exatamente as leis gerais do processo histórico. Investiga as questões, por exemplo, sobre o caráter do regime social, sobre como se realiza o processo de desenvolvimento da sociedade, se é sujeito a leis ou se transcorre de forma anárquica, sobre como se efetua a passagem de um regime social a outro: enfim, sobre os nexos e inter-relações do complexo e contraditório curso do desenvolvimento histórico-social. Neste sentido o materialismo histórico entrelaça-se necessariamente com as questões específicas, fornecendo elementos (indicadores) científicos para seu estudo e investigação.

Em que o materialismo histórico se opõe ao feminismo entendido como concepção sobre a especificidade da opressão da mulher na sociedade? Em nada, exceto que elabora a sua concepção - que pode se chamar de feminismo emancipacionista - investigando a especificidade da opressão da mulher em suas complexas inter-relações com os demais aspectos e leis da dialética do desenvolvimento da sociedade. São as correntes feministas que se têm colocado em oposição ao materialismo histórico e à sua visão científica e metodológica das questões mais gerais da ciência social, sem cujo esclarecimento se torna impossível a explicação do desenvolvimento da vida social em seu conjunto. Conseqüentemente, fica-lhes difícil - senão impossível, dentro de sua visão estreita do problema específico - admitir o ponto de vista do materialismo histórico sobre a opressão da mulher e os caminhos de luta para sua emancipação; isto porque buscam a explicação sobre as origens e as formas de opressão da mulher *fora* das leis objetivas do desenvolvimento social e independente das causas últimas que originam as relações de dominação das sociedades antagônicas. Assim o fazem, com efeito, ao recorrerem exclusivamente à fundamentação biológica ou psicanalítica (ou a junção das duas) para explicar as desigualdades sexuais e definir os caminhos de sua solução. Mesmo as correntes que aliam à biologia e à psicanálise certos aspectos do materialismo histórico, assim o fazem tomando emprestado suas categorias e insistindo em suas “limitações” porque é fora dele, dizem, que se resolvem os problemas teóricos e práticos postos pela opressão dos sexos nas sociedades de classes. Na verdade, são estas correntes que encerram o feminismo em uma redoma (“traçam um círculo à sua volta”, como pretende Schulamith Firestone fazer com o marxismo) isolando-o em sua especificidade (que é inegável), e apontando soluções unilaterais. “Não enxergam o bosque” como diria Engels. (20)

O resultado é que embora as diversas correntes

ta histórico, livrar-se da opressão específica - emancipar-se - exige a via revolucionária que aponta o caminho do socialismo, único regime que resolve a contradição básica da sociedade de classes capitalista - produção coletiva x apropriação individual transformando esta última em social, ao eliminar a propriedade privada sobre os meios de produção. Deste modo, o socialismo abre as portas à completa emancipação da mulher. Nesta perspectiva, o grande desafio, posto para o feminismo emancipacionista (que também o diferencia de outros feminismos) é a mobilização das massas de milhões de mulheres - principalmente operárias, camponesas, trabalhadoras em geral, estudantes, intelectuais progressistas - para abraçar a causa da emancipação da mulher em sua especificidade, mas interligada com a luta revolucionária rumo ao socialismo, único caminho capaz de acabar com toda a exploração e opressão; o que advir com a passagem para a sociedade comunista. (“Do reino da necessidade para o reino da liberdade” - Engels).

feministas tenham contribuído em aspectos teóricos sobre a especificidade da opressão da mulher, e, enquanto movimento, na tomada de consciência da opressão específica, surge uma formulação teórica eclética que não ultrapassa o horizonte da luta de sexos ou se envolve com o véu do existencialismo. Fatalismo biológico ou idealismo existencialista.

O materialismo histórico, na realidade, é a teoria científica capaz de desvendar a especificidade da opressão da mulher relacionando-a com o processo de exploração e dominação que se desenvolve na sociedade de classes, especialmente hoje, na sociedade capitalista. É evidente que são necessárias respostas teóricas e práticas sobre a questão específica. A sociedade moderna, a agudização da luta de classes da sociedade capitalista na era do imperialismo, tanto no campo das ciências sociais como naturais, o avanço tecnológico, etc. colocam a necessidade, hoje, de se desenvolver teoricamente a especificidade da opressão da mulher. Por outro lado, também é necessário avançar no terreno da luta, transformando o movimento feminista em poderoso instrumento que envolva milhões de mulheres na luta contra a opressão de sexos e a exploração e dominação de classes. O feminismo emancipacionista pode vir a fazer isto.

Sabemos que a sociedade de classes, patriarcal, impõe a condição de subalternidade à mulher e a opressão de sexos. Andrée Michel fala na “ocultação” (21) que as ciências sociais fazem quanto à condição da mulher, no que concordamos. A história da mulher, seu papel na sociedade, sua participação no processo de transformação social, seu planejamento do poder político, tudo isso precisa ser desvendado pela ciência social. O materialismo histórico é a teoria científica que fornece os elementos para esse desenvolvimento teórico (e prático) porque é a única que vê como originalidade da questão específica exatamente seu entrelaçamento - e não absorção - à questão da emancipação social.

À luz do que foi dito, quais são, então, as principais críticas (divergências) em relação ao marxismo? A primeira, e mais geral, que permeia todas as correntes feministas, é a de que o marxismo “reduz tudo ao econômico”. Assim pensa Simone de Beauvoir quando, ao referir-se à análise de Engels (que ela apresenta de forma esquemática) em *A Origem da Família*, afirma: “Este (o materialismo histórico) não pode fornecer soluções para os problemas que indicamos, porque tais problemas interessam o homem em sua totalidade e não essa abstração que se denomina ‘homo aeconomicus’” (22) De igual modo, Juliet Mitchell, também analisando a mesma obra de Engels, diz que a “solução” apresentada por ele e por Marx “mantém este tom excessivamente econômico ou entra no domínio da especulação deslocada”. (23) Schulamith Firestone, vai mais além: quer “reelaborar” o materialismo histórico porque, no seu entender, “existe um nível da realidade que não deriva dire-

tamente da economia”. (24) Porque diz, “apesar de Marx e Engels fundamentarem sua teoria na realidade, era ela apenas uma realidade parcial”. E prossegue criticando “a definição *estritamente econômica* (grifo nosso) do materialismo histórico, tirado do livro *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de Engels, (25) quando este designa o materialismo histórico como aquela concepção da história universal que vê no desenvolvimento econômico a causa última de todos os acontecimentos históricos. (26)

Eis a crítica das teóricas do feminismo. As afirmações são contundentes: o marxismo reduz tudo ao econômico. Lamentável incompreensão da essência do materialismo histórico, seja por uma visão limitada da sociedade enquanto objeto de investigação científica, seja por mecanicismo teórico e metodológico. Daí resulta uma interpretação do materialismo histórico (até mesmo da definição de Engels) como uma teoria rígida, aplicável a “qualquer época histórica como uma simples equação de primeiro grau”, como o próprio Engels ironiza. (27) Na verdade, são as teóricas do feminismo que reduzem à economia o complexo processo de desenvolvimento da sociedade cujas leis são analisadas pelo materialismo histórico. São as demais correntes feministas que entendem o marxismo de forma reduzida, atribuindo-lhe, até, esta ridícula formulação de que a economia é o único fator que rege o desenvolvimento da sociedade. Parece que a metafísica embarça-lhes a visão científica, o que as leva concluir que as categorias “causa última” e “causa única” sejam idênticas!

A problemática tampouco é nova. Ao contrário, é tão antiga quanto o surgimento do marxismo. E nada melhor do que Engels mesmo para responder à questão, o que fez em 1890, em carta a Bloch, em longo e preciso esclarecimento:

“(...) segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela - as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos quais nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas - também exerce sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante”. (grifos de Engels) (28)

E prossegue dizendo que “sem cair no ridículo, será muito difícil explicar, com apoio na economia, a existência de todos os pequenos Estados alemães

do passado e do presente” (29), para exemplificar. Ao final, diz:

“Se os mais jovens insistem, às vezes, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispunhamos de tempo, de espaço e oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações”.

E lamenta que, “com muita frequência se pense ter compreendido totalmente uma nova teoria e se possa manejá-la, sem mais nem menos, pelo simples fato de haver-se assimilado - e nem sempre de maneira exata - suas teses fundamentais”.

Engels já disse tudo. Quem quer que pense que o marxismo afirma que a opressão de sexos deriva diretamente da economia (e que portanto explicada a economia, tudo está explicado e não há necessidade de desenvolvimento teórico em aspectos específicos -

a questão da mulher, por exemplo) ou não entendeu o marxismo, ou deliberadamente o rejeita, (no que tem todo o direito: o que não se pode fazer é atribuir-lhe o que não diz, expondo suas teses parcialmente e assumindo uma atitude científica pedante, previamente “imune” à crítica do marxismo, às possíveis incongruências de suas formulações).

Aí está. O marxismo não ignora a opressão de sexos por “embuti-la” em meio a fatores econômicos que seriam os únicos a determiná-la indiretamente. Entende-a, isto sim, entrelaçada com o processo de desenvolvimento da história que, em *última instância* é determinado pela produção e a reprodução da vida real. Ao analisar o processo de produção e reprodução da vida real, desde as primeiras obras, Marx e Engels dedicaram explícita atenção às raízes da opressão da mulher e sua relação com a própria origem da exploração e opressão social. Nem uma só vez disseram que a opressão da mulher era coisa secundária, que não necessitava ser analisada e indicadas as formas de luta para a sua superação.

NOTAS

1- FIRESTONE, Schulamith, *A Dialética dos Sexos*/Rio, Labor do Brasil, 1976, p. 16. Com isto, Firestone quer colocar o marxismo dentro de um “círculo” (ou seja, “dentro de seus limites”) e, “para além das fronteiras”, dar ao materialismo histórico seu “real” alcance: (fora dos limites do marxismo) a dialética dos sexos como a lei objetiva da transformação da sociedade, da qual derivam o modo de produção e a super-estrutura!!!

2- GUTIÉRREZ, Raquel. *O Feminismo é um Humanismo*. Rio, Antares, SP Nobel, 1985, p. 36.

3- *ibid*, p. 73. A propósito, Mitchell parece ter alguma dúvida. Em sua coletânea *Psicanálise da Sexualidade Feminina*, Rio, Campus, 1988, p. 1 ao apresentar o trabalho sobre Freud e a distinção sobre os sexos, escrito em 1974, ela diz: “este pequeno trabalho demonstra um aspecto de meu interesse na Psicanálise àquela época - um interesse que não se manteve. Então eu ainda esperava ser possível provar a utilização da Psicanálise como uma ciência incipiente da ideologia do patriarcado - de como vivemos de uma forma masculina ou feminina, em sociedades patriarcais”.

4- LÊNIN, *El Estado y la Revolución*. Buenos Aires, Editorial Polémica, 1973, p. 106, capítulo 2 “La Transición del Capitalismo al Comunismo”.

5- GUTIÉRREZ, Raquel. *op. cit.* p. 129.

6- MICHEL, Andrée. *O feminismo, uma abordagem histórica*, Rio, Zahar, 1982.

7- Infelizmente hoje, sim, abandonadas pelo retrocesso capitalista provocado pela traição revisionista e a implantação da “Perestroika”. Nas palavras de seu próprio criador, Gorbachev, deu-se “um resultado paradoxal de nosso desejo sincero e politicamente justificado de tornarmos as mulheres iguais aos homens em tudo”... “por isso é que estamos promovendo acirrados debates na imprensa, nas organizações públicas, no trabalho e no lar sobre o que deve ser feito para que as mulheres possam retomar suas missões puramente femininas” (grifo nosso). Gorbachev, Mikhail. *Perestroika*, SP, Best Seller, 1987, p. 133 e 134.

8- MICHEL Andrée. *op. cit.* p. 74.

9- Característica fundamental do marxismo é a indissolubilidade entre a teoria e a prática, fonte permanente do seu desenvolvimento e de seu caráter profundamente crítico e criador.

10- ALZON, Claude. *La femme potiche et la femme bonniche*. Paris, Maspero.

11- *Ibid*.

12- FIRESTONE, Schulamith. *op. cit.* p. 16

13- *Ibid*, p. 12.

14- *Ibid*, p. 14.

15- MITCHELL, Juliet. *Mulheres: a Revolução mais Longa*, artigo publicado na Revista Civilização Brasileira nº 14, Rio, 1967, p. 7.

16- MITCHELL, Juliet. *op. cit.* p. 11.

17- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio, Nova Fronteira, 1980, p. 73.

18- *Ibid*, p. 75 e 76.

19- Engels, em sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, diz que “para transformar o socialismo em ciência, fazia-se mister, antes de mais nada, situá-lo no terreno da realidade”. E, mais adiante, acrescenta que “dois grandes feitos - a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia - são devidos a Marx”. E é graças a eles que o socialismo se transforma numa ciência, que só precisa ser desenvolvida em seus pormenores e inter-relações. Engels, *op. cit.* SB, Fulgor, 1962, p. 54, 63.

20- ENGELS. *op. cit.* p. 57, ao referir-se ao método metafísico de investigação assim o caracteriza; “... esbarra sempre, cedo ou tarde, num obstáculo, vencido o qual se transforma em método unilateral, limitado, abstrato, perdendo-se em contradições insolúveis; absorvidos pelos objetos concretos, não chega a alcançar sua concatenação; preocupado com sua existência, não se detém em pensar em sua gênese nem em sua transitoriedade; concentrado em sua imobilidade estática, não observa sua dinâmica; obcecado pelas árvores, nem consegue ver o bosque”.

21- MICHEL, Andrée. *op. cit.* p. 9.

22- BEAUVOIR, Simone. *op. cit.* p. 76.

23- MITCHELL, Juliet, *op. cit.* p. 10

24- FIRESTONE, Schulamith, *op. cit.* 16

25- *Ibid*, p. 14

26- ENGELS, *op. cit.* p. 24

27- ENGELS, *Carta a Bloch*, Obras Escolhidas, SP, Alfa-ômega, vol. 3, p. 285

28- ENGELS, *Carta a Bloch*. *op. cit.* p. 284.

29- *Ibid* p. 286.

A (des)qualificação através da automação

LIA VARGAS TIRIBA *

A automação introduz novos critérios de qualificação (ou desqualificação?) profissional e uma nova organização do trabalho. Este artigo aborda a educação dos trabalhadores nesta situação, tendo como referência o seminário "Automação e Movimento Operário", promovido pela escola técnica do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio

Pensar as disciplinas que compõe o currículo escolar é procurar compreendê-las enquanto a soma dos conhecimentos elaborados e sistematizados pelo homem ao longo de sua história. No entanto, sabemos que, na realidade, a escola não tem conseguido acompanhar "pari-passu" o desenvolvimento da ciência; poderíamos considerar que a escola ainda está muito voltada para o passado, desconsiderando o presente enquanto objeto de conhecimento. Neste sentido, ao não sistematizar a realidade atual, o currículo não expressa *de fato* a vida na fábrica, as constantes inovações tecnológicas, as mudanças na organização do trabalho, enfim as alterações do processo de produção.

Em uma escola em que estudam centenas de alunos-trabalhadores, é imprescindível que conste do currículo a discussão sobre os avanços tecnológicos, situando e acompanhando as novas características do trabalho no interior da produção. Trocar informações sobre o processo de automação da fábrica, trazer o debate para dentro da sala de aula é uma condição fundamental para a atualização permanente do ensino técnico industrial, para o redimensionamento da educação dos trabalhadores.

Escolhemos "Automação e Movimento Operário" como tema central do Seminário promovido pelo Colégio Metalúrgico, uma vez que, a cada dia, mais os trabalhadores se defrontam com o surgimento ininterrupto de novas tecnologias em seus locais de trabalho. Este é um assunto polêmico e de interesse não só para o operariado metalúrgico, como também para os bancários, metroviários, eletricitários, educadores. Isto porque a automação traz em seu bojo uma nova organização de trabalho; requer uma nova qualificação profissional, como também uma nova organização dos trabalhadores.

O Seminário não foi um evento com fim em si mesmo, sua preparação se deu no cotidiano da sala de aula, onde os conteúdos das disciplinas técnicas ganharam então uma nova dimensão política. Professores e operários-estudantes não só deram início ao

debate, como também elaboraram trabalhos e murais sobre o tema. De 24 a 28 de outubro, as discussões se intensificaram. Filmes, debates, palestras contribuíram para que aprofundássemos as questões técnicas de automação, suas implicações na organização do trabalho, como também suas implicações sociais, políticas e econômicas na vida da classe operária.

► Todos preocupados com o controle do capital sobre os trabalhadores

Existe ainda uma certa magia em relação ao avanço da tecnologia; quando falamos em automação relacionamos a palavra diretamente a robôs, computadores e máquinas operatrizes de comando numérico. O mito da fábrica sem operários, controlada por super robôs tem assustado muita gente. Talvez os operários-estudantes compreendam melhor que nós, educadores, o significado das novas tecnologias. Se não compreendem claramente, sentem na pele os seus efeitos. A partir do cotidiano no processo produtivo que permite acompanhar sua lenta e, às vezes, brusca evolução, transferem e ampliam as conseqüências da automação para um universo mais amplo, que extrapola o interior da fábrica.

Numa poesia, um operário-estudante compara o processo de automação da produção ao corre-corre da vida moderna:

"SER OU NÃO SER, EIS A AUTOMAÇÃO!

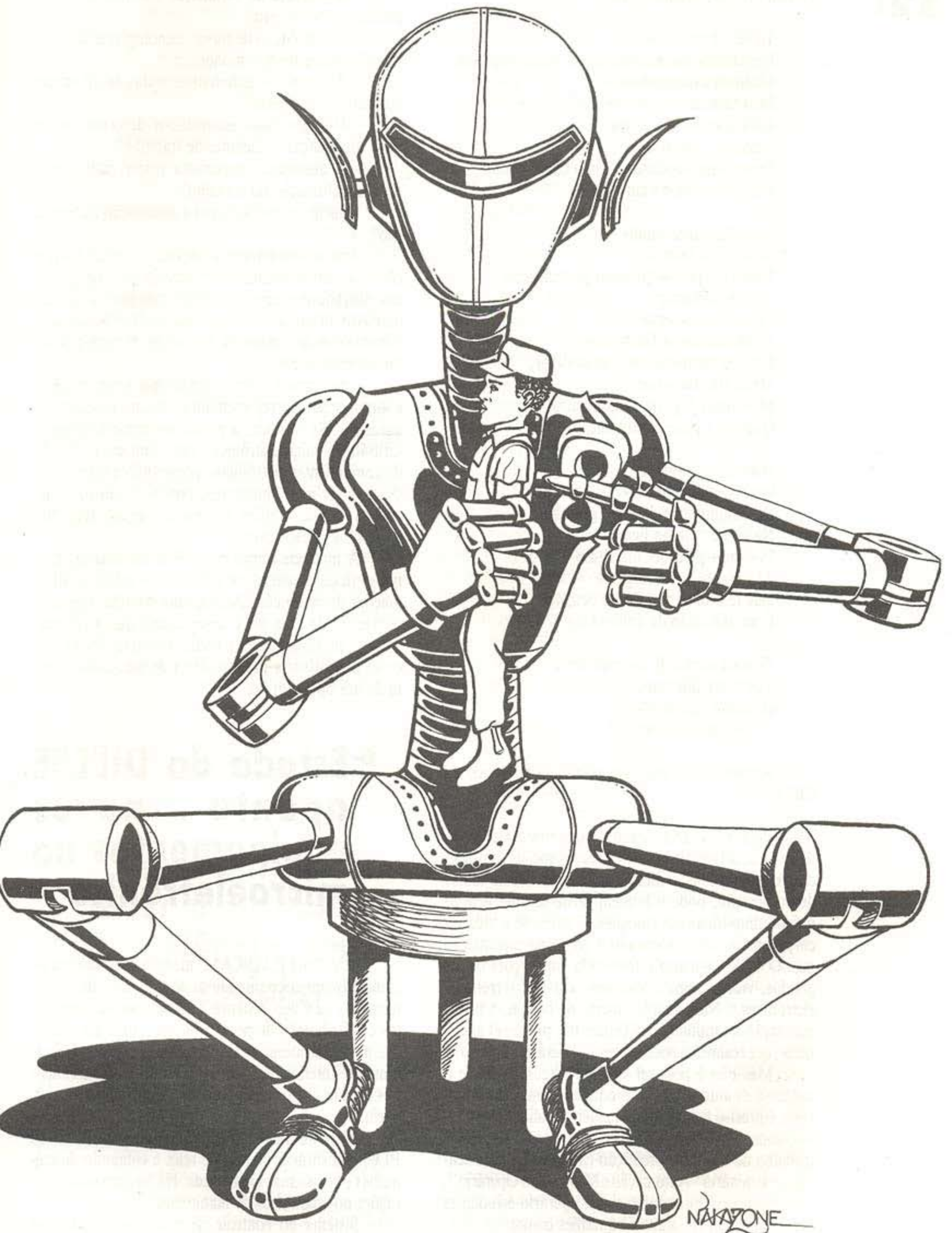
Procuramos, buscamos uma solução

Para a pressa ou agitação.

Será automação?

Falamos rápido

Conscientizados que na sociedade



Vertem ordem e organização.

Talvez lá no fundo
Um clamor de sentimentos há muito esquecido
Magoados ou entristecidos
Pelo fato de termos omitido
Uma coisa bem simples
Uma boa conversa
Sem o ritmo acelerado e não coordenado
Pelo fantasma da automação.

Só se fala abreviando
Só se ouve falando.
Tanto é a pressa que nem pressentimos
Que lá no fundo
Lá no inconsciente
A automação se faz presente.
E nos grupos surgem seus dialetos,
Metáforas ou gírias,
Mais nada foge da simplificação
Que nos trouxe a automação.

Não só nas fábricas
Que vivenciamos essa evolução
Do computador de nova geração.
Na nossa casa ao ligar o rádio
Podemos perceber um ritmo
Alucinante e embriagante
Que tem uma parcela na ocupação
E na aplicação da automação

'Sou eu sonho de tua esperança
Tua febre que nunca descansa
O delírio 'que há de te
automatizar''.

(Operador de torno por comando numérico da CBV).

Para o operário, a agitação, o ritmo alucinado da música, a falta de diálogo e regras sociais, o desencontro das pessoas... fariam parte do processo maior de automação, onde o homem torna-se uma máquina que simplifica suas emoções. É como se a vida incorporasse o ritmo acelerado e contínuo das máquinas. O saldo bancário é fornecido em frações de segundos, vídeos games, telefones sem fio, secretárias eletrônicas... Num simples apertado de botões, a informatização do mundo. Um futuro (ou presente) assustador, que realmente nos faz pensar: "Será automação?"

Mas não é possível situar a discussão sobre o processo de automação de produção apenas em sensações, é preciso tentar compreender a realidade dos fatos, compreender os movimentos da organização do trabalho no modo de produção capitalista. Neste sentido, o seminário "Automação e Movimento Operário", contribuiu para que professores e operário-estudantes aprofundassem em algumas questões como:

- O processo de automação contribui para aumentar o desemprego?
- A introdução de novas tecnologias elimina os trabalhos repetitivos e monótonos?
- Por que não automatizar todas as atividades insalubres e perigosas?
- Dos processos automáticos decorrem novos tipos de doenças e acidentes de trabalho?
- A automação representa maior qualificação ou desqualificação do trabalho?
- Quem se beneficia com a automação da produção?

Apesar das possíveis respostas a estas indagações estarem intrinsicamente vinculadas, era preciso que educadores e operários-estudantes analisassem cada passo do processo de automação da produção, re-dimensionando, então a formação técnico-política dos trabalhadores.

Começamos a compreender que a mecanização e automação não representam nenhuma novidade na indústria. Na verdade, a grande novidade tem sido a difusão da microeletrônica, que significa a redução de componentes eletrônicos, permitindo a elaboração de circuitos mais complexos, presentes não só na indústria, como também nos bancos, lojas, aparelhos de som, TV, escritórios...

A microeletrônica possibilita, de uma maneira mais eficaz, a centralização de dados sobre as informações de produção. Acompanha detalhadamente a confecção de uma peça, assegurando que a empresa detecte instantaneamente qualquer alteração no processo produtivo: a parada súbita de máquinas, a falta de um operador etc.

► Estudo do DIEESE aponta novos equipamentos na microeletrônica

O sistema CAD-CAM, máquina ferramenta de comando numérico, máquinas de tratamento de textos, terminais de vídeo, sistemas automáticos de transportes e distribuição de peças... fazem parte do mundo das novas tecnologias. Um estudo do Dieese - Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos nos aponta outros equipamentos com base na microeletrônica:

"Controladores lógicos programáveis (CLP ou PLC): substituem painéis de relês e comando de máquinas por sistemas eletrônicos. Há basicamente, alterações nos requisitos de manutenção.

Sistema do controle de processos: usados em

produção contínua (petróleo, petroquímica, aço etc.); sensores captam informações de variáveis como temperatura, pressão, composição do material, enviando-as para computadores que as analisam e propõem intervenção.

Há ainda uma série de máquinas: eletroerosão (reduz a necessidade e os requisitos de pessoal de ferrentaria), sistemas de informações na produção (automação da pontaria e do controle), automação no controle de qualidade etc.”

(Caderno da CUT, 1987, p. 31).

O Sindicato dos Metalúrgicos-RJ também está atento a esta discussão: iniciou um levantamento das empresas que estão sob sua área de jurisdição sindical e constatou que a CBV, CMV, Worthington, Suecocrás, Baker, Engemap e Microlab são as indústrias onde encontramos o maior número de equipamentos automatizados. A CBV, que fabrica equipamentos bélicos para extração de petróleo, tem disparado na frente, contando com 12 tornos automáticos, cinco centros de usinagem e um CAD (Computer Aided Desing).

A comissão do Sindicato está disposta a continuar a pesquisa, analisando as implicações das novas tecnologias, discutindo e formulando formas de ação sindical frente a nova organização do trabalho. Alguns operários-estudantes também se engajaram nesta comissão, dispendo-se a fazer um levantamento das novas tecnologias introduzidas em seu local de trabalho, analisando-as em relação ao aumento da produção, desempenho e qualificação do trabalho.

► CCQs visam convencer os operários a cooperar para o "objetivo comum"

Professores, alunos ficavam alarmados diante de tantas novas informações: o processo de automação tem maior controle também sobre os trabalhadores, uma vez que os operadores trabalham conforme a programação da máquina. Os digitadores em CPD, por exemplo, devem seguir rigidamente a programação das máquinas que indica desde o número de batidas até os intervalos para café, para idas ao banheiro, ... (Caderno da CUT, 1987, p. 13). Assim, o capital imprime no homem o ritmo e velocidade da máquina, desconsiderando as habilidades tradicionais do operário, tornando-o cada vez mais, um mecanismo vivo de "um mecanismo morto que existe independente dele" (Marx, 1974, p. 244).

Subordinado a um sistema de máquinas programadas para fiscalizar todos os passos de seu trabalho, a gerência científica, enquanto um corpo vivo - pode se tornar um mecanismo secundário para garantir a disciplina do trabalho:

“Com a automatização do processo da informação e sistemas de difusão, torna-se possível para o capital, em alguns casos, dispensar algumas dessas características caras e tradicionais de controle. Na verdade, ele pode automatizar o controle do trabalho. Taylor desenvolveu uma rotina de controle começando o dia na oficina ao dar a cada trabalhador uma ficha de trabalho com instruções escritas sobre suas tarefas. Hoje em dia existem oficinas onde o dia começa com os trabalhadores recebendo listagem de computadores especificando a alocação de seus trabalhos e programações. Não há dúvida que o mesmo computador recebe informações durante o dia sobre a extensão em que cada trabalhador está executando o seu trabalho(...)" (Brighon Group, 1976, p. 23-24).

O processo de automação na indústria abre caminhos para efetivar a subordinação do operariado ao capital. Antes era preciso que alguém vigiasse e controlasse as ações do trabalhador durante sua jornada de trabalho, agora a própria máquina, além de incorporar a ciência e a técnica da produção, incorpora a função de controle real do trabalhador para manter o sistema de máquinas num ritmo de funcionamento tal que garanta a produção em grande escala. Condiçãoando os movimentos do operário às ordens de uma maquinaria, o controle adquire uma forma mais sutil e eficaz. Assim sendo, poderíamos inferir que com o avanço das novas tecnologias, também o técnico industrial poderá ter descartada sua função de supervisão e fiscalização, *in loco*, do trabalho dos operários que atuam diretamente na produção. Qual será então, num futuro próximo, a sua função? Controlar a eficiência de máquinas que controlam os homens? Os debates no Colégio Metalúrgico, nos ajudaram a compreender que não podíamos aguardar o desenrolar dos acontecimentos; é necessário os trabalhadores estarem à frente do processo de automatização da produção, direcionando os rumos das novas tecnologias. É preciso também estar atento a todos os seus movimentos, perceber que o capital necessita criar um clima de falsa solidariedade no processo produtivo, onde a troca de conhecimento e ajuda mútua facilitem o controle dos empecilhos sobre a produção. Assim, os novos métodos introduzidos têm como intenção habituar o trabalhador às mudanças na organização do trabalho requerida pela introdução de novas tecnologias. Através dos chamados de Círculos de Controle de Qualidade ou de Trabalho Participativo, o empresariado em cada fábrica tenta convencer os operários a colaborar para a melhoria dos métodos de produção, contribuir com o controle de qualidade e para a eficiência das máquinas. Além disso, os CCQ e TP procuram incentivar o exercício de várias funções ao mesmo tempo, e a ajuda de um setor ao outro.

Na lógica do capital é preciso que o operário esteja convencido da importância do seu trabalho individual. É necessário muito desempenho e disposição para cooperar, para se alcançar um objetivo "comum".

A opção patronal em instituir relações “mais democráticas” na organização do trabalho é uma exigência do capitalismo. É uma forma de amenizar as resistências da classe operária a um trabalho degradante, sem que, no entanto, a estrutura do capital seja profundamente afetada. No “dividir para reinar”, as relações de trabalho tomam um caráter aparentemente não autocrático, uma vez que a aplicação do taylorismo dogmático choca-se às reivindicações de relações democráticas reclamadas pela sociedade civil. Para recompor sua hegemonia, o capital necessita inovar constantemente seus mecanismos de dominação sobre os trabalhadores, procurando conciliar os interesses e contradições para continuar a reinar. Valorizar a personalidade de cada trabalhador, suas capacidades, premiar por produção, tornaram-se meios para evitar os conflitos, a insatisfação e o absenteísmo. Mesmo que as classes patronais não consigam efetivar plenamente a subordinação real ao capital, graças a resistência da força de trabalho, as novas formas de gerenciamento constituem estratégias para, sob controle ideológico, garantir o desenvolvimento do capitalismo.

► Antes eu era um torneiro especializado hoje vou competir com o servente

Agora, com a ajuda dos processos automáticos fica mais fácil para o capital controlar a qualidade do produto, bem como controlar a performance do trabalhador, sem que necessariamente se faça presente a figura despótica do supervisor. Assim, o técnico industrial, na forma tradicional em que vem exercendo a função de inspetor de qualidade, tenderia também a desaparecer? Os operários-estudantes estão atentos, em busca de uma resposta para esta questão.

No debate “Microeletrônica - a 3ª onda?” realizado no Seminário Automação e Movimento Operário/88, o professor de eletrotécnica do Colégio Metalúrgico, Iran Rodrigues, apontava algumas das implicações das novas tecnologias:

“As empresas automatizadas, de uma maneira geral, necessitam do operário um grau de polivalência, onde é dispensado o conhecimento específico, já que as máquinas, sendo automatizadas, necessitam apenas serem realimentadas. Portanto, não é necessário um conhecimento do seu funcionamento pelo operário. Neste caso, só será necessário ao operário a adaptação para operar os diversos tipos de máquinas. Com os comandos eletrônicos, a operação requererá conhecimentos gerais sobre o processo produtivo, não sendo necessária uma especialização em uma determinada área.”

A qualificação/desqualificação do trabalho é

uma das questões importantes na discussão sobre automação. Na sociedade capitalista, conhecimento é poder, portanto, se uma das funções do Colégio Metalúrgico é contribuir para que o operariado tenha acesso à ciência, é imprescindível que também nós, profissionais do ensino, nos debruçemos sobre o tema. Que profissionais a escola está formando? Com quais conhecimentos? Para exercer qual atividade na fábrica? A difusão da microeletrônica requer um repensar sobre a escola, requer uma reorganização dos conteúdos programáticos. Como não priorizar também a microeletrônica, se hoje estamos na era da informática?

O Seminário “Automação e Movimento Operário” contribuiu de alguma maneira para que repensássemos a qualificação/desqualificação do trabalho. Os debates favoreceram a compreensão de que o processo de automação requer uma redistribuição das qualificações. As ocupações tradicionais tanto podem fragmentar-se ainda mais como podem ser reorganizadas através de um equipamento automático que incorpora várias funções ao mesmo tempo. A cada dia, diminui-se o número de conhecimentos técnicos exigidos para que o trabalhador possa operar a máquina:

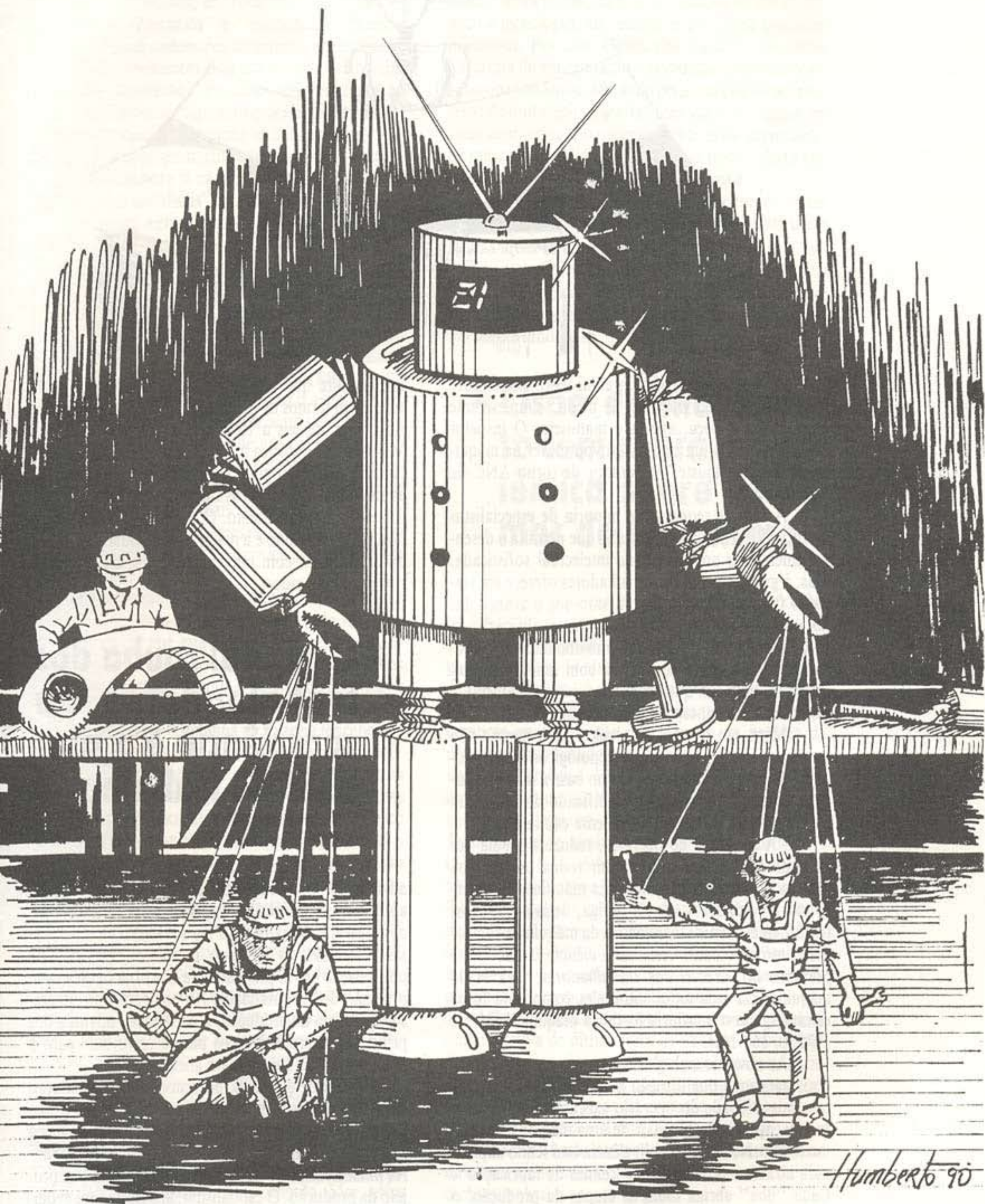
“Se antes eu era um torneiro especializado, hoje em dia eu vou competir com o servente da fábrica, por exemplo, que nunca estudou nada de comando numérico. Com duas ou três semanas ele pode operar aquela máquina (torno NC). Quando ele tiver problema o encarregado orienta, tira o problema e ele começa a produzir normalmente, igual a mim ou mais. Professora, a senhora mesmo que nunca trabalhou numa fábrica, aprende isso rapidinho” (Operador de torno por comando numérico da Worthington).

Inicialmente, imaginávamos que seria necessário que uma escola técnica proporcionasse uma base sólida de conhecimentos para que os alunos pudessem trabalhar com máquinas automatizadas. No entanto, foi possível aprendermos com os próprios operários-estudantes que, operar um torno de comando numérico, por exemplo, tem como pré-requisitos adquirir apenas algumas noções de medida e de desenho técnico.

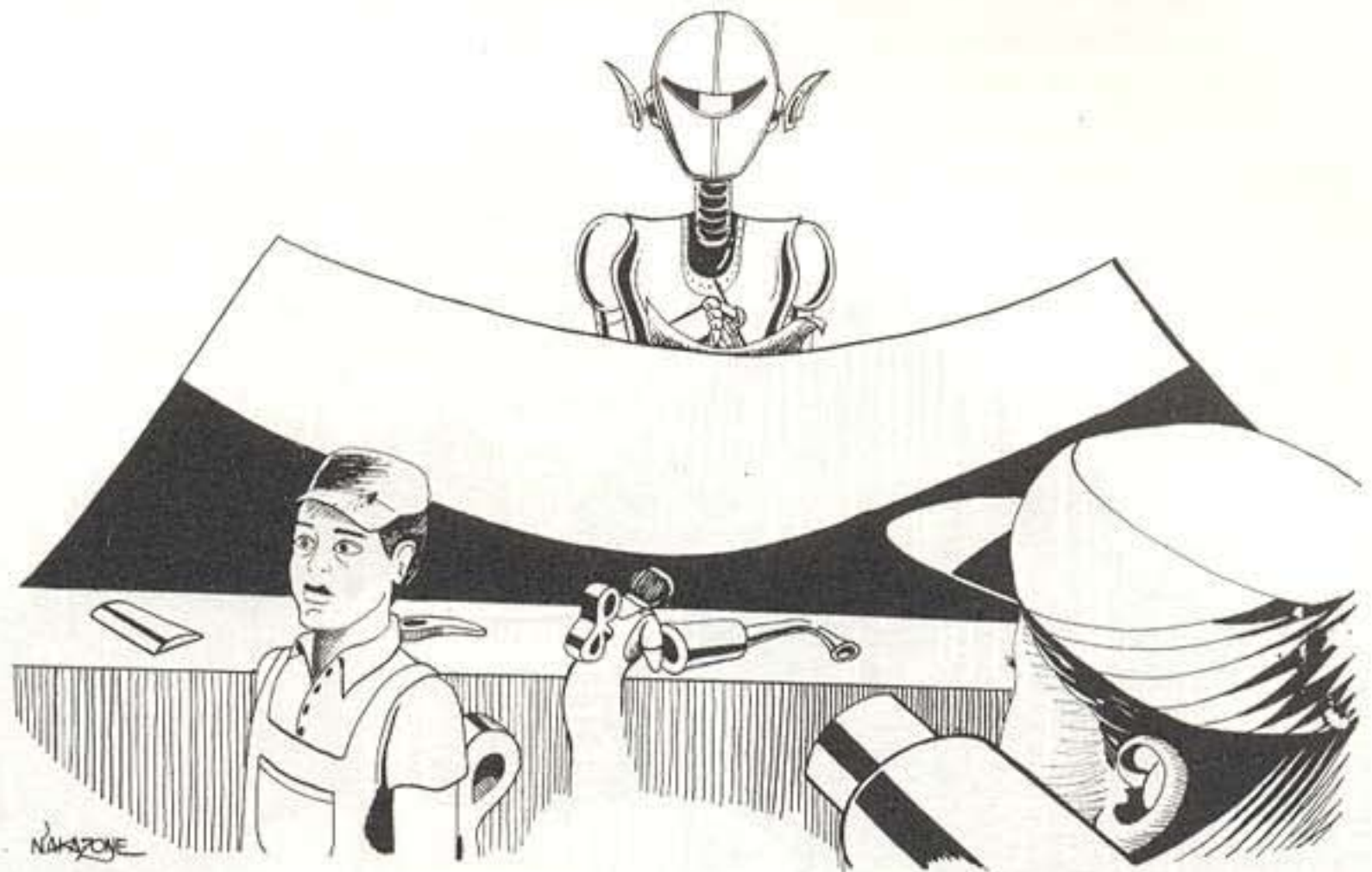
Se as novas tecnologias vêm exigindo mão-de-obra especializada, é importante ressaltar que o aumento do grau de qualificação vem se dando nas etapas de concepção, projeto e implantação do trabalho. Agora, a máquina incorpora a ciência que o homem produziu, simplificando, portanto, as tarefas e, muitas vezes, tornando obsoletas certas funções. Os trabalhadores diretos ficam relegados à função de alimentação das máquinas, através de atividades de supervisão, para controlá-las e regulá-las, mantendo a eficiência da produção.

Um operário-estudante conta sua experiência como operador de torno por comando numérico:

“Tem fábrica que o operador nem verifica a peça. É simplesmente tirar e botar a peça. A Engemap tem máquina que o operador trabalha com um inspetor do lado. Então você tira a peça, ele verifica,



Humberto 90



você põe outra, ele verifica... e vai indo. Então você não se dá nem ao trabalho de medir: simplesmente você coloca a peça, aperta e manuseia. O inspetor mediu, verificou um erro, aí eu vou mexer na máquina para dar o ajuste” (Operador de torno ANC da Engemap).

A fábrica requer uma minoria de especialistas de alto nível, com uma formação que permita o desenvolvimento de uma atividade intelectual sofisticada. Mas, à grande massa de trabalhadores oferece um trabalho fragmentado. Assim, mesmo que o avanço das novas tecnologias requeira uma nova qualificação da força de trabalho, a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual prevalece, talvez com mais intensidade ainda, uma vez que acentua-se qualitativamente a distância entre concepção e execução.

Marx, em meados do século XIX, mesmo não tendo presenciado os avanços tecnológicos de um processo de automação que tem como base a microeletrônica, conseguia expressar o significado da utilização da maquinaria industrial no sistema capitalista.

“A atividade do operário, reduzida a uma pura abstração, é determinada em todos os sentidos pelo movimento de conjunto das máquinas, o inverso não é verdade. A ciência obriga, dada a sua construção, os elementos inanimados da máquina a funcionar como autómatos úteis. *Esta ciência já não existe portanto no cérebro dos trabalhadores: através da máquina, ela atua antes sobre eles como uma força estranha, como a própria força da máquina*” (Marx, 1978, p. 160-161).

As novas tecnologias abrem, no entanto, caminhos para uma qualificação polivalente, ou seja, para a possibilidade do operário executar mais de uma tarefa, operando com mais de uma máquina ao mesmo tempo. No Brasil, a polivalência está sendo implantada através das “ilhas” ou “células de fabricação”. Cada “ilha” abriga todas as etapas da produção, o

que permite que sem interrupções a empresa ganhe tempo em termos de produção. Assim, cabe ao operário operar de seis a 10 máquinas ao mesmo tempo. Mas isto não significa que o operário domine o conhecimento do início ao fim da produção, um vez que as máquinas automáticas dispensam o conhecimento sobre seu funcionamento. O resultado da nova organização do trabalho é a maior produtividade na jornada de trabalho com um número reduzido de operários desqualificados.

► O capital rouba dos trabalhadores a consciência e o produto do trabalho

O sentido desta “polivalência” não é a mesma advinda de uma educação politécnica que propicie ao homem a aquisição dos princípios históricos-críticos e instrumentais básicos para o exercício de diversas atividades no processo produtivo, que permite uma relação teoria-prática sólida, possibilitando a compreensão de sua totalidade. Ao contrário, no processo capitalista de produção, a automação advinda dos princípios microeletrônicos parece contribuir para a manutenção de um trabalho alienado.

A tese de que as técnicas modernas de produção requerem um grau maior de qualificação para trabalho talvez seja apenas verdadeira para uma pequena parcela de homens que compõe o grupo de trabalhadores intelectuais, responsáveis pelo planejamento e projeto da produção. O capitalismo, apesar de suas evolu-

ções, continua capitalismo. Uma de suas características básicas é procurar perpetuar a alienação do trabalho, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

O capital rouba dos trabalhadores a consciência e a posse do seu produto de trabalho. Ao romper o elo trabalho-produção da existência, o capitalismo nos separa de nós mesmos, de nossa própria humanidade. O divórcio entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer o processo de trabalho, torna o homem estranho de si mesmo, que não se reconhece enquanto sujeito, mas enquanto um fragmento de uma totalidade perdida no tempo e no espaço.

Quando se discutem novas tecnologias, uma das primeiras divagações é imaginar e propor a automatização da produção, pelo menos, ou principalmente, nos locais onde as condições de trabalho constituem alto grau de insalubridade e periculosidade para o trabalhador.

No seminário "Automação e Movimento Operário" os professores e operários-estudantes tiveram a oportunidade de discutir esta questão no debate "Saúde e Automação", onde Carlos Minayo tentou questionar as vantagens e desvantagens do processo produtivo automático para melhorar a vida dos trabalhadores e da população em geral:

"Os agravos à saúde derivados dessas novas condições de trabalho estão relacionadas com:

1. o aumento do isolamento no trabalho;
2. o ritmo intenso a que é submetido o trabalhador que, no gesto ou esforço repetitivo, provoca um conjunto de lesões musculares e tendinosas (tenosinovite, tendinite...);

3. o aumento da tensão nos postos de trabalho de controle, que produz a fadiga mental ou fadiga patológica, provocadas pelos esforços exigidos pelos acréscimo de carga mental e cognitiva. Cresce ainda o nível de exigência em função da utilização de equipamentos caros ou perante aspectos-chaves da produção, sem pausas suficientes, em espaço de tempo e duração, o que acaba por se refletir nas perturbações do sono, nas doenças psicossomáticas, na depressão e no alcoolismo.

O uso de terminais de vídeo, sem uma regulamentação adequada, causa também problemas de visão, como cataratas, e falta de cuidados ergonômicos, ao se acoplarem mecanismos microeletrônicos às máquinas, provoca diversos distúrbios na coluna."

As péssimas condições de vida e trabalho daqueles que produzem as riquezas sociais não permitem que se fale em saúde do trabalhador, mas em acidentes de trabalho e doenças. Apesar do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, inclusive no campo da saúde, vivemos num país onde se morre de fome e de frio. O alto índice de mortalidade infantil, atendimento médico precário, doenças endêmicas, ingestão de agrotóxicos... fazem parte do quadro da não saúde da população brasileira.

A classe operária e os trabalhadores em geral vêm pagando muito caro o custo do progresso nacional, e assim "a dor da vida se expressa habitualmente na dor do corpo". As consequências à saúde, os nomes das doenças podem até variar de técnica para técnica de trabalho, mas mesmo com a evolução tecnológica o modo de produção capitalista vem reproduzindo e produzindo novas doenças do trabalho.

Um grande número de profissionais limita-se a controlar a maquinária, a digitar informações, para o computador, a apertar botões. A facilidade para exercer a tarefa torna o trabalho cansativo e monótono; a repetição sistemática dos mesmos esforços sobrecarrega o sistema nervoso. A tenosinovite, um dos tipos de Lesões por Esforço Repetitivo (LER), que consiste na inflamação e até mesmo imobilização dos dedos e mãos, já atinge hoje aproximadamente 30% dos digitadores. As mulheres gestantes correm risco de aborto, de partos prematuros ou de deformação congênita no feto ao se exporem às radiações eletromagnéticas que são emitidas através dos visores dos terminais de computadores (Revista Tema, 1987, p. 20).

As consequências das novas doenças que surgem com o processo de automação ainda não foram devidamente computadas pelas estatísticas oficiais de acidentes de trabalho. A lógica do capitalismo não é automatizar determinados setores, tendo em vista afastar os trabalhadores da possibilidade da aquisição de doenças profissionais e do perigo de acidentes. Assim, dois operários-estudantes, indignados, falam sobre as condições insalubres de seus locais de trabalho:

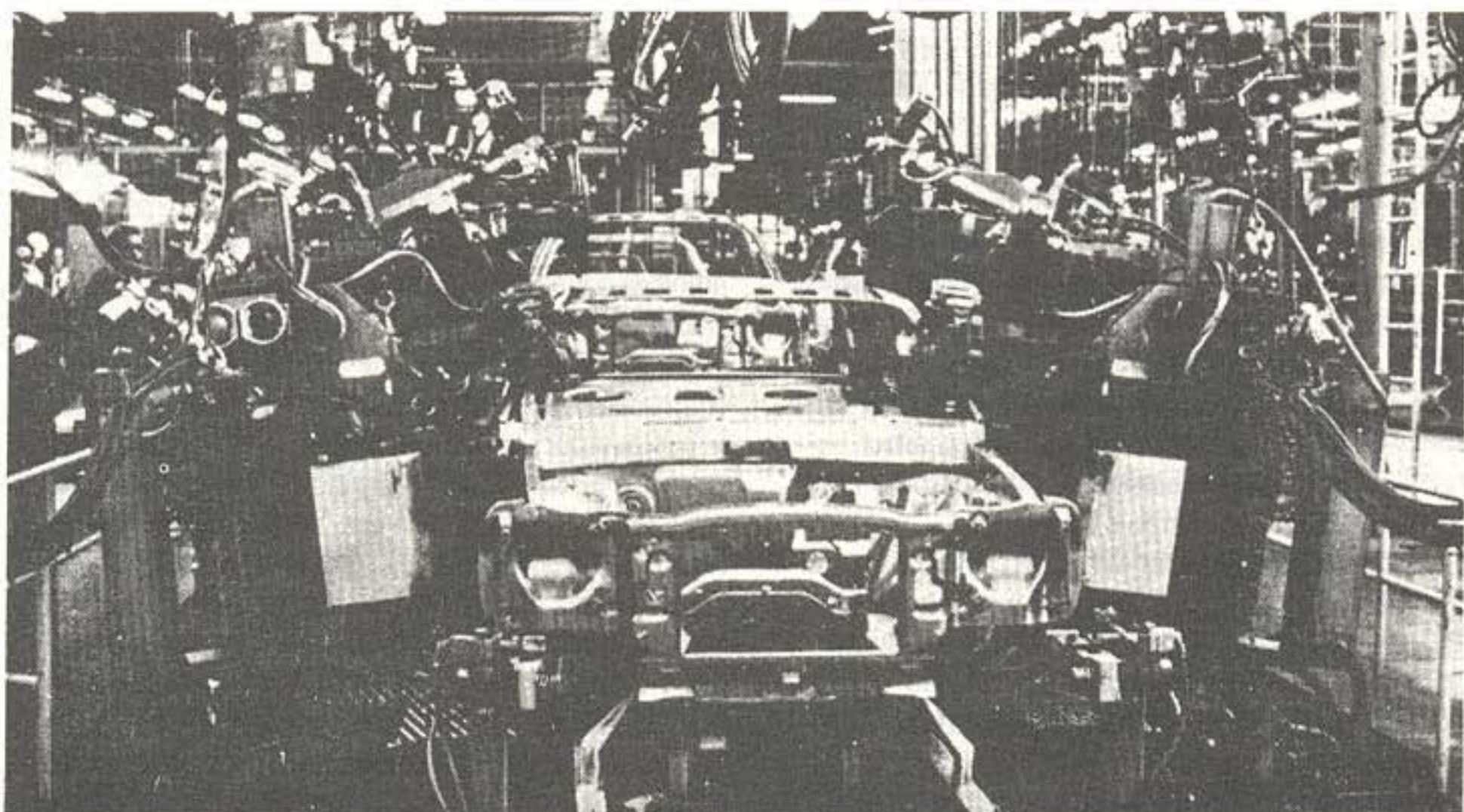
"O torno NC solta muitos gases e aí você fica exposto a estes gases. Eu trabalho muito com ferro fundido e aquela poeira faz um mal danado. Eles deviam dar leite, mas não dão" (Operador de torno por comando numérico da Worthington).

"Mesmo sendo automatizado, tem muito barulho. Teve um que perdeu a audição, tem um outro que só ouve com aparelho. Tem muito problema de coluna, porque trabalhar em pé dá mais produção" (Afiador de ferramenta da Nuclep).

A lógica do capital é a produção em grande escala, a redução dos custos, o lucro, independentemente das consequências à saúde física e mental dos trabalhadores.

Os processos de automatização do trabalho trazem uma nova dimensão para a disciplina "Saúde do Trabalhador". Agora, de posse de novos dados sobre as consequências das novas tecnologias, os operários-estudantes e professores poderiam rediscutir a preservação da vida dos trabalhadores, aprofundando a questão a partir das informações obtidas no Seminário "Automação e Movimento Operário".

A intensificação da automação também traz à tona o problema da distribuição do capital em máquina e equipamentos, e em trabalho vivo. A necessidade de se criar novos postos de trabalho para assumir as novas funções e ao mesmo tempo reempregar a for-



Sergio Berezovsky/Abri Press

ça de trabalho cujas funções foram incorporadas à maquinaria, foi também uma das questões distutidas durante o Seminário.

Percebendo que o desenvolvimento tecnológico não vem proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população, a grande preocupação dos operários-estudantes está centrada principalmente na garantia de emprego.

“Na minha empresa entrou uma máquina que passou a fazer o serviço de mais de 10. Foram pro olho da rua” (Auxiliar de produção da Ishikawajima).

“O que eu vou dizer já é dito em várias pesquisas: a peça que é feita em seis horas num torno convencional, pode ser feita em seis minutos num torno NC. Aquele símbolo do Senai, a estrela solitária... um bom torneiro fazia aquilo em oito dias. Agora é feita em algumas horas. Aí você tem uma idéia do desemprego que vai gerar” (Operador de torno por comando numérico da Worthington).

A desqualificação do operário garante ao capital a substituição fácil da mão-de-obra. Além disso, o aumento da produtividade não acarreta necessariamente o aumento da oferta de empregos. Sabe-se que cada robô é capaz de substituir de quatro a cinco operários; cada máquina ferramenta de comando numérico, de três a cinco trabalhadores... O resultado é que, reduzindo o número de empregados, barateando a mão-de-obra, a produtividade e os lucros dos empresários não tem sido proporcional à distribuição de renda. Ao contrário, a política econômica vem empobrecendo cada vez mais aqueles que com muito suor, entregam sua saúde e sua vida para produzir as riquezas do trabalho.

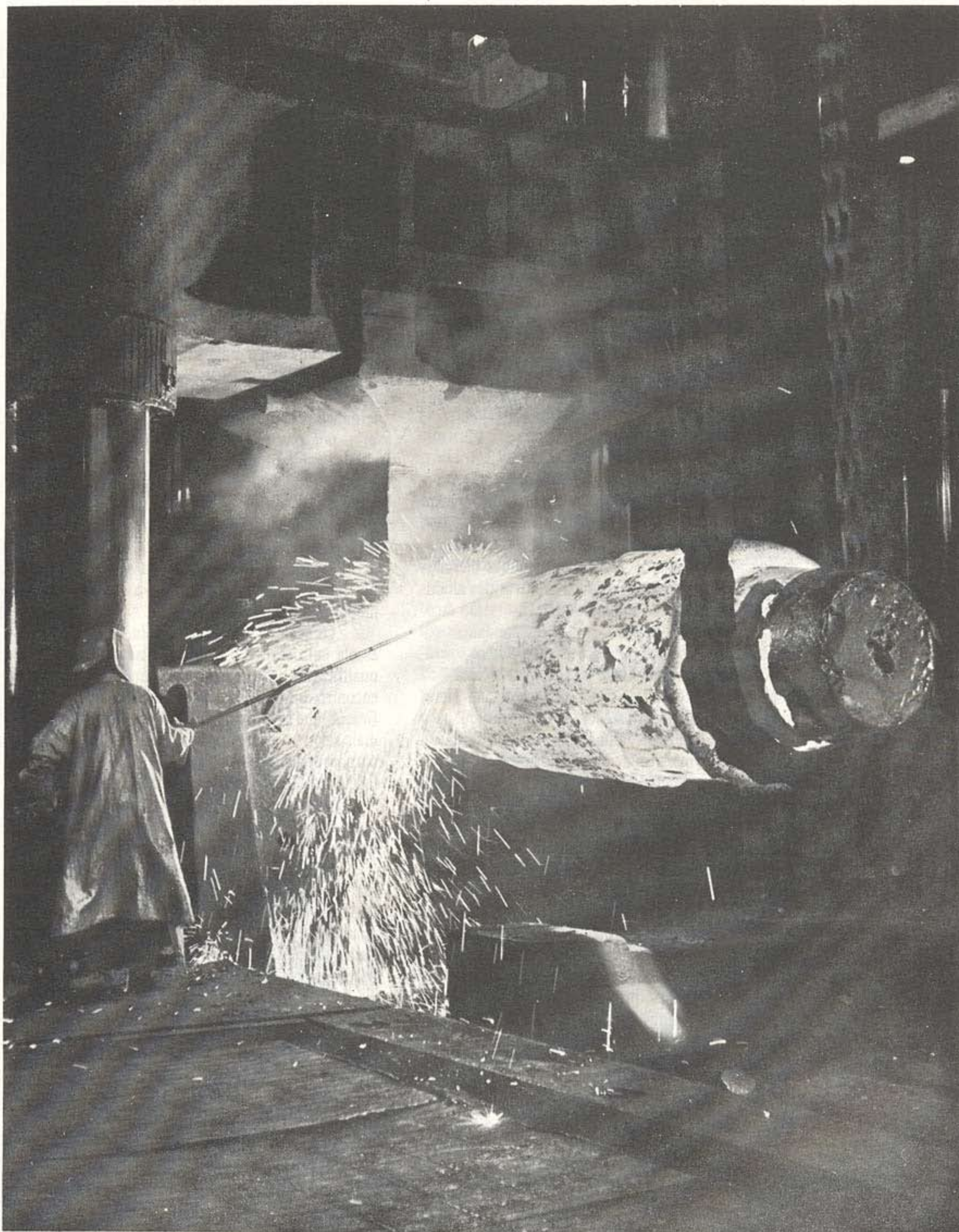
O papel da burguesia é constituir uma infra e superestrutura que assegure a sua perpetuação enquanto classe. Para isto deve criar, recriar e renovar um processo de trabalho com uma base material e ideoló-

gica sólidas que assegure para si o domínio da ciência e da tecnologia, o emprego de maquinarias sofisticadas que permitam a mobilidade de substituição fácil da força de trabalho e o controle sobre o processo produtivo. Garantindo assim também, a extração da mais-valia numa produção de larga escala através de um trabalho alienado, criando novas relações de trabalho que reforcem a subordinação real do trabalhador ao capital.

Não se trata apenas de negarmos a microeletrônica e o processo de automação. Mas é preciso aprendermos a conviver com eles, procurando dar direção a seus rumos. A garantia de emprego, de condições dignas de trabalho e de vida, são direitos fundamentais dos trabalhadores. Interferir na produção e utilização de novas tecnologias é também participar da luta ampla por uma nova sociedade.

Na perspectiva da classe operária e dos trabalhadores em geral, automatizar o processo produtivo poderia representar a diminuição da longa jornada de trabalho, garantindo, além de emprego para todos, a oportunidade de dedicar uma parcela maior do tempo livre ao lazer, ao estudo, ao prazer de viver a vida. Mas, infelizmente ainda hoje, o Brasil, apesar de ser considerado a 8ª economia do mundo, é um país que tem como pano de fundo a pobreza, o analfabetismo, a desnutrição... Convivemos com novas tecnologias sofisticadas por um lado, e, por outro, com a fome e a miséria.

O movimento sindical, os partidos políticos, enfim, a sociedade civil organizada precisa estar atenta também para as transformações da tecnologia, discutindo e definindo uma política tecnológica que privilegie os trabalhadores. Alguns sindicatos europeus já deram os primeiros passos, aprovando em seus dissídios coletivos, cláusulas relativas à proteção dos trabalhadores diante dos impactos da produção automáti-



ca (Maggiolini, 1988). Garantir a participação dos sindicatos no planejamento da aplicação de novas tecnologias é dar um passo importante. Defender a garantia de emprego, cursos de qualificação profissional, redução da jornada de trabalho sem perda salarial, antecipar a idade de aposentadoria, proteger o trabalhador das condições penosas, insalubres e perigosas do trabalho, são condições fundamentais que abrem caminho para uma efetiva participação dos trabalhadores nas diretrizes de uma nova política tecnológica.

► O patrão quer uma escola que ajude a moldar comportamentos "úteis"

Os operários-estudantes e professores do Colégio Metalúrgico deram início ao debate sobre a automação do processo produtivo.

Sabemos que, de fato, a escola está muito longe de acompanhar o desenvolvimento das ciências, muito aquém de responder às expectativas dos alunos quanto aos avanços tecnológicos. A instituição escolar, quando muito, vai a reboque das mudanças sociais, há muitos anos luz. Não é à toa que os operários-estudantes reclamam a "defasagem técnica" da escola. Na ansiedade de obterem respostas imediatas que os auxiliem a compreender o fenômeno que vem ocorrendo no interior da indústria, consideram que a escola ajuda, mas realmente não corresponde à difusão das novas tecnologias.

Seria possível à escola acompanhar o desenvolvimento da fábrica em sua plenitude? Acreditamos que não, por mais recursos materiais que se propicie à escola técnica. É possível perceber que ao capital não interessa dar à escola a função de qualificar, *de fato*, o operário para a indústria. Talvez só interesse mesmo é que a escola propicie uma educação "com tintura tecnológica", além de contribuir ideologicamente para moldar os comportamentos que serão requeridos no processo produtivo. A instituição escolar burguesa não assume para si a função de formar trabalhadores realmente qualificados técnico-politicamente, que dominem a ciência e a técnica que fundamenta o conteúdo do trabalho - uma vez que esta proposta esbarra com os interesses do capital; é inconciliável com o livre desenvolvimento do próprio capitalismo. Além disso, acompanhar *pari-passu* o desenvolvimento das novas tecnologias é tirar da fábrica o privilégio de moldar técnica e ideologicamente as habilidades, atitudes e valores dos trabalhadores necessários na organização capitalista de produção.

Sendo a escola um dos palcos da luta de classes, cabe aos educadores e alunos conquistar novos espaços, provocar a discussão de temas que desnudem a realidade, contradigam os argumentos capitalistas, desmistifiquem a ciência, para fazer desta:

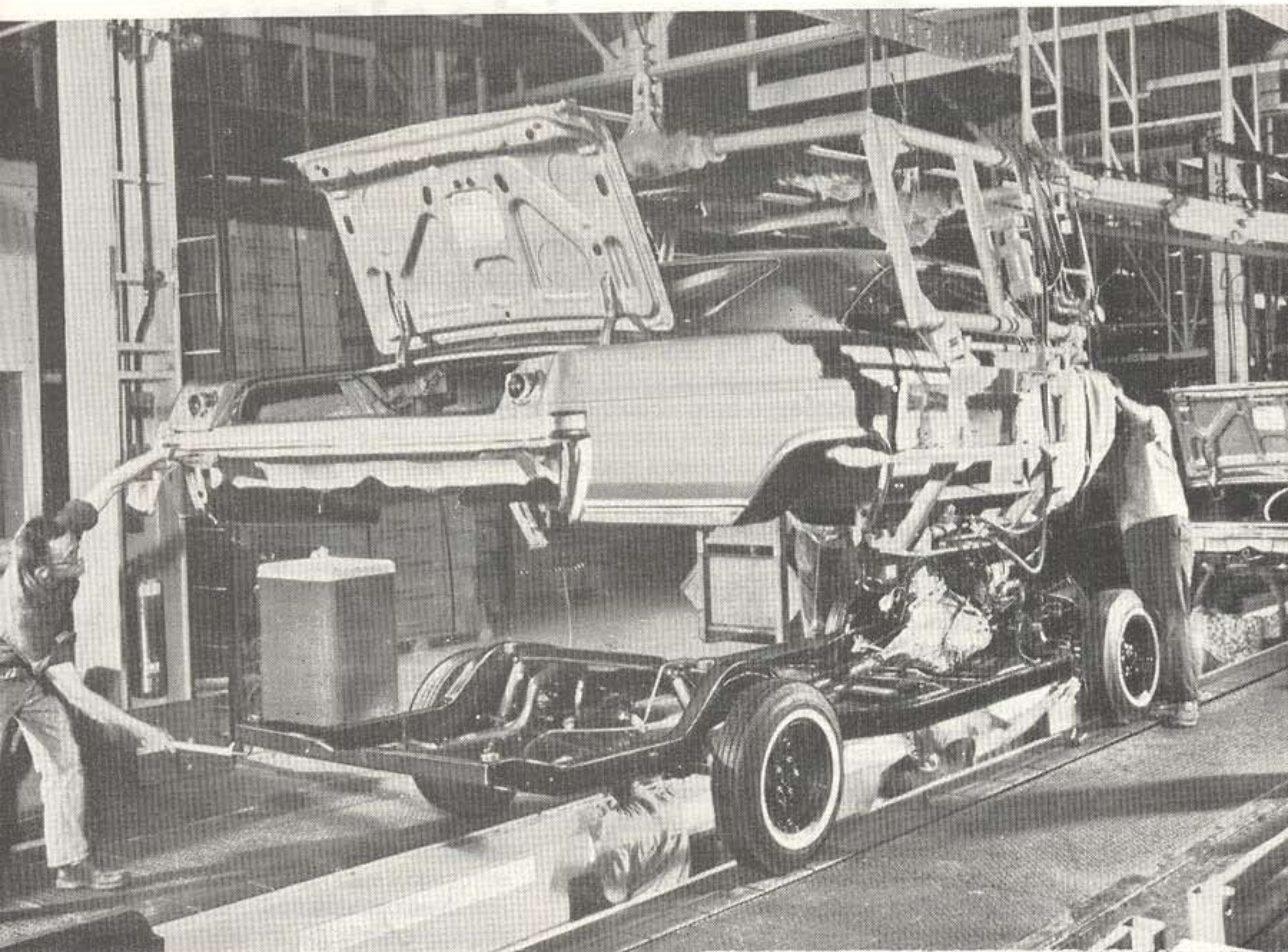
"(...)já não um instrumento de dominação de classe, mas uma força popular, fazer dos próprios homens da ciência, já não proxenetas dos preconceitos de classe, parasitas do Estado na mira de bons lugares e aliados do capital, mas livres agentes do espírito. A ciência só pode encontrar o seu verdadeiro papel na República do Trabalho" (Marx e Engels, 1978, p. 78-79).

A formação para o trabalho requer uma competência técnica, um saber-fazer vinculado a uma concepção de vida e de sociedade. Assim como a teoria não caminha sem a prática, uma técnica institucionalizada como "neutra" não existe a não ser em função de atender a determinados interesses de classe em determinados momentos históricos. A técnica de tornearia, por exemplo, hoje, pode ser a mesma tanto no sistema capitalista como no socialista; o que difere é o uso que se faz dela, é a relação de produção em que é elaborada e executada. As questões técnicas de trabalho não podem portanto, ser tratadas isoladamente das relações sociais, desvinculadas dos interesses de classe, da organização da produção, enfim, dos interesses políticos e econômicos que norteiam o modo de produção capitalista.

Os avanços tecnológicos nos fazem repensar uma escola cujo currículo escolar dê conta de uma nova qualificação do trabalho. Não aquela que venha ao encontro dos interesses do capital, mas de uma qualificação que leve em conta os seus movimentos e vá mais além: se reaproprie da ciência que a máquina incorporou, dando então um novo rumo às novas tecnologias, colocando-as realmente a serviço dos interesses da grande maioria da população. Neste sentido, o ensino técnico-industrial ganha também uma nova dimensão técnico-política.

O Seminário "Automação e Movimento Operário", proporcionou novas descobertas sobre a amplitude do currículo escolar. Foi mais uma tentativa de aliar as questões políticas às questões técnicas do trabalho, acreditando que a escola também pode dar sua parcela de contribuição para a formação da consciência da classe operária, para seu compromisso político diante da transformação da realidade. Acreditando também que, a inserção do operário na vida da fábrica, nos destinos da sociedade, se faz com competência técnico-política.

Nós educadores também aprendemos muito no processo de transmissão e elaboração de conhecimentos. A vida da classe operária e dos trabalhadores em geral deve ser a referência de nossa proposta curricular, fazendo da escola "(...) um lugar de aprendizagem para todos, professores, alunos, diretor (...)" (Milet, 1986,p.45).



O processo pedagógico ao buscar o trabalho na fábrica, ao reconhecer o operário enquanto um ser vivo e concreto, redimensiona o currículo, constrói uma esco-

la real, que procura responder às expectativas dos trabalhadores enquanto cidadãos que têm o direito ao acesso e à produção de novos conhecimentos.

Referências bibliográficas:

* Brighton, Labor Process Group. *O processo de trabalho capitalista*, in: *Capital and class, I*, Inglaterra, 1976, (traduzido por José Ricardo Tauile e Carlos Ronaldo Paes Ferreira), (mimeo).

* *Caderno da CUT. A tecnologia e os Trabalhadores*. Comissão Nacional de Tecnologia e Automação da CUT, São Paulo, 1987.

* Marx, Karl. *Da manufatura à fábrica automática*, in: Marglin et alli. *Divisão social do trabalho, ciência e modo de produção capitalista*. Porto, Publicação Escorpião, 1974.

* Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Crítica da Educação e do ensino*. Lisboa, Moraes, 1978.

* Milet, Rosa Maria Lepak. *Uma orientação educacional que ultrapassa os muros da escola*, in: *Revista da ? (1)*, São Paulo, 1986, p. 41-45.

* *Revista Tema. Saúde do Trabalhador: um quadro dramático*. Rio de Janeiro, Editora Radis (9)/Fiorrez, nov. 1987

* *Assessora Pedagógica do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; membro do Conselho diretor de VIDA - Núcleo de Ação e Pesquisa em Educação*.

* * Este artigo, com algumas modificações é parte integrante da tese de mestrado "Trabalho e Educação da Classe Operária - a perspectiva política da escola técnica do Sindicato dos Metalúrgicos - RJ". (FGV-RJ, 1989)

* * * O Colégio Metalúrgico funciona nas próprias instalações do Sindicato, atende cerca de 400 operários, com cursos noturnos de 2º grau nas áreas de mecânica, eletrônica e eletrotécnica.

Signos e ideologia na obra *S. Bernardo*

MARIA LUIZA RITZEL REMÉDIOS*

O romance "*S. Bernardo*", considerado por alguns críticos a obra-prima de Graciliano Ramos, é a narração retrospectiva de seu protagonista, Paulo Honório.

Pela "coisificação" e "opressão" das pessoas, ele chega à sua "destruição" - signos temáticos em que se apóia a obra. Através dessas relações, o artigo busca a expressão da ideologia no texto

Os comentários do narrador questionam o leitor, permeando a ideologia

A análise da expressão temática e da problemática ideológica em *São Bernardo* é bastante importante. A narrativa faz-se em perspectiva interna, principalmente, sendo Paulo Honório, narrador-protagonista, o encarregado de introduzir o leitor no microcosmo da fazenda São Bernardo, a qual republica o mundo maior que é o agreste nordestino. Trata, portanto, o romance de um dos aspectos proeminentes da ficção de 30 no Brasil: a preocupação de criar um discurso que oscilasse entre o literário e o sociológico documental, detendo-se, para isso, em segmentos delimitados da realidade e procurando aproveitar o regional. Realmente, Graciliano Ramos usa esse esquema, mas não fica nele somente, como ocorreu com outros romancistas da época; vai além: o narrador, em *São Bernardo*, submete o contexto social ao seu drama íntimo. Por esse motivo que o discurso narrativo, no romance em questão, não privilegia a visão onisciente, mas recorre a ela para insinuar a subjetividade, parecendo oscilar entre a representação objetiva e subjetiva.

A leitura semiótica de *São Bernardo*, em termos de temática e ideologia, apóia-se em signos e elementos. Segundo Carlos Reis(1), a temática e a ideologia são projetadas no discurso por meio de recursos

* Doutora em Letras. Professora do Programa em Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



específicos e, por não possuírem uma vinculação exclusivamente literária - são códigos para-literários -, apresentam-se por vezes dotados de feição difusa. Desse modo, para análise, vão se considerar os signos temáticos e a expressão ideológica.

A expressão temática em *São Bernardo* apoia-se nos signos: "reificação", "opressão", "destruição", além de outros, secundários, que emergem na sintagmática narrativa. Esses signos encontram-se estruturados hierarquicamente e a leitura crítica do texto permite divisar de imediato a importância da reificação, pois é a partir deste que decorrem todos os outros signos temáticos (2).

Numa tentativa de sistematizar as relações hierárquicas estabelecidas no sistema temático de *São Bernardo*, tem-se:



Explicitando-se as relações apresentadas esquematicamente acima e que são estabelecidas entre as diferentes recorrências temáticas, pode-se dizer que todo o drama de Paulo Honório está radicado na reificação de sua vida e dos valores estabelecidos pelo seu desejo de posse de São Bernardo. Antonio Candido (3) diz que, a partir do sentido reificador, o narrador-personagem reduz tudo a objeto. É assim que, na recapitulação final, Paulo Honório vê seus empregados como "bichos":

"Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como



o Padilha, bichos do mato, como o Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo. Bois mansos.” (p. 182).

Relacionado diretamente à reificação e, num mesmo plano, encontra-se o signo temático opressão. Paulo Honório, em *São Bernardo* é o elemento dominador quer pela supremacia econômica, quer pelo estatuto de “fazendeiro”, dono da terra, que o torna superior aos outros. Sua personalidade forte é marcada pelo “sentimento de tirania dominante” (3). É justamente a tirania de Paulo Honório que faz com que a opressão assumia, no romance, diferentes formas: desde a física, verificável no tratamento que ele dispensa aos empregados até a opressão ao nível das vivências psicológicas (humilhações que faz passar Madalena, Luís Padilha, D. Glória, etc.).

É importante considerar-se, no nível da opressão, a exploração. Latente em toda a história da conquista e desenvolvimento da fazenda São Bernardo, a exploração pode ser explicitada nas relações senhor/empregados. A supremacia econômica de Paulo Honório o faz ver os empregados apenas como fontes de lucro, exigindo deles o máximo trabalho e dando-lhes a menor remuneração possível. Concretizada, nesse nível, a opressão e, conseqüentemente, o processo de reificação, não se pode dizer que o mesmo aconteça, entretanto, nas relações entre Paulo Honório e Madalena, porque Madalena é a força antagônica que se vai opor à tirania do dominante, procurando atenuá-la através de sua participação na vida da fazenda (propõe melhorias salariais, novos métodos de ensino e alimentação para os empregados).

Nesse momento, quando desperta a força antagônica de Madalena, surge, no texto, a tragédia do ciúme. Paulo Honório sentindo-se impotente ante a vontade de Madalena, torna-se inseguro referente aos sentimentos e atitudes da mulher. A partir daí, inicia-se o processo de degradação de Madalena e do próprio Paulo Honório, que resulta na destruição total (morte) de Madalena, que não se submete à tirania e ao sentimento de posse do marido, e na auto-destruição (deixa de interessar-se pela fazenda) e alienação social de Paulo Honório (não participa da Revolução de 30, é aliado do sistema), que o faz viver derrotado e em solidão, conforme o declara no final do livro:

“Lá fora há uma treva dos diabos, um grande silêncio.(...) É horrível! Se aparecesse alguém... Estão todos dormindo. (...) E eu vou ficar aqui, às escuras, até não sei que hora, até que, morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse alguns minutos.” (p. 188).

As relações que se articulam entre as personagens centrais, Paulo Honório e Madalena, revelam o significado ideológico referido ao tipo de relações que eles mantêm entre si e com a respectiva sociedade.

As duas personagens estão inseridas numa classe social dominante, a burguesia rural sertaneja. Ascenderam a essa classe social por caminhos diferentes: um venceu através da força, da crueldade; a outra,

pelo esforço intelectual e pelo casamento. Insinua-se pois, através da caracterização e formação das personagens, a noção de que elas, apesar de unidas, possuem interesses diferentes e, por isso, conflituosos.

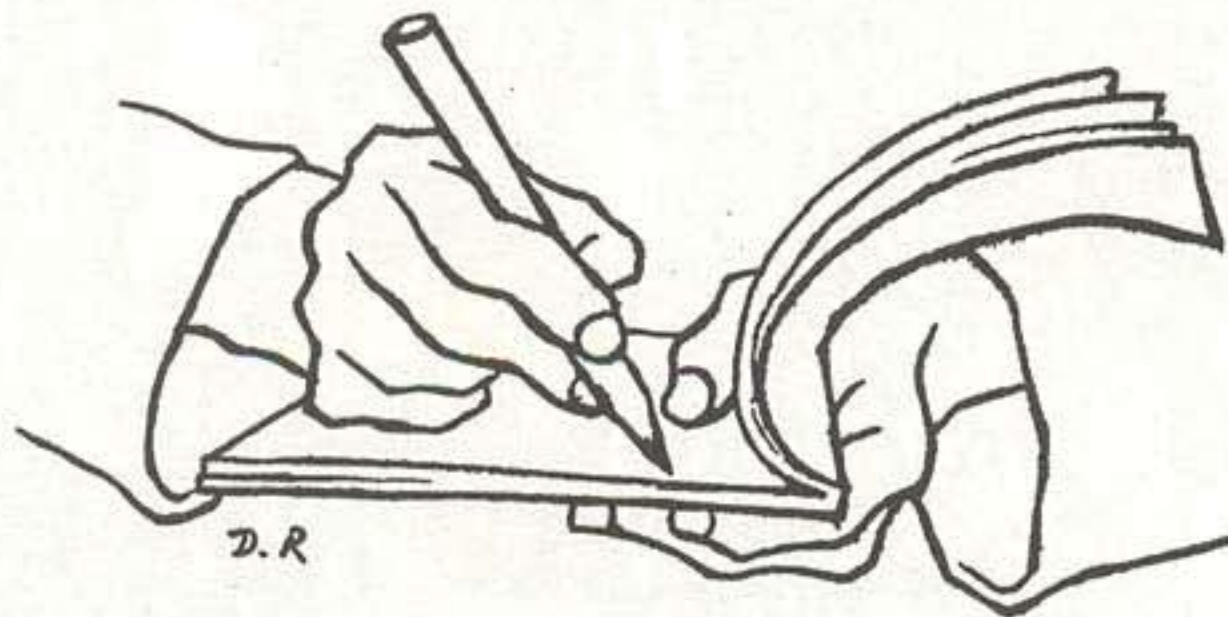
Participantes de um contexto em que as relações sociais apoiavam-se no par antitético dominador/dominado, vê-se que o conflito se instala na classe dominante (Paulo Honório X Madalena), sendo que Paulo Honório reduplica a ideologia vigente e Madalena representa a contra-ideologia. Explica-se: Paulo Honório de maneira contraditória, é, simultaneamente, o representante da burguesia rural com todo o seu envolvimento econômico e político, e também o “emblema do capitalismo nascente no Brasil” (4), porque moderniza a fazenda São Bernardo, implementa novos tipos de cultura e pecuária, valoriza o capital. É o dominador. O sentimento de posse, o desejo de apropriação de todos os bens, leva-o a sua reificação, condicionando seu modo de ver o mundo e estruturando sua personalidade. Agente reificador, Paulo Honório “coisifica” tudo e todos que o cercam, e constrói seu mundo sob um sistema de valores estereotipados, que definem, através de uma falsa consciência pragmática, o sentido da ação. Entretanto, Paulo Honório não consegue reificar Madalena. Essa que deveria fazer parte do paradigma “dominado”, insubmete-se. A “insubordinação na mulher instala a insegurança no sistema machista que regulava a sociedade (semi-feudal) burguesa de Alagoas. A insegurança do sistema é revelada pelo personagem Paulo Honório. Surge assim a crise não só no casamento, como também no “status quo” da fazenda, reduplicando a crise social que envolve o país.

► Destruição total de Madalena, que não se submete à tirania do marido

Madalena pretende ser a consciência dos trabalhadores e do próprio marido. Revolta-se por isso contra a submissão dos operários, contra a prepotência do marido, contra a ordem estabelecida na fazenda São Bernardo, intervindo para a construção de um mundo melhor. Conseqüentemente, é contra-ideológica, pois não aceita as regras que conformam o mundo rural do sertão nordestino. E, entretanto, é esmagada pelo processo reificador, pois não aderindo ao projeto de opressão e sem condições de resgatar os oprimidos, suicida-se.

Desse modo, a esperança de reestruturação do sistema instalado na fazenda é frustrada de modo vio-





lento, ocasionando a dissolução desse organismo e o afastamento de outras personagens: D. Glória, Seu Ribeiro, Luís Padilha que, conscientizados da opressão, rompem com o elemento dominador (Paulo Honório).

Outro signo que apresenta explícitas implicações ideológicas é o discurso do narrador. A narrativa é conduzida por um narrador que se encontra no interior do universo narrado. Esse narrador, dada a sua posição retrospectiva, confere às personagens um sentido definido e acabado. Importa salientar entretanto, que, mesmo empenhado em definir os elementos que constituem o universo narrativo, o narrador intervém, interrompe a narrativa. Tais intervenções assumem feição de comentário ou questionam o leitor, permeando a ideologia, como acontece no capítulo 19:

"...para que me serve essa narrativa? Para nada,mas sou forçado a escrever." (p. 154).

A narrativa serve, principalmente, para mostrar que, após a crise (ciúme, morte de Madalena, alijamento), Paulo Honório tem consciência do processo reificador do qual era o agente maior e que o deixou na solidão. Assim, as intervenções que rompem com a linearidade narrativa, denunciam as motivações profundas do comportamento das personagens. É através delas que o narrador deixa irromper a subjetividade e desnuda o caráter persuasivo de seu discurso.

Juízos de valor, expressos pelo narrador, vão, pouco a pouco, esclarecendo suas opções ideológicas. Mas o momento em que elas surgem com maior clareza corresponde ao capítulo 36, quando o narrador faz uma revisão de sua vida, refletindo sobre o processo de reificação. Formulada pela ótica de Paulo Honório escritor, esta reflexão resume a posição de auto-análise e auto-crítica do narrador, que se hoje (presente da narrativa) tem uma atitude de recusa ao sentimen-

to de posse e ao processo de reificação que governou toda a sua vida, não apresenta mais condições para a transformação da personagem e, por isso, ao final da narrativa, quando o narrador diz:

"...vou ficar aqui, às escuras, até não sei que horas, até que, morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse uns minutos." (p. 188),

fica o esvaziamento interior, o aniquilamento em vida, não a morte; a apatia. Paulo Honório escritor acabou a sua função: narra os fatos, escreve o livro, e encontra-se agora apático numa sociedade que se desagrega.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) REIS, Carlos. *O discurso ideológico do neo-realismo português*. Coimbra, Almedina, 1983.

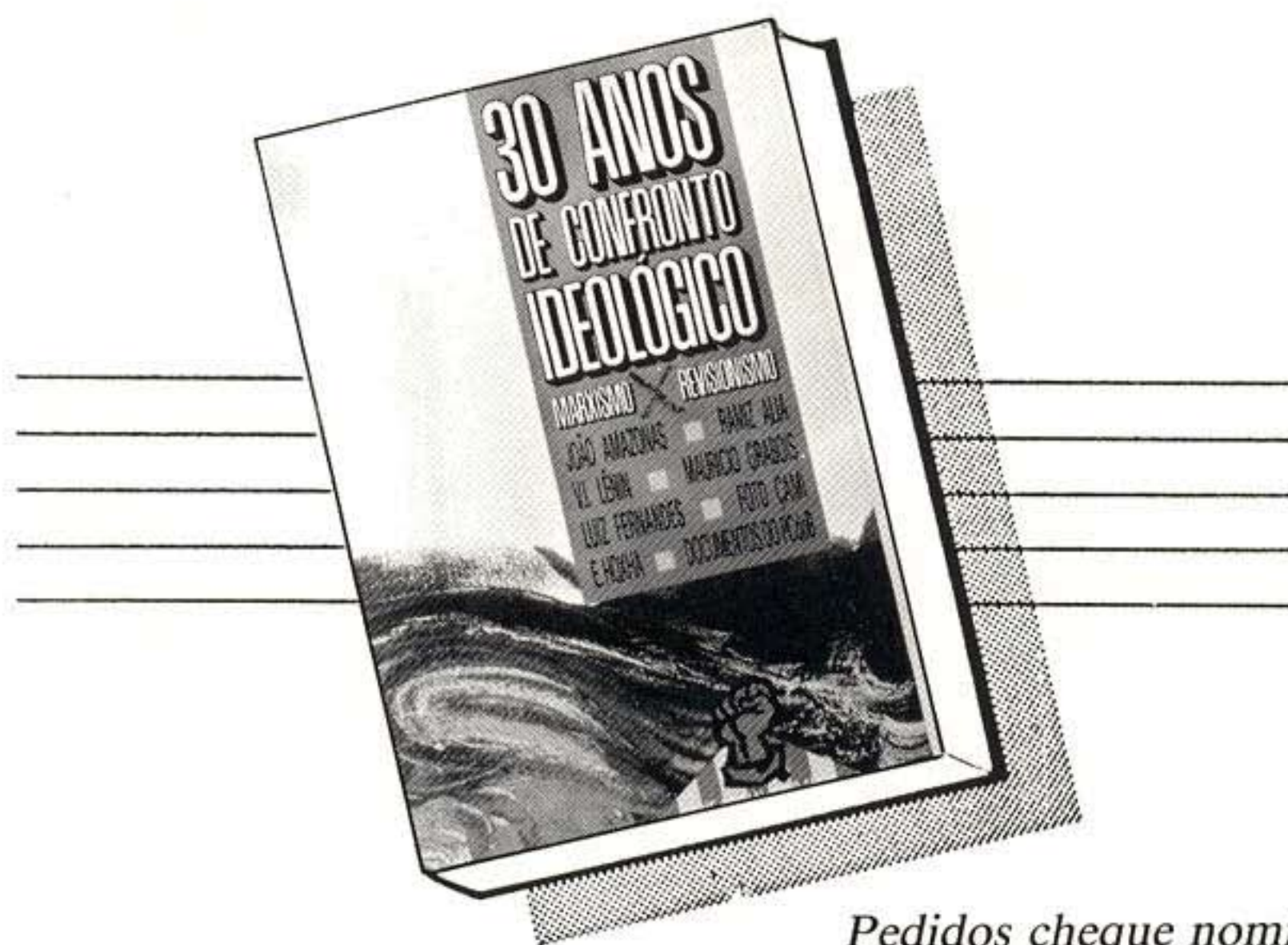
(2) *Sobre o tema unificador de São Bernardo, João Luiz Lafetá, no ensaio "Mundo à revelia", diz que: "partindo da relação indissolúvel entre ação e personagem encontramos algumas características que subordinadas ao tema unificador (sentimento de propriedade) constroem o universo reificado do romance e levam à destruição final". In: RAMOS, Graciliano. São Bernardo. 3-4a Ed. Rio de Janeiro, Record, 1979.*

(3) CÂNDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 26.

(4) LAFETÁ, João Luís. *Op.Cit.*, p. 202.

(5) *Idem. Ibidem.*

Leitura essencial para entender a crise do Leste!



*Pedidos cheque nominal
para Editora Anita Garibaldi
R. Bororós, 51 - 1.º andar
CEP 01320 - S. Paulo - SP
Tel: 278-3220*



Editora Anita Garibaldi

APRENDA O MAIS SIMPLES! PARA AQUELES
CUJA HORA CHEGOU
NUNCA É TARDE DEMAIS!
APRENDA O ABC; NÃO BASTA, MAS
APRENDA! NÃO DESANIME!
COMECE! É PRECISO SABER TUDO!
VOCÊ TEM QUE ASSUMIR O COMANDO!



APRENDA, HOMEM NO ASILO!
APRENDA, HOMEM NA PRISÃO!
APRENDA, MULHER NA COZINHA!
APRENDA, ANCIÃ!
VOCÊ TEM QUE ASSUMIR O COMANDO!
FREQUENTE A ESCOLA, VOCÊ QUE NÃO TEM CASA!
ADQUIRA CONHECIMENTO, VOCÊ QUE SENTE FRIO!
VOCÊ QUE TEM FOME, AGARRE O LIVRO: É UMA ARMA!
VOCÊ TEM QUE ASSUMIR O COMANDO.

NÃO SE ENVERGONHE DE PERGUNTAR, CAMARADA!
NÃO SE DEIXE CONVENCER
VEJA COM SEUS OLHOS!
O QUE NÃO SABE POR CONTA PRÓPRIA
NÃO SABE.
VERIFIQUE A CONTA
É VOCÊ QUE VAI PAGAR.
PONHA O DEDO SOBRE CADA ITEM
PERGUNTE: O QUE É ISSO?
VOCÊ TEM QUE ASSUMIR O COMANDO.